

Universidade Federal da Grande Dourados



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

**TERRITÓRIOS DE CONFLITO: contribuição da Geografia para a
questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e
fazendeiros na região de Dourados (MS)**

Dourados-MS

2011

Universidade Federal da Grande Dourados



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

TERRITÓRIOS DE CONFLITO: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS)

Dourados-MS

2011

Universidade Federal da Grande Dourados



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOSÉ LAZARO ALONSO JUNIOR

TERRITÓRIOS DE CONFLITO: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação – Mestrado em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flaviana Gasparotti Nunes

Co-orientador: Prof. Dr. Cláudio Benito O. Ferraz

Dourados-MS

2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

981 Alonso Junior, José Lazaro.
A454t Territórios de conflito : contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados, MS / José Lazaro Alonso Junior. – Dourados, MS : UFGD, 2011.
146 f.

Orientadora: Profa. Dra. Flaviana Gasparotti Nunes.
Dissertação (Mestrado em Geografia) –
Universidade Federal da Grande Dourados.

1. Conflito social – Brasil. 2. Demarcação de terras –
Conflitos. 3. Identidade territorial. I. Título.

O AUTOR



José Lazaro Alonso Junior, graduado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia / Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP) – *campus* de Presidente Prudente, SP; mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2011; membro do “Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas” (GPLG); lecionou no Ensino Fundamental e Médio, nas redes pública e privada; atualmente é professor de Geografia do Colégio Lumière de Dourados, MS.

TERRITÓRIOS DE CONFLITO:

contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS)

Resumo:

A presente dissertação, visando contribuir com o enriquecimento da linguagem geográfica, discorre sobre o sentido de identidade territorial a partir dos conflitos entre indígenas e proprietários de terra no Mato Grosso do Sul. O objetivo deste trabalho consiste em compreender as formas com que os grupos envolvidos na defesa dos interesses dos proprietários e dos que defendem a causa indígena delineiam e vivenciam os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização através de diferentes discursos que visam estabelecer as causas do conflito, assim como o entendimento das soluções para o mesmo. Para tal, analisaremos as reportagens da mídia impressa da região, no caso as do jornal O Progresso, e as entrevistas que realizamos com as lideranças políticas da cidade de Dourados, para averiguar em que esses discursos se aproximam e se chocam, revelam e escondem, simplificam e negam os aspectos complexos e dinâmicos que ajudam a melhor entender a questão. De forma geral, estabelecemos dois pólos discursivos, de um lado um grupo com forte apoio da mídia e vinculado aos interesses econômicos do mercado capitalista, querendo explorar economicamente as terras. De outro um grupo que defende a re/demarcação de terras para manter as condições de vida das sociedades indígenas. Estabeleceu-se, portanto, um conflito entre culturas que buscam formas antagônicas de identidade e de sobrevivência no mesmo lugar. Para não cairmos na reprodução de velhas posturas dicotomizadas, demonizando um grupo e infantilizando o outro, visamos ir além do entendimento da questão a partir da diferença e da identidade cultural, mas fazendo uso dos conceitos de “identidade territorial” e “outrem”, assim como da crítica a separação entre sujeito e objeto a partir dos estudos de Felix Guattari e Gilles Deleuze, buscamos apontar outra perspectiva da leitura geográfica sobre a questão.

Palavras-chave: Território; Identidade; Cultura; Outrem; Discurso.

**TERRITORIES OF CONFLICT:
Geography's contribution to the issue of territorial identity of the relations between
Indians and farmers in the region of Dourados (MS)**

Abstract:

The present dissertation aims to contribute with a bigger knowledge of geographic language, discuss about the means of territorial identity since conflicts between indigenous and land proprietary's of South Mato Grosso. The objective of this work is understand the ways with in groups evolved in defense of interest of the land proprietary's, and groups in defense of the indigenous, live the territorial, de territorial and re territorial process, thru different speeches that search to establish the causes of conflict as how to find solutions for it. Like this, reportages of The Progress, a local paper, were analyzed as well interviews with political leaderships of the city of Dourados to see in which way this speeches get close or shock themselves, reveal and hide, simplify and denied the complex and dynamic aspects that helps to a better comprehension of the matter. In a general way were establish two discursive fronts, one with a strong support of the media and linked with economics interests of the capitalist market, that wanted to economic explored the lands. Of other side a group who defends the demarcation of the lands to maintain the conditions of live for the indigenous society. Then was established a conflict of cultures that search in antagonists ways of identity and survival in a same place. To do not fall in to old reproductions of dicotomized postures condemning a group, and seeing as immature other, the search was to go beyond the understanding of the question parting of differences and cultural identity, but making use of concepts of "territorial identity", and others, as how using a critic separation of subjects and objects from the studies of Felix Guattari and Gilles Deleuze, search to aim another perspective for the geographic reading of the matter.

Key words: Territory, Identity, Culture, Others, Speech.

Dedico a minha mãe por todas as dificuldades que enfrentou durante o período de tessitura deste trabalho, e ao professor Cláudio Benito em especial, pelo esforço, dedicação, co-orientação e ajuda para este trabalho acontecer.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço em primeiro lugar aos meus queridos pais José Lazaro Alonso e Celene P. Lapa Alonso que estiveram ao meu lado em todos os momentos difíceis que passaram no período em que fiquei distante, e que mesmo envolto a tantas dificuldades enfrentadas durante o ano de 2010, conseguiram forças para me apoiar e incentivar com muito carinho, paciência, compreensão e afeto.

Agradeço em especial ao programa de pós-graduação Mestrado em Geografia da UFGD via CAPES/PROCAD, por financiarem minha viagem e estada no Rio de Janeiro para cursar disciplinas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pelo financiamento de toda minha pesquisa.

Agradeço aos meus irmãos Rafael Lapa Alonso, Felipe Cesar Castelan Alonso; ao primo João Donizete dos Santos e sua esposa Maria Lucinda da Costa, pelo apoio e incentivo; (*in memorian*) ao tio/avô Lazinho, pelas risadas, brincadeiras e por toda alegria que me proporcionou na convivência, principalmente aos últimos dias para o término desse trabalho; ao tio Toninho e sua esposa Rosana, as primas Mariana Lapa e Mayara Lapa; as minhas tias queridas Odília Lapa, Maria Sanches, Eunice Bueno e minha querida prima Thamires Lapa, pela força que deram a minha linda mãe em um momento de saúde complicado em sua vida enquanto estive ausente; aos amigos de Mirassolândia/SP, Alessandro Marcio vulgo lebrão, Chicão, Marcião, Marquinhos, Zumbi, Thiago; aos queridos primos (as), Antonio Alonso F. Neto, Everton Roberto Alonso, Ingridi de Paula Alonso e Odaiane Alonso; aos tios (as) João R. Alonso e Tânia Alonso.

Aos amigos que dividiram comigo moradia em Dourados e/ou Rio de Janeiro, Thiago Carvalho, Wagner, Robinson, Elias, Cirlane Terenciani e a grande lenda Thiago Eugênio.

Agradeço também a professora e orientadora Flaviana Gasparotti Nunes e ao professor, co-orientador e amigo Cláudio Benito, pela oportunidade, atenção, confiança, paciência, cobrança e pela orientação e ajuda para o desenvolvimento desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer em especial a iniciativa do professor Cláudio Benito e da professora Flaviana Gasparotti pelo intuito de organizar um grupo de discussão denominado “Papo na Sexta”; reuniões mensais feitas durante os anos de 2009 e 2010

junto a acadêmicos e professores da UFGD. Encontros que propiciaram discussões dentre os participantes que contribuíram muito para feitura deste trabalho, e também de uma seleção de bibliografias importantíssimas para ajudar na escolha do referencial dessa dissertação, além de propiciar um novo olhar para questões até então desconhecidas por mim em relação aos estudos científicos.

Agradeço aos professores do programa de pós-graduação Mestrado em Geografia da UFGD, professor Aduino de Oliveira, Antonio Dari Ramos, Jones Goettert, Edvaldo Moretti, professores que muito contribuíram em suas aulas para reflexões e principalmente para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Agradeço aos entrevistados, Laerte Tetila, Gino José Ferreira, Dirceu Longhi, Anastácio Peralta, que em meio a tanta dificuldade que tive para achar interessados com o intuito de conseguir entrevistas para falarem sobre a re/demarcação de terras indígenas do Mato Grosso do Sul, se propuseram a deixar suas imagens e falas a minha disposição para feitura do trabalho.

Agradeço também aos professores da UFRJ, professor Roberto Lobato Corrêa e professora Iná Elias Castro, pelas aulas agradáveis e discussões intensas.

Agradeço aos amigos que fiz na pós-graduação, Marcelo Fontanive e sua esposa, Naman, Maurício, Juliana Mota, Juliana Tosati, Ana, Danilo, Daiane Silva, Adriana, Cláudio, Jussara, Fernando, Gilson e Sivaldo.

Agradeço aos amigos (as) que participaram comigo algumas aventuras no Rio de Janeiro no segundo semestre de 2009, amigos que sempre serão lembrados, Livia Ferrari, Luciano, Gutemberg, João, Gerardo, Luciana, professora Lisandra Lamoso, Thiago foice, Jhonatan, Lilian, Jay P, André Goulart, Jamile.

Por fim, agradeço aos amigos de Dourados pela colaboração, apoio e pela vivência nas angústias, risadas, noitadas e principalmente os bate papos, Alexandre Aldo Neves, Daniele Reiter, Lara Soto, Jéssica, Meiriane, Cássio gaúcho, Carlos, Fabiano, Layana, Vinícius, Diego, Adriano, Barbosa, Bianchi, Mafer, Lara Soto, José, Camila, Gustavo, Marcos Mondardo, Taine, Rose, Jacqueline Romeiro, Aninha e Gabriel da academia, professor Paulo Bungart, professor Eudes Leite, Logan, Rosana, dona Neiva, Karine, Elton, Angélica, Thiago japa, Tatu, Bruno e Danieli da secretária de pós-graduação, aos

porteiros do condomínio Rio Branco, Marcos, Carlos ping-ping, Miguel e ao senhor Eraldo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MS: UMA DESCRIÇÃO NECESSÁRIA	21
CAPÍTULO 2 – REFERENCIAIS TEÓRICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSO, CULTURA E IDENTIDADE	35
2.1 Sobre linguagem e discurso científico.....	35
2.2 O discurso midiático: o papel da mídia no contexto atual do debate cultural	43
2.3 Considerações sobre cultura e identidade: a formação da identidade cultural através do “outro” – o caso do Mato Grosso do Sul.....	45
CAPÍTULO 3 – O CONFLITO TERRITORIAL EM MS: ALGUNS APONTAMENTOS DO DISCURSO PRODUZIDO PELO JORNAL <i>O PROGRESSO</i>	61
CAPÍTULO 4 – AS VISÕES DO CONFLITO: LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DA DIVERSIDADE SOCIAL	91
CONCLUSÃO – O TERRITÓRIO NA ELABORAÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO “OUTREM”: O ENTRE-LUGAR DA RETERRITORIALIZAÇÃO	114
BIBLIOGRAFIAS	123
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	128
ANEXOS	130

TERRITÓRIOS DE CONFLITO: contribuição da Geografia para a questão da identidade territorial a partir das relações entre indígenas e fazendeiros na região de Dourados (MS)

INTRODUÇÃO:

Este trabalho é decorrência da pesquisa desenvolvida no interior do Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas¹, o qual visa exercitar outras perspectivas de análises e de referenciais teóricos sobre temas pertinentes aos estudos geográficos, fazendo uso, para tal, do diálogo e aproximação com as demais áreas do saber, sejam filosóficos, artísticos ou, como no caso aqui, científicos.

A partir desses objetivos gerais, desenvolveram-se os estudos aqui sumariamente apresentados quanto ao sentido do conceito de território a partir dos sujeitos que o vivenciam. Nossa opção foi pelo conflito existente entre os proprietários de terras rurais em determinadas partes do estado de Mato Grosso do Sul frente os primeiros habitantes dos mesmos lugares, ou seja, os indígenas². Isso devido a uma série de fatores que perpassam pela proximidade geográfica das Reservas indígenas com as cidades, pela distância social que se estabelece entre as comunidades indígenas e não-indígenas, pelos recorrentes estereótipos a que são associados os indígenas, e principalmente, pelo constante conflito fundiário entre comunidades indígenas e os produtores rurais no estado em questão.

¹ O Grupo de Pesquisa Linguagens Geográficas está sediado na cidade de Presidente Prudente/SP, tendo vínculo com a Universidade Estadual Paulista e é coordenado pelo professor Dr. Cláudio Benito Oliveira Ferraz. As ações e pesquisas do grupo apontam para um enriquecimento da leitura geográfica, notadamente quanto à pertinência de se ampliar os fundamentos epistemológicos do entendimento sobre conhecimento científico e ensino dos referenciais geográficos.

² O estado do Mato Grosso do Sul, devido ao processo histórico de formação de sua territorialidade, tendeu a concentrar boa parte da população indígena expulsa de outras áreas ocupadas pelo projeto societário que visa consolidar o domínio territorial do Estado e a formação da identidade nacional brasileira. Atualmente, devido a expansão das áreas de soja, de cana de açúcar e da produção de álcool, instalou-se uma tensão entre os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras e a tentativa de re/demarcação de novos territórios indígenas, especialmente dos Guaranis. Em 2008, como decorrência das disputas eleitorais, acirraram-se os debates, passeatas, estudos e manifestações na defesa de um ou outro lado. Utilizo a denominação Guaranis: Nandeva, Kaiowá e Terena para designar os três grupos étnicos presentes nas Reservas indígenas da região de Dourados. A escolha das denominações baseia-se na forma como os indígenas se auto-denominam atualmente.

Tal opção se vincula a proximidade desses conflitos com o centro de Pós-Graduação em que atuamos, o que significou um campo de trabalho riquíssimo para se pensar a partir dos relatos e olhares expressos nas mídias impressas e dos falares informais da população, os aspectos conceituais com que a linguagem geográfica poderia abordar a questão na direção de se ampliar os sentidos produzidos de identidade territorial como consequência das várias perspectivas e interesses.

Nossa opção inicial era fazer uma pesquisa cuja abordagem desses conflitos reverberasse no interior da escola e no contexto do ensino de Geografia praticado nas escolas públicas e privadas da região de Dourados, contudo, pela própria complexidade da questão e o grande volume de informações coletadas durante a análise das notícias de jornais e das entrevistas realizadas com as lideranças políticas da cidade, optamos em delimitar a abordagem da questão do conflito a uma análise mais conceitual do sentido de identidade territorial como forma de contribuir com a linguagem científica da Geografia.

Isso significou que apesar de não se perder de vista o horizonte da educação e do discurso geográfico a ser reproduzido em sala de aula, a redação aqui desenvolvida não abordará a problemática pedagógica e priorizará o sentido do discurso científico dos estudos geográficos sobre a questão.

O olhar geográfico atualmente necessário deve tratar essa questão do conflito entre indígenas e fazendeiros como consequência do choque de identidades culturais³ diversas, de forma a contribuir com a possibilidade da sociedade discutir essa questão de maneira mais verticalizada fazendo a crítica necessária ao jogo ideológico, assim como ao poder econômico que muitas vezes reduz a forma como a questão é abordada pela mídia e pelo conjunto da sociedade.

Destaca-se nessa possibilidade de contribuição geográfica ao estudo sobre a problemática do conflito de terras, a questão da identidade a partir das relações presentes nessa região fronteira entre as tradições da cultura, no caso a indígena, com os interesses econômicos de um mercado capitalista representado pelos fazendeiros, no momento em que a globalização da cultura e dos padrões de comportamento se manifestam em escala

³ Trabalharemos o conceito de identidade cultural por aceitá-lo como importante para as discussões sobre representação e pertencimento social, mas, como faremos posteriormente, entendemos que o mesmo possui seus limites quanto a possibilidade de leitura da dinâmica territorial, pela ótica geográfica, na direção de se contribuir para um olhar mais amplo sobre os conflitos espacialmente localizados a partir de culturas que se conflitam e a mobilidade identitária daí decorrente.

mundial, cobrando-se assim estudos científicos com intuito de melhor entender as formas de preservação e revalorização das tradições culturais frente à necessidade de modernização.

O enfoque geográfico do exercício de referenciais culturais, no processo de produção de sentido e identidade espacial pelos grupos em conflito, repercute em leituras mais ricas e necessárias das abordagens geográficas. Reforça-se aqui, a necessidade da abordagem espacial que o discurso científico da Geografia possui sendo elemento fundamental para sua maior divulgação social, o que justifica, diante de um tema tão polêmico como este, que mobiliza a sociedade de Mato Grosso do Sul estudos geográficos que permitam incorporar referenciais e enfoques inovadores como cultura e identidade territorial.

Para que melhor se discuta e com intuito de usar esses aspectos divergentes ocorridos nesses territórios de conflito, faremos uso dos estudos culturais como forma de enriquecer a abordagem geográfica da questão. Para tal, o elemento cultural não definirá o referencial da lógica geográfica, mas dará o auxílio necessário para um melhor entendimento. A questão central a ser trabalhada refere-se a linguagem geográfica por meio de seus instrumentos conceituais, que dialogam com o fenômeno a partir dos fundamentos culturais em que o mesmo pode ser percebido. Entendemos também, que o conflito sobre qual o caminho tomar envolve a teia de interesses e necessidades sociais que se reverberam no poder público e nos setores administrativos do Estado⁴ que estão envolvidos com essa problemática.

A metodologia de trabalho envolveu entrevistas com lideranças políticas locais: uma liderança dos fazendeiros e uma liderança dos grupos indígenas; com políticos da região: vereadores com mandatos da atual gestão do município de Dourados que vai de

⁴ [...] o Estado se constitui como um campo de forças e lutas entre diversas frações, grupos, classes, minorias étnicas, de gênero etc., que se relacionam no interior das ações e dispositivos do Estado de maneira naturalizada, onde os efeitos de tomada do poder são ofertados como imprescindíveis sendo aceitos como necessários para formação/sociabilização dos indivíduos no sistema educacional, jurídico-profissional ou uma identificação em cadastro de pessoas física, um enquadramento sócio econômico de consumo, um número estatístico de censo, entre outras. O fato é que o Estado regulamenta e aprova essas ordenações (POULANTZAS, 1985, p.180). [...] fazem parte do tecido social, seus modo produtivo, que é cultural, técnico, funcional, econômico e político. Todos esses elementos se entrelaçam à *ossatura* do Estado atendendo disposições da/para a sociedade e suas demandas produtivas, modalidades e exercícios que aproximam a política pública dos interesses de empresas, firmas, em suma, de reprodução e apropriação de acordo com as divisões territoriais do trabalho modificando-as à sua imagem (SANTOS, 2002, p.135). Utilizaremos o termo Estado para República Federativa do Brasil e o termo estado para unidade da federação.

2009 à 2012, e um ex-prefeito, professor aposentado de Geografia do antigo campus da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) de Dourados e atual deputado estadual do estado em questão (mandato de 2011 à 2014); e também análise a partir do conteúdo dos discursos presentes no jornal *O Progresso*.

Desta feita, percebemos a importância de analisar o discurso de lideranças políticas e da mídia divulgadora de informações no seio da sociedade douradense para melhor compreender o que torna o imaginário social da população local tão depreciativo em relação aos indígenas, o que acaba se fortalecendo como narrativa para o conjunto social douradense em que estamos sempre tomados com o debate de uma vertente única, a da classe dominante. Para tanto, entendemos para a coleta desses discursos que:

O discurso coletivo individualizado, isto é, a coletividade opinando discursivamente na primeira pessoa do singular, foi a forma icônica que se encontrou para reconstruir o pensamento coletivo, porque se acredita que, quando os indivíduos, espontaneamente, pensam ou opinam, é a coletividade que está pensando neles ou através deles, sem que, por isso, como erroneamente se acredita, a individualidade ou a criatividade desses indivíduos fique, de alguma forma, comprometida por um suposto *efeito de determinação* (LEFEVRE & LEFEVRE, 2005, p. 51-52).

Através da análise desses discursos vemos que esse dispositivo torna-se um significante-chave da construção de um imaginário coletivo pautado somente em diferenças étnicas em incluir e excluir, e ocasiona uma forma de poder que acaba sendo normalizada numa única condição de representação, tanto das comunidades indígenas, quanto dos proprietários rurais, pois coloca de um lado as forças econômicas capitalistas defendidas pelos fazendeiros e parte dos órgãos administrativos, e de outro lado as formas de proteção cultural defendidas por intelectuais e certos órgãos do Estado responsáveis pela segurança dos valores culturais indígenas.

Diante desse dilema, a classe dominante douradense busca consolidar a construção de uma possível identidade territorial, produzindo vínculos de pertencimento na busca de um processo de identificação com o território. Nesta perspectiva, eleger-se a noção de dentro e de fora: o que está do lado de lá, além da fronteira imaginária, fica sendo o “outro” (indígena), que foi e é construído para enaltecer o “eu” (não-indígena), que se encontra do lado de dentro da fronteira.

O trabalho visa examinar por meio de referenciais teóricos pertinentes à leitura dessa questão à Geografia, a construção desse lugar de contato, portanto, de conflito. Esse

entre-lugar fronteiriço que se estabelece de uma região político-administrativa em relação à outra, mas também entre um grupo sócio-cultural e outro, no interior do mesmo território. Por ser entre-lugar, o Mato Grosso do Sul é a possibilidade de acontecimento de diversidade de leituras e vivências territoriais que mutuamente se tensionam, se negam, se confluem e se recriam (FERRAZ, 2010).

Temos também, em meio a essa situação, o discurso produzido por veículos de comunicação, pois a imprensa é uma ferramenta de acesso às tensões sociais da sociedade. Na questão indígena, o discurso da imprensa, no caso, do jornal *O Progresso*, tem balizado as representações que a sociedade douradense projeta em relação aos indígenas. E isso tem uma série de implicações, porque as ações políticas e sociais voltadas para as comunidades indígenas, resultam também dessas concepções, as atitudes das pessoas estão relacionadas com a noção que têm dos indígenas e que perpassa pelo que é veiculado na imprensa. Assim, o objetivo desse tipo de análise, não é verificar se há relação entre o cenário político, mas sim, mostrar que a representação dos indígenas na imprensa, permite entender a atuação de um grupo de pessoas, ou até mesmo da sociedade, em relação ao “outro”.

A análise desse periódico é um procedimento que evidencia como a sociedade de Dourados compreende o indígena, como se dá esse contato e, dependendo da condição, como ocorrem possíveis ou potenciais mudanças nas representações sobre os indígenas.

A escolha específica do jornal *O Progresso*, se deu por ser o mais antigo e de maior circulação da região de Dourados. Esse jornal é distribuído em cerca de 40 municípios da região (dados fornecidos pelo periódico em 2009). O periódico está disponível nos arquivos de jornais do Centro de Documentação Regional (CDR) da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), o que também contribui para escolha devido a liberação e acesso para coleta das informações.

O período de análise é de 2008 a 2009. Esse recorte temporal, se justifica pelo fato de estar associado ao período de início da feitura da proposta de pesquisa, pela intensificação dos noticiários em decorrência de portarias do Ministério Público, publicadas em 2008, para dar início às re/demarcações de terras indígenas no estado do Mato Grosso do Sul e também por ser ano de eleições municipais o que acabou gerando uma tensão maior em torno da sociedade douradense sobre a questão indígena.

Com base no discurso jornalístico e no discurso coletado junto às lideranças políticas de Dourados, procuraremos realizar um estudo interpretativo por meio da abordagem hermenêutica, pois esta permite entender esses enunciados contextualizados e socialmente relacionados, apontando assim os sentidos e significados que denotam pontos de atrito e ao mesmo tempo silêncios e sombras; objetiva-se identificar por meio dos discursos em conflito o que se coloca como aceito socialmente e o que simplesmente é negado, escondido e marginalizado, sendo escanteado para fora do espaço de valores tidos como corretos, mas que por isso mesmo apontam para outras possibilidades de vivência e produção espacial de relações humanas.

Buscaremos exercitar a interpretação hermenêutica das notícias sobre os conflitos da re/demarcação territorial na região de Dourados, no entanto essa matriz teórica da hermenêutica cobra para a especificidade de nosso objeto de estudo as notícias de jornal e os enunciados dos líderes políticos, uma metodologia que nos auxilie na análise desse material. Para tal, fizemos uso da *análise de conteúdo* como referencial metodológico para a interpretação dos vários discursos coletados.

Apesar da análise de conteúdo ter origem na tentativa de superar os possíveis limites científicos da “análise do discurso”, principalmente pelo aspecto desta última se ater a uma análise mais qualitativa, em muitos casos subjetiva dos enunciados. Em reação a essa possível fragilidade, a análise de conteúdos foca os elementos quantificáveis dos enunciados escritos permitindo detectar através da forma e quantidade de termos ou de elementos presentes nas orações, aqueles que revelavam significados ocultos ou não explicitados conforme os desejos dos sujeitos a esses enunciados referendados.

Contudo, com a própria evolução da linguística das ciências lógicas e das filosofias da linguagem, a análise de conteúdo não se cristalizou em uma ferramenta isolada do seu contexto cultural e tecnológico. Estreitou contato com a hermenêutica interpretativa, principalmente após a ampliação dos estudos de Gadamer (2007), o que levou a essa metodologia ampliar o sentido de seus estudos, valorizando também o que não se identifica como explícito nas falas e textos. É por esta perspectiva que aqui trilhamos e rapidamente apresentamos seus aspectos gerais.

A Análise de Conteúdo assenta-se nos pressupostos de uma concepção crítica e dinâmica da linguagem. Linguagem, aqui entendida, como uma construção real de toda a sociedade e como expressão da existência

humana que, em diferentes momentos históricos, elabora e desenvolve representações sociais no dinamismo interacional que se estabelece entre linguagem, pensamento e ação (FRANCO, 2005, p. 14).

A intenção é direcionar a interpretação com base nesses pressupostos que não compreendem a linguagem somente com base nas palavras ou que atribuem um valor majoritário a elas. O que se pretende aqui é transcender ao mero estudo da língua e instaurar uma semântica no sentido de “busca descritiva, analítica e interpretativa do sentido que um indivíduo (ou diferentes grupos) atribuem às mensagens verbais ou simbólicas” (FRANCO, 2005, p. 15). Ou seja, nesse sentido o ponto de partida para um usuário da análise de conteúdo é o seu material coletado e construído pelos enunciados que exprimem significações sobre o seu objeto de estudo em questão.

Isso não significa, porém, descartar a possibilidade de se realizar uma sólida análise acerca do conteúdo “oculto” das mensagens e de suas entrelinhas, o que nos encaminha para além do que pode ser identificado, quantificado e classificado para o que pode ser decifrado mediante códigos especiais e simbólicos (FRANCO, 2005, p. 24).

Logicamente não se pretende esgotar a questão nem chegar a uma conclusão definitiva, mas tão somente levantar elementos conceituais que auxiliem a Geografia melhor se posicionar frente a tal situação, assim como pontuar aspectos que o discurso científico geográfico pode contribuir para melhor entender a questão.

Diante disso, para se discutir identidade territorial a partir das condições em que a produção dessa espacialidade está se dando na singularidade das tensões em Mato Grosso do Sul, cobra-se um olhar sobre os aspectos delineadores do conflito. Tal perspectiva, estipula melhor compreensão das diferentes perspectivas dos interesses e necessidades em disputa com as quais os grupos justificam o entendimento e a solução do problema.

Entendemos que nossa abordagem se encontra no contexto da cultura hegemônica no mundo ocidental, paisagisticamente caracterizado pela forma urbana, forma esta edificada sob a lógica da mercadoria e com grande determinação dos meios técnico-científicos (SANTOS & SILVEIRA, 2001); contudo, isso não significa que esse contexto seja algo uniforme e padronizado, mas parte-se do pressuposto que suas contradições e conflitos internos permitem a elaboração de perspectivas e olhares críticos e alternativos ao padrão dominante.

Tendo a isso como fundamento de nossa leitura, pretendemos articular nosso instrumental de análise para mais bem compreendermos o comportamento e as práticas humanas a partir da diversidade cultural que este expressa no contexto da sociedade sul-mato-grossense⁵ atual, mais especificamente a localizada na cidade de Dourados. Nas áreas de conflito presentes no interior desse estado podemos perceber claramente as tensões entre culturas, de um lado, as não integradas ao padrão cultural da chamada identidade nacional, ou regional, e de outro, os que assim se identificam a partir dos projetos de modernização econômica e perpetuação do poder local.

Estamos conscientes de nossa condição de indivíduos vinculados a um padrão cultural que carrega em si um grande estranhamento e ignorância em relação às demais culturas nativas desse continente Sul Americano, contudo, a partir da postura crítica de nossos referenciais culturais, tentaremos analisar alguns fenômenos decorrentes e construídos pelo modelo de sociedade ocidental, partindo das culturas não-indígenas para a compreensão das culturas indígenas da região de Dourados e os conflitos daí decorrentes.

Procuraremos estabelecer um diálogo em relação a como está sendo gestada a questão da identidade cultural a partir de dada espacialidade em que se expressa o conflito e a luta pelo domínio de um determinado arranjo territorial, verificando as perspectivas de como os conflitantes reconhecem o “outro” e a si mesmos nesse processo. Diante disso, destacam-se em nossa análise os aspectos de *cultura, identidade e território*.

Para compreender como elaboramos o trabalho, faremos alguns apontamentos teóricos metodológicos de como se pretende trabalhar essas questões. Para isso, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos, além dessa introdução, que delinea a proposta de redação e, da conclusão, que visa “amarrar” os aspectos destacados nos vários capítulos no sentido de delimitar nossa análise final sobre a questão dos conflitos em relação a identidade territorial.

No primeiro capítulo, visando apenas apresentar o contexto do lugar em que debruçaremos nossa análise, faremos uma descrição histórica do processo de ocupação

⁵ O estado do Mato Grosso do Sul tem uma área de 357.145,534 km² e uma população de 2.494.745 habitantes, sendo mais de 84% urbana. A população indígena no estado é de aproximadamente 60.000 habitantes, divididas em 8 etnias: Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Terena, Kadwéu, Kiquinau, Atikum, Ofaié e Guató (os dados coletados são referentes ao ano de 2010). Consulta disponível em: <<https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de março 2011.

territorial do Mato Grosso do Sul, estabelecendo assim, os elementos definidores da espacialidade que envolve a região de conflito e sua proximidade com o município de Dourados.

Pretende-se no segundo capítulo, delimitar o que estamos entendendo por discurso, notadamente o científico e o midiático. Delimitamos também, o que estamos entendendo em relação a cultura e o papel da mídia no contexto atual do debate cultural, para assim pontuarmos como essa questão dos discursos midiáticos e científicos apontam para o sentido de identidade exatamente na tensão entre identidade cultural e territorial, destacando desta forma a questão do “outro” como fator definidor da identidade do “eu” com uma cultura, mas que esconde o sentido dinâmico atual do território.

No terceiro capítulo, procuramos descrever as notícias coletadas no jornal *O Progresso*, analisando por amostragem o que textos e imagens apontam para uma determinada visão do conflito, indicando a relação do papel da mídia na elaboração do imaginário social sobre a questão do conflito de terras no seio da sociedade douradense.

O quarto capítulo, visa comentar como as diferentes pessoas entrevistadas, no caso: liderança indígena; liderança dos fazendeiros; vereadores e deputado estadual, vêem a questão do conflito e de como entendem a solução para o mesmo. Procuramos explorar as falas que se chocam e vamos contextualizar com as ideias apresentadas no jornal, antepondo e complementando as formas de ler os ruralistas, os indígenas e os conflitos. Isso vai oportunizar uma melhor compreensão da opinião pública, da construção do imaginário social e de produção de supostas identidades pautadas na lógica da diferença entre o “eu” e o “outro” que acabam por camuflar o aspecto mais dinâmico da questão territorial.

Por fim, em vista de uma possível conclusão, destacamos a leitura do território na elaboração da identidade a partir do “outrem”, tentando propiciar leituras mais elaboradas frente aos conflitos, possibilitando ao nosso ver uma contribuição dos estudos geográficos para melhor se discutir o conflito entre indígenas e proprietários rurais.

CAPÍTULO 1 - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MS: UMA DESCRIÇÃO NECESSÁRIA

A nossa preocupação com a questão dos conflitos de terras na região de Dourados, não pode ser devidamente abordada sem entendê-la como uma construção histórica, já que as forças econômicas e o papel do Estado, desde a época da Colônia, passando pelo Império, mas principalmente após o advento da República, permearam os processos e conflitos e levaram os grupos indígenas a condição de estarem cada vez mais cerceados em sua capacidade de locomoção, reprodução de suas culturas e dos seus modos de sobrevivência.

Como nos próximos capítulos vamos nos ater às falas das entrevistas e a elaboração a partir dessas falas em comparação com a análise dos textos jornalísticos, assim como no contexto do processo de marginalização dos grupos indígenas, tornou-se necessário colocar esse pequeno capítulo como ponte, com intuito de melhor contextualizar para o leitor o desenrolar desse conflito que, notadamente a partir do final do século XIX, mas principalmente ao longo do século XX, devido a intensificação dos mecanismos de ocupação não-indígena na região sul do que hoje se denomina Mato Grosso do Sul e que teve grande interferência na atual situação vivenciada pelos indígenas na região.

Devido às falas de nossos entrevistados, percebemos a necessidade em fazer um breve resgate histórico do processo de ocupação não-indígena no atual Mato Grosso do Sul a fim de nos situarmos melhor em relação ao processo de re/demarcação de terras indígenas, e também de apontar a intenção de alguns setores a tentativa de reforçar no imaginário social, o sentido pejorativo de como se lê os indígenas. É nesse contexto histórico de colonização do Mato Grosso do Sul, que muitos agropecuaristas com apoio da “máquina pública”⁶, acabaram se estabelecendo em terras indígenas, diminuindo as áreas ocupadas dessas populações e os confinando em áreas remanescentes.

Em relação a ocupação no antigo sul de Mato Grosso por não-indígenas, é importante ressaltar que a mesma se intensifica por volta do século XVIII, principalmente com a marcha do gado de Minas Gerais para o Oeste brasileiro. O início deste tipo de ocupação dos não-indígenas também se deu pelo sistema comercial da província de Mato Grosso, que até então era articulado pela navegação que se dava no rio Paraguai até

⁶ Entende-se aqui como “máquina pública”, estruturas públicas e políticas públicas de governos.

Corumbá, pois este trajeto servia de única via entre as cidades platinas e a então capital da província de Mato Grosso, a cidade de Cuiabá⁷.

Não podemos deixar de evidenciar no processo dessa ocupação, a importância no contexto da Guerra do Paraguai (1865-1870), que permitiu ao sul de Mato Grosso viver seu mais intenso processo de ocupação de populações não-indígenas, expulsando as populações indígenas dessas áreas. Com documentos protegidos por apoios governamentais, como no caso o de 1874 expedido pelo Império, muitas frentes expansionistas adentram o interior brasileiro expulsando os indígenas dessas localidades. O documento autorizava “*arredar os indígenas de qualquer modo e tomar conta de suas posses e garantir a família*” (BARBOSA, 1961, p. 06, *apud* BITTAR, 1999, p. 95).

Com a criação da República Federativa do Brasil em 1889, o Estado assumiu o domínio sobre as terras tidas como devolutas, inclusive as terras ocupadas pelas comunidades indígenas, passando assim, a ter poder e domínio sobre essas. Em 1906 o Estado brasileiro passa essa função para o recém criado Ministério da Agricultura Indústria e Comércio⁸. O intuito dessa instituição, manteve os mesmos fundamentos do que até então se aplicava em relação aos povos indígenas, ou seja, o objetivo da instituição era de catequizar e civilizar essas populações.

Em 1910 apoiado por alguns setores governamentais, surge o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN)⁹, que dentre as principais funções, tinha como tarefa identificar esses habitantes do interior do Brasil com intuito de intervir nos confrontos ocasionados entre os chamados desbravadores com os nativos.

A partir da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), em 1910, os gentios foram colocados sob a tutela do Estado, que desde o advento da República passou a atuar de forma mais incisiva para territorializar, civilizar e integrar os povos indígenas na chamada sociedade nacional (BERGAMASCHI & MEDEIROS, 2010, p. 57, 58).

Como a quantidade de secretárias estatais eram limitadas, havia uma enorme dificuldade de gerenciamento dos territórios, que eram considerados imensos “vazios civilizatórios” como era então entendido o Oeste brasileiro. A administração central da

⁷ Consultar: OLIVEIRA, Vitor W. N. “ENTRE O PRATA E MATO GROSSO: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá)”. Campinas, 2006.

⁸ Consulta em <funai.gov.br> Acesso em 20 de outubro de 2010.

⁹ Essa vinculação durou até 1918 quando o “LTN” saiu da esfera do “SPI”.

República, localizada no Rio de Janeiro, passa a delegar poder para que as forças políticas regionais tivessem autonomia de administração e controle territorial. O Estado acabou descentralizando o poderio que tinha sobre o domínio territorial, por entender que essas regiões distantes do poder central, tidas como imensos espaços vazios e territórios habitados por populações arredias a civilização. As oligarquias regionais assumem o controle e se vêem desimpedidas de estabelecer sua política fundiária; a administração sobre a posse da terra, nesse sentido, acabava imperando pelo poder legal dos chamados coronéis através de acordos, arrendamentos e doações de terra.

No caso do sul de Mato Grosso, a Companhia Matte Laranjeira, apoiada pelo Decreto Imperial de 1882¹⁰, a partir da qual foi concedido o arrendamento da área para produção de erva, afastou os indígenas das áreas quando não os colocavam no trabalho. “A Companhia Matte Laranjeira teve enorme importância no processo de ocupação populacional na porção sul de Mato Grosso, a população não-indígena migrou para essa região em busca de novas terras, porém essa ação foi controlada pela Companhia durante esse período. Devido aos interesses políticos da Companhia, as frentes de expansão advindas principalmente da Região Sul do país, tendo destaque os migrantes que vinham do estado do Rio Grande do Sul, após a Guerra do Paraguai, foram freadas pelas lideranças que administravam a Companhia, pois uma grande área estava em domínio da Matte Laranjeira, o que acabou por impedir o avanço dessas frentes expansionistas para aquela região” (FERREIRA, 2007).

Bittar (1999) salienta que:

[...] após a Guerra do Paraguai (1865-1870) – de tristes lembranças, os imigrantes, especialmente as “*comitivas*” gaúchas, tentando se estabelecer e conquistar seu quinhão de terra, tiveram que enfrentar o monopólio e o poder desmedido da Matte Laranjeira, que ameaçava tornar-se um “*Estado dentro do Estado*” ocupando grande parte do território no antigo sul de Mato Grosso. Com apoio do governo estadual, a empresa tentava impedir o povoamento da região [...] (p. 95).

O discurso utilizado pela Matte Laranjeira, surtia efeito no sentido de pressionar para que essa população não marchasse para o sul de Mato Grosso, Manoel Murтинho, ex-presidente do estado de Mato Grosso, era sócio da companhia, e dava nomes pejorativos a quem pusesse a prova o poder desmedido sobre o amplo latifúndio controlado por essa

¹⁰ Consulta em; <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1>> Acesso 10 de outubro de 2010.

empresa, os mais comuns, eram: “agitadores”, “filhos de outros estados”, e alegava que preferia ver a região ocupada por empresas estrangeiras do que pela imigração rio-grandense” (BITTAR, 1999, p. 97).

Depois da Guerra do Paraguai e da instalação da Companhia Matte Laranjeira, o então sul de Mato Grosso, recebe a estrada de ferro Ferrovia Noroeste do Brasil em 1914¹¹ que ligava São Paulo à cidade de Campo Grande. O isolamento do antigo sul de Mato Grosso começa a ganhar atenção na conjuntura econômica e política do estado. Campo Grande passa a desempenhar um papel político de grande pujança, sendo considerada no primeiro governo Vargas (1930-1945) no início da década de 1940 a capital econômica do estado, desagradando os interesses políticos da então capital Cuiabá.

Inicialmente, na política de nacionalização das fronteiras impetrada pelo Estado Novo de Vargas, teremos, na primeira metade do século XX, uma política de colonização estatal voltada a estimular a formação de pequenas propriedades no Sul de Mato Grosso, como exemplo temos a CAND – Colônia Agrícola de Dourados. Entretanto, o isolamento aliado à falta de recursos financeiros levou ao fracasso a maioria destas colônias agrícolas nacionais (ALMEIDA, 2003, p. 113).

Com a rápida ocupação na região Sul do então Mato Grosso, acirrou os problemas em relação às terras indígenas, pois a ideologia dominante, era de integracionistas. Os grupos que trabalhavam no SPI, priorizavam uma rápida integração dos indígenas com a sociedade dita nacional. Isso favorecia as populações não indígenas, pois a liberação das áreas para às populações indígenas eram reduzidas.

As pressões no sentido de *aldearem* os indígenas nas Reservas demarcadas pelo SPI, além de ter provocado o inchaço populacional naquelas áreas, inúmeras outras foram sendo descaracterizadas e/ou destruídas.

Anastácio Peralta, é uma das lideranças dos Guaranis Kaiowá e funcionário da FUNAI, em entrevista que nos concedeu, foi questionado sobre as causas do conflito de terras que vem ocorrendo entre os indígenas e os fazendeiros no estado e sua resposta foi:

“Teve um tempo de praticamente a gente pegar outra cultura, que é a cultura dos europeus, mas não conseguiu, nesse meio de tempo veio rodando aí de 1910, começou a instituição chamado SPI, a ideia também

¹¹ Consultar: MORATELLI, Thiago. “OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL EXPERIÊNCIAS OPERÁRIAS EM UM SISTEMA DE TRABALHO DE GRANDE EMPREITADA (SÃO PAULO E MATO GROSSO, 1905-1914)”. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009. (Dissertação de Mestrado).

era integrar na sociedade brasileira com todos os brasileiros, mas não levaram sorte, e em 1970 nasceu a luta e aí vem a Constituição de 1988 que melhorou bastante, onde nós temos direito de nossa língua, nossa reza, nossos cantos, nossa dança, nossa cultura, nossa tradição, temos direito a terra, então de lá pra cá a gente veio mudando nossa situação. O SPI entedia nós como pessoas sem cultura, sem tradição, sem deus, nossas rezas, nossos cantos, não tinham valor nenhum, o que valia era o deles, eles massacravam a gente, mas a gente conseguiu sobreviver até agora” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 14/04/2010).

Para ele, o SPI foi um órgão que tentou de todas as formas descaracterizar o modo de vida indígena, tendo como intenção a integração dos indígenas na sociedade nacional.

A postura adotada pelo SPI com os indígenas, nesta situação, só reforça a marginalização desses grupos e também os silencia, construindo assim, uma identidade dada pela negação, e que somente se realiza e se generaliza por causa do arranjo dos grupos sociais que ocupam o poder político dessa região.

Nesse sentido, as políticas aplicadas acabavam por priorizar as “frentes de expansão colonizadora”, pois concentravam todas as organizações indígenas dessas áreas, em uma única Reserva.”. Segundo Ferreira (2007).

“Os índios que viviam em um território sem fronteiras passam, a partir da demarcação das Reservas, a viver sob o controle de postos, submetidos a medidas convenientes para o Estado. A burocracia inerente à administração, implantada pelo SPI, refletiu-se, negativamente, na vida dos índios que passam a sofrer um crescente controle, autoritário e burocrático, sobre suas vidas” (p. 83).

As políticas integracionistas não pretendiam conceder ou certificar terras para os populações indígenas, e não estavam bem intencionadas sobre a reprodução econômica e cultural desses povos, as políticas eram pautadas meramente na "integração". Esses lugares eram chamados de “Reservas” e representavam terras provisórias, também não estavam localizados em áreas de uso tradicional dos indígenas, o que acontecia ali, era a escolha dessas terras por parte do poder público, numa tentativa de inserção dos povos indígenas nos moldes do trabalho assalariado. [...] “o SPI demarcou terras onde julgou ser mais conveniente para o desenvolvimento das atividades integracionistas, o que não coincidia com as áreas de ocupação tradicional dos povos indígenas” (FERRREIRA, 2007, p. 41).

Para o SPI, não havia diferença do uso da terra, não havia entendimento diferenciado para lidar com a terra, o que o SPI sustentava, era a lógica mercadológica da utilização dessas terras. De forma geral, o problema se agravava, pois boa parte das

terras reservadas aos indígenas não eram reconhecidas como áreas de ocupação tradicional, já que muitos vinham de outras localidades.

O cotidiano dessas populações indígenas também passou a ser marcado pela violência física e moral, perpassado pela indiferença e preconceito por parte da população regional, consequências da chegada das frentes de exploração na região e da intensa disputa em torno da posse das terras que se instala na região (FERREIRA, 2007, p. 42-43).

O que esse órgão e essas populações que viviam no entorno da Reserva exaltavam é que todo indígena deveria ser aldeado, pois:

“[...] índio desaldeado é aquele que não se deixando civilizar em espaços próprios para isto, nega a organização imposta a eles, recusando ocupar o lugar que lhe foi destinado. Se o índio se nega a viver na Reserva, lugar onde ele deveria ficar por ter sido criado para ele, mas não por eles, nega a ordem que lhe fora imposta, sendo esta recusa entendida como uma espécie de transgressão (LUTTI, 2009, p.111),

Isso reforçava cada vez mais violência física, moral, indiferença e preconceito para com as populações indígenas.

As políticas de tutela do Estado para as comunidades indígenas, é outra questão que permeia nossa discussão em relação ao processo de integração das comunidades indígenas na sociedade nacional. As políticas de tutela por parte do Estado começam a ganhar força já na década de 1920 e em 1928, com decreto federal nº 5484, ficou estabelecido que o Ministério da Agricultura seria o responsável pelas terras do patrimônio nacional que se julgavam necessárias ao SPI, autorizando a troca de terras particulares onde os indígenas estavam estabelecidos por terras públicas (BRAND & ALMEIDA, 2008).

O intuito para tal decreto, pautava-se na intenção de o Estado dar assistência e proteção às comunidades indígenas e permitir a expansão capitalista nas áreas onde ocorriam os conflitos entre os indígenas e os fazendeiros que ali se estabeleciam.

Brand & Almeida (2008) salientam que:

Os objetivos que nortearam a criação desse órgão da administração pública federal foram colocar as populações indígenas sob a égide do Estado, por meio do instituto da tutela, prometendo assegurar-lhes assistência e proteção, tornando efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre indígenas e fazendeiros. Em decorrência do predomínio dos positivistas, vai sendo substituída a idéia de catequese, obra das ordens religiosas a serviço do Estado, que

reivindicavam “o monopólio da catequese e civilização dos índios”, pela idéia de proteção a ser garantida pelo estado laico (p. 03).

A intenção do SPI, para integração dos indígenas na sociedade nacional é evidenciada com a vinculação desse órgão ao Ministério da Agricultura, pois havia o interesse em tratar a questão indígena, com o mesmo teor das questões dos trabalhadores rurais, e não com especificidades que as comunidades indígenas necessitavam, pelo fato de se organizarem socialmente diferente dos costumes da sociedade não-indígena.

Em muitas regiões da porção meridional do país, como o que ocorria no sul do Mato Grosso (hoje Mato Grosso do Sul). [...] *“as áreas estabelecidas pelo SPI são muito menos uma reserva territorial do que uma reserva de mão-de-obra, passando a ser uma característica dessas regiões formas temporárias de trabalho assalariado”* (OLIVEIRA, 1998, p. 34).

Podemos assim destacar, que a questão da tutela do Estado em relação aos indígenas, tinha justamente esse caráter “integrador”, já que a intenção do Estado até então, era transformar esses indígenas em trabalhadores rurais, de transformá-los em mão de obra.

Ao entender os povos indígenas como transitórios e, portanto, não como povos possuidores de territórios e de direitos, a política de re/demarcação de terras do SPI apoiava-se na concepção de reservar espaços nos quais essa transitoriedade possa ser vivida, sob a proteção do Estado (BRAND & ALMEIDA, 2008 p. 4).

Nesse contexto de participação efetiva do Estado em relação às questões indígenas, destacamos o período militar como aquele que implicou em mudanças significativas nas políticas aplicadas em relação às terras indígenas. Este período foi marcado principalmente pela nova configuração governamental, econômica e social do país. Os militares ao tomarem o governo em 1964, trouxeram medidas importantes para a questão indígena, apesar de serem aplicadas de forma distorcida.

Um dos pontos principais para a tomada do governo pelos militares se deu pela configuração mundial após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando o mundo se divide em duas frentes econômicas, de um lado, o poderio norte americano buscando a expansão de novos mercados pautado na lógica capitalista e de outro, a antiga URSS, com sua política socialista. Nesse período intitulado de Guerra Fria, alguns levantes e mobilizações em relação a conjuntura mercadológica capitalista se colocam em questão no Brasil. Isso muito contribui para a tomada do poder pelos militares, como forma de

repressão aos movimentos comunistas que começavam a surtir efeito em vários países mundo afora.

Sobre a questão indígena, a nova Constituição de 1967¹², na Emenda Constitucional nº 1/69, alterou o que vinha até então sendo aplicado em relação às terras indígenas tendo como princípio que essas terras seriam parte do patrimônio da União centralizando a questão indígena para a esfera federal. Ficando garantido a esses povos, o usufruto exclusivo dos recursos naturais presentes nessas áreas. Desde então, muitas reivindicações por parte de fazendeiros e outros interessados em explorar essas áreas, geraram descontentamento e forte pressão governamental.

Outra mudança significativa em relação às terras indígenas, se deu na Constituição de 1969¹³ nos parágrafos 1º e 2º do artigo 198, que isentavam o Estado quanto à restituição das benfeitorias feitas nessas áreas indígenas por pessoas que a tivessem ocupado. Mesmo que alguns fazendeiros possuíssem o título da terra, esses proprietários não poderiam impedir que a re/demarcação sobre a mesma fosse feita em favor dos indígenas e sem garantia de qualquer recompensa econômica pelas supostas benfeitorias ali já realizadas. Essa questão causou muito descontentamento entre os proprietários e lideranças políticas locais, que se sentiram prejudicados em relação à prática de ocupação de terras que vinha sendo realizada como algo “natural” desde a Lei de Terras de 1850¹⁴.

Não cabe aqui nesse trabalho entrarmos em detalhes sobre as atribuições jurídicas específicas relativas aos atos constitucionais, estamos apenas salientando a mudança da conjuntura de forma abrangente, destacando a participação do Estado enquanto tutor dos indígenas.

Apesar dessas medidas legais, as políticas desenvolvimentistas articuladas pelos militares visando acelerar o processo de industrialização e urbanização do país, afetaram sobremaneira as formas de ocupação da região. O tradicional domínio dos coronéis teve que se modernizar, urbanizando-se e tendo que se relacionar com novas lideranças emergentes localmente.

¹² Consulta em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm> Acesso em 18 de outubro de 2010.

¹³ Consulta em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm> Acesso em 18 de outubro de 2010.

¹⁴ Consulta em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm> Acesso em 20 de outubro de 2010.

O aprimoramento da infraestrutura, ocorreu com um forte aporte econômico estatal para empresas que tinham interesses de exploração das riquezas dessa região, muitas estradas e hidrelétricas foram construídas, associado a esse novo projeto, os meios de comunicação de massa, passaram a ditar novos padrões de consumo e, a vida urbana acabou sendo o principal referencial de comportamento social, provocando ainda mais tensão as Reservas indígenas que diante desta nova conjuntura, reforçavam a ideia de que aquelas áreas eram o empecilhos para a plena realização do desenvolvimento econômico em bases modernas. Muitos indígenas acabaram se transferindo para outras áreas, isso gerou consequências nas estruturas sociais dessas populações, segundo Isoldi & Silva (2008):

É o momento em que foram desencadeados novos vetores aos processos produtivos, da sociedade urbano-industrial, desarticuladores de antigas ordens locais. Orientados por tal lógica, se sobrepõem como novos usos àquelas parcelas do território tradicionalmente pertencentes às comunidades, implicando numa supressão de paisagens construídas ao longo do tempo (p.75).

Outra mudança ocorrida durante o período militar foi em relação ao órgão governamental até então responsável pelas questões indígenas, o SPI. Em 1967, com denúncias sobre corrupção, irregularidades no campo administrativo e má gestão no que se referia aos recursos presentes em terras indígenas, esse órgão é substituído por um novo, que tinha como intuito centralizar a prestação de serviços dada aos indígenas. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI)¹⁵, surge como proposta de garantir a posse permanente das terras indígenas e dar o apoio necessário para o usufruto dos recursos naturais existentes nessas áreas. Para atenuar as insatisfações e as críticas que vinham sendo feitas ao SPI, o governo federal propõe elaborar uma nova legislação para os indígenas. Para tanto, entra em vigor em 1973 a Lei 6.001, o Estatuto do Índio.

Baseado numa concepção que em nada se diferenciava daquela que existia desde o início da colonização, o Estatuto do Índio anunciava o seu propósito logo no primeiro artigo: “integrar os índios à sociedade brasileira, assimilando-se de forma harmoniosa e progressiva”. Em outras palavras, o objetivo do Estatuto era fazer com que os índios paulatinamente deixassem de ser índios. Tratava-se, portanto, de uma lei cujos destinatários eram como “sujeitos em trânsito”, portadores, por isso mesmo, de direitos temporários, compatíveis com a sua condição e que durariam apenas e enquanto perdurasse essa mesma condição (ARAÚJO, 2006, p.32).

¹⁵ Consulta em: < <http://www.funai.gov.br/>> Acesso em 20 de outubro de 2010.

“O artigo 17 da Lei nº 6.001 de 10 de dezembro de 1973, do Estatuto do Índio, aponta três tipos de terra indígena: as terras dominiais recebidas pelos índios em virtude de ações do direito civil, como a doação, compra e venda ou permuta, em sua maioria provenientes de doações às comunidades indígenas feitas por órgãos públicos (federalis ou estaduais) ou particulares anteriores à República; outro tipo se refere às áreas reservadas pelo Estado para os índios, em parques e Reservas indígenas; e finalmente as áreas de posse permanente dos índios e cuja eficácia legal independe de ato demarcatório”. Conforme Lei nº 6.001, (arts. 32 e 22) do mesmo Estatuto: “Os indígenas gozam de pleno direito de propriedade somente sobre as poucas e reduzidas terras dominiais, enquanto a vasta maioria das terras indígenas no Brasil, classificadas como áreas reservadas e as de posse permanente constituem-se em bens inalienáveis da União, aos índios resguardando-se a posse permanente e o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e das utilidades ali existentes”¹⁶.

Entretanto, o Estatuto do Índio, enfatiza de forma nítida o que Oliveira (1998, p. 19) chama de: *"a via camponesa como modo privilegiado de integração das populações indígenas na sociedade brasileira. O direito dos grupos tribais de ter acesso à terra é reiteradamente afirmado"*, ficando explicitado que se trata de *"garantir a terra como um meio de produção necessário (arts. 26, 27 e 28) "*.

Ainda utilizando das palavras de Oliveira (1998):

A constituição de uma reserva faz com que a população indígena aí reunida possa cristalizar certas peculiaridades econômicas e sociais, favorecendo a reprodução de um novo tipo social: o campesinato indígena, com posse comunitária do meio básico de produção, a terra” (p. 20).

Vemos que somente as terras que estavam sobre o domínio da União, dariam aos indígenas o direito a posse permanente, porém os indígenas permaneceriam tutelados pela FUNAI e também subordinados ao Estado. Esse denominado campesinato indígena, seria uma forma de controle coletivo em relação as terras.

Somente no final da década de 1970, questões socioeconômicas que envolviam os indígenas, ganharam importância e relevância para a sociedade civil. Paralelamente, os indígenas intencificaram mobilizações via seus próprios movimentos organizativos e a

¹⁶ Consulta em <<http://br.monografias.com/trabalhos/terras-indigenas-brasil-projetos-amazonia/terras-indigenas-brasil-projetos-amazonia.shtml>> Acesso em 05 de junho de 2010.

outros movimentos sociais condescendentes com a causa indígena, em busca da defesa de seus interesses e direitos.

Começavam a se articular neste período pelo país, movimentos de resistência e oposição ao regime militar ditatorial, surgindo novos atores sociais que vagarosamente foram criando e fortalecendo esses movimentos, colocando em prática a partir daí, estratégias de luta, permitindo transformações da realidade social, econômica e política do Brasil.

Os povos indígenas, “[...] *tendo seus territórios invadidos ou tomados e suas expressões culturais ridicularizadas e desprezadas, sendo condenados compulsoriamente ao extermínio enquanto povos etnicamente diferenciados*” (SILVA, 1999, p. 96). Tiveram grande apoio desses novos setores que se rebelavam contra a realidade sociopolítica.

“Por um lado, buscava-se a implantação de novos modelos políticos e econômicos (a partir do paradigma socialista); por outro, explodia a reação violenta das classes dominantes, impondo regimes ditatoriais, instaurando a repressão [...]” (SILVA, 1999, p. 96).

Os indígenas começaram a se aproximar de pessoas ligadas aos movimentos sociais de defesa dos direitos civis, muitas organizações indígenas e entidades de defesa de direitos, promoveram amplos debates, com intuito de assegurar a demarcação das terras. A reflexão crítica diante da situação imposta pelos detentores do capital, e das lideranças ligadas as políticas de Estado, que insistiam na integração dos indígenas, pois entendiam ser a melhor solução para esses povos, foi construída com apoio dessas entidades de defesa de direitos e de organizações indígenas. Diante dessa nova condição, os indígenas passaram a defender os direitos de posse das terra e a se organizarem politicamente, podendo lutar por seus interesses e por sua forma de organização sociocultural.

Com o surgimento do movimento indígena organizado a partir da década de 1970, os povos indígenas do Brasil chegaram à conclusão de que era importante manter, aceitar e promover a denominação genérica de índio ou indígena, como uma identidade que une, articula, visibiliza e fortalece todos os povos originários do atual território brasileiro e, principalmente, para demarcar a fronteira étnica e identitária entre eles, enquanto habitantes nativos e originários dessas terras, e aqueles com procedência de outros continentes, como os europeus, os africanos e os asiáticos (LUCIANO, 2006, p. 30).

Com o surgimento de movimentos indígenas, esses grupos passaram a ter voz na luta pela terra. Essa nova configuração no seio social, permite aos indígenas participarem

de discussões, inclusive a respeito da demarcação de terras, promovendo maior visibilidade e oportunizando dialogar com outros segmentos da sociedade e com representantes do Estado.

No caso do estado de Mato Grosso, mudanças importantes ocorreram. Em 1977 o estado é dividido político-administrativamente, pressionado pelas forças separatistas e por interesses à consolidação das estruturas e expansão do mercado, da lógica da vida urbana e da realização societária fundada na legalidade e no controle institucional.

O ideólogo do regime militar defendia a ocupação estratégica do território nacional de forma a estimular o desenvolvimento capitalista, que, no contexto da Guerra Fria, achava-se ameaçado pelo “comunismo”. As regiões de fronteira com outros países, como era o caso do sul de Mato Grosso, não poderia ficar “desguarnecidas”, à mercê de “ataques subversivos”, de “guerrilhas”[...] (BITTAR, 1999, p.104).

A questão pautava-se na concepção de segurança nacional, ocupar áreas de fronteiras para garantir a integridade nacional. O Mato Grosso recebeu uma atenção especial no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) elaborado no período militar em 1974, pelo então general Ernesto Geisel, pois tinha como prioridade, “*em matéria da divisão territorial é considerar um ou dois pontos importantes da ocupação do subcontinente Amazônico-Centro-Oeste, com atenção especial à situação de Mato Grosso*”¹⁷.

Ainda no final dos anos de 1970, passou a atuar na região também, o Conselho Indigenista Missionário (CIMI)¹⁸, e os indígenas contaram com ocasiões regulares para discutir questões relacionadas as suas terras.

Nesse período histórico, deu-se um desencadeamento de reivindicações no Mato Grosso do Sul. A aprovação da Constituição no ano de 1988 surgiu como um elemento a mais a fortalecer os direitos indígenas sobre o direito à terra, de modo que os anos de 1980 se revelam profícuos na identificação e re/demarcação de um grande número de terras indígenas.

É com a Constituição Federal do Brasil de 1988, que a questão das terras indígenas ganha notoriedade em relação aos diversos e pouco resolvidos problemas fundiários no

¹⁷ (BRASIL, II Plano Nacional de Desenvolvimento, 1975. p. 46. *apud*. BITTAR, 1999).

¹⁸ Consulta em: <<https://cimi.org.br/>> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

Brasil, considerando que em seu artigo 231, a constituição garante aos povos indígenas "os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam"¹⁹.

O direito à posse da terra pelos indígenas, garantido na Constituição de 1988, para alguns setores da sociedade do Mato Grosso do Sul deve ser rejeitado em nome da "propriedade privada"²⁰. Para esses setores da sociedade, os direitos dos indígenas acabam sendo sacrificados em nome do desenvolvimento econômico²¹.

“A partir de uma análise histórica, percebemos um crescente processo de exclusão e violência aos povos indígenas. Já que historicamente, viviam livremente, sem limites territoriais, a não ser os definidos pelas próprias etnias. Retiravam do seu espaço vivido o que necessitavam para sobreviver. Os indígenas sempre tiveram estreita ligação com o território, de onde retiravam o seu sustento e estabeleciam seus rituais. Deste modo, percebemos a importância do território para os índios [SANTANA JUNIOR, 2008, p. 1).

Com isso, vemos que existe uma concepção de território que nem chegava a ser enunciada, tal a imanência disso a que denominamos território para as condições fundamentais de produção de identidade e de seu conjunto societário com os lugares em que a vida acontecia.

Com o contato cada vez mais intenso com a cultura não-indígena, os próprios grupos étnicos indígenas passaram a mudar seus referenciais que apontam para outros sentidos territoriais, mas não os isolam da visão hegemônica atualmente praticada de se entender território como estrutura de exercício de poder e administração. Mas isso deixaremos para discutir nos capítulos seguintes.

O importante nesse capítulo, foi salientar e procurar perceber, que a visão do Estado tanto em tentar abordar os indígenas como tutelados a serem integrados ou isolados em seus elementos culturais, quanto as forças econômicas que tomam aos mesmos como empecilhos para a realização de suas potencialidades ou como força de trabalho, levam a circunscrever a visão das diferencialidades culturais entre os vários grupos indígenas e entre eles, e as desigualdades sociais inerentes a sociedade capitalista em visões dualistas

¹⁹ Consulta em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 de janeiro de 2011.

²⁰ O veículo midiático escolhido para nossa pesquisa, o jornal *O Progresso*, também compartilha da defesa da propriedade privada, pois segundo as reportagens feitas com proprietários rurais, o estado do Mato Grosso do Sul, tem forte representatividade econômica ligada ao setor agropecuário e depende quase exclusivamente do agronegócio.

²¹ Aprofundaremos essa abordagem no capítulo 3.

generalizantes. Vimos que essa postura é hegemonicamente praticada na luta pelos territórios entre indígenas e proprietários rurais na região de Dourados.

CAPÍTULO 2 - REFERENCIAIS TEÓRICOS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE DISCURSOS, CULTURA E IDENTIDADE

Neste capítulo da dissertação, vamos delimitar algumas ideias que servem de ferramenta para as análises que faremos sobre as entrevistas realizadas e também das interpretações que realizamos sobre as reportagens coletadas do jornal *O Progresso*. Vamos, portanto, dividir o capítulo em subitens que visam tecer considerações gerais, bem como pontuar nosso entendimento sobre o discurso científico e o discurso midiático e assim melhor nos posicionarmos quanto aos materiais da pesquisa que serão apresentados nos capítulos decorrentes.

O outro aspecto que identificamos como necessário aqui melhor esclarecer, se refere ao sentido de identidade cultural e a relação deste com o aspecto de pertencimento territorial. Vamos enfatizar como entendemos a questão de identidade cultural, indicando a nossa intenção de colocar essa problemática do conflito entre re/demarcação das terras indígenas, frente aos interesses de produção dos proprietários rurais a partir do aspecto dinâmico e diverso da identidade territorial, é o que almejamos abordar na conclusão dessa dissertação após a apresentação e análise dos vários documentos e entrevistas realizados durante a pesquisa.

2.1 – Sobre linguagem e discurso científico

Na chamada pós-modernidade, modernidade tardia ou qualquer outra denominação dada às transformações que atualmente estão ocorrendo na sociedade em escala global, percebemos a importância de:

“[...] repensarmos nossas posturas científicas e valorizarmos as linguagens que, a partir da introdução da ciência nas bases do pensar moderno, foram negligenciadas ou silenciadas em prol de um discurso generalizante e sistematizador da ‘verdade’.”(PINHEIRO, 2010, p. 18-19).

A linguagem é o meio no e pelo qual vivemos o mundo, não está separada deste, pois ao significá-lo, ao interpretá-lo e ao incompreendê-lo, expressa o modo do mundo ser.

Ela, a linguagem, não pode ser transformada num objeto passível de ser definida em separado do mundo humano, numa ilusão de verdade atingida por meio de conceitos que se encontram fora das coisas, inclusive o próprio ser e o pensar. É o mistério, a sombra do conhecimento. Mas a linguagem, conforme a escala mais imediata de necessidades, pode ser empregada para analisar fenômenos enquanto coisas e objetos, mas eles não se desvencilham da vida, apenas tomam conotações outras em meio à diversidade de experiências.

Assim sendo, podemos afirmar que ao investigarmos a linguagem estamos investigando igualmente a sociedade da qual ela é linguagem, o contexto social e cultural na qual é usada, as práticas sociais, os paradigmas e valores, a “racionalidade” desta comunidade; e desta forma pode-se dizer que não há uma separação radical entre “linguagem” e “mundo” já que a “realidade” é construída exatamente pelo modo como aprendemos a linguagem e a usamos (MARCONDES, 2000, p.17-18).

Tal forma de compreender a linguagem, no nosso caso a linguagem científica da Geografia, não é a hegemonicamente praticada nos meios acadêmicos. A concepção que referencia o discurso geográfico majoritariamente exercitado atualmente, não importa qual referencial metodológico seja empregado, parte do pressuposto de uma distância entre o especialista que sabe como pensar o objeto pensado, sendo que através de um referencial metodológico preciso, atingirá a verdade essencial do fenômeno observado.

Contudo, conforme as palavras acima citadas de Marcondes (2000), a Geografia, enquanto linguagem que tem algo a dizer para o Homem e não para a verdade em si, está embrenhada no contexto da vida e não é estranha ou distante da mesma. O sentido geográfico elaborado pelo discurso desta ciência se dá ontologicamente enquanto acontecimento imanente da espacialização das relações humanas e não numa concepção a priori e transcendental às condições com que o viver acontece.

No processo de institucionalização da ciência em geral, e da Geografia em particular, a tendência a especialização dos estudos a partir de elaboração de metodologias específicas para serem aplicadas conforme o fenômeno, o estudo se apresentava numa ordem dicotômica, ou seja: como biológico ou inorgânico, natural ou social, mineral ou vegetal etc. Essa forma de abordar os diversos elementos estruturadores do universo se reverberou nos estudos geográficos em dois grandes ramos. De um lado, o que aborda os fenômenos em sua dinâmica espacial a partir do ritmo temporal da natureza. De outro, os fenômenos que seguem o ritmo do tempo das relações humanas.

A linguagem científica da Geografia é cindida entre uma ontologia do ser natural e outra do ser social, buscando cada uma a hegemonia de sua concepção metafísica de verdade. Essa esquizofrenia epistemológica da Geografia a faz digladiar entre o sentido de ser ciência se encontrar na exatidão das análises em bases matemáticas, que são mais pertinentes ao abordar os fenômenos de ordem físico-natural, ou o sentido científico geográfico encontra-se no rigor racionalizante do discurso logicamente articulado para enquadrar as relações humanas. A questão é que tanto uma perspectiva quanto a outra se entendem como Geografia científica a partir do atendimento preciso, em bases rígidas e não contraditórias, ao que a ordem estatal almeja enquanto processo de planejamento para a mais eficiente administração territorial, assim como dos conteúdos necessários a serem trabalhados em sala de aula.

Em ambas permanece a distância sujeito/objeto e a busca por padrões de semelhanças para posterior generalização da verdade única dos fatos, só que partem de perspectivas diferentes, com metodologias diferentes, com parâmetros ontológicos diferentes. Uma mesma ciência com dois discursos epistemologicamente estranhos. Essa esquizofrenia do discurso científico, inviabiliza a realização de um conhecimento que, mesmo empregando ferramentas metodológicas diferentes em conformidade com o fenômeno, tenha como parâmetro uma postura comum de articulação de seu discurso epistemologicamente elaborado, estabelecendo um referencial ontológico unívoco em relação a diferencialidade múltipla do mundo.

Enquanto linguagem geográfica, não se pode ter uma forma de ler a espacialização da física natural diferente da espacialização da física humana, pois o fenômeno da espacialização se funda no encontro homem/mundo, do pensar que produz o mundo em pensamento. As coisas se espacializam, mas é o Homem que assim estabelece o sentido dessa espacialização. Ela, a espacialização de algo, não se encontra transcendental ao contato humano que a interpreta, é imanente a esse encontro.

Insistir em uma abordagem das físicas em separado, com epistemologias próprias²², só tem sentido para a prática de um pensamento controlador, pragmaticista e generalizante,

²² O que aqui estamos definindo por epistemologia é o conjunto de pensamentos e processos que se articulam para estabelecer a produção de conhecimento científico. A epistemologia, portanto, reflete e ao mesmo tempo delimita o como cada ramo científico se identifica como uma área que produz determinado conhecimento a partir de seu contexto comum e singular, reverberando tal identidade em seu discurso e estrutura conceitual. Isso significa que mesmo empregando metodologias diferentes para aspectos diversos da realidade, mesmo

que não se volta para uma melhor compreensão do mundo atual a partir das necessidades essencialmente humanas; mas se subsume aos interesses estranhos a vida humana, voltando-se para as necessidades de controle e gerenciamento territorial, seja por parte do Estado, em suas diversas escalas de atuação, ou necessidades das grandes corporações econômicas (FERRAZ, 2010).

Utilizando ainda das palavras de Ferraz (2010), temos que a linguagem geográfica visa contribuir para que o ser humano melhor se localize e se oriente no mundo de hoje, a partir das complexas formas em que a vida acontece em suas diferentes escalas e territorialidades. O uso de técnicas e ferramentais teóricos pode contribuir, mas em si esses instrumentais e referenciais não se caracterizam a priori como geográficos, o sentido geográfico se dá a partir da forma como são lidos e interpretados ao se abordar os fenômenos produzidos, vivenciados e observados.

Essa questão da linguagem comum para organizar os referenciais de abordagem da diversidade do mundo por um discurso que se diz científico, torna-se crucial para a Geografia que visa, portanto, não mais a coerência lógica do discurso em si, a partir de um modelo de se fazer a verdadeira ciência, mas de um conhecimento que contribua de fato com uma melhor leitura da dinâmica escalar das relações espaciais a partir de formas mais conscientes, críticas e criativas de se localizar e se orientar no mundo a partir de onde o ser humano se encontra.

Portanto, é na busca de uma epistemologia articuladora da identidade do discurso geográfico que esse trabalho se coloca, ou seja, não se entende o geográfico aqui a partir de um método rigoroso e científico que estabeleça o conjunto de semelhanças que permita a generalização dos aspectos representacionais em bases da lógica matemática, das ciências físicas, químicas ou biológicas; também não se entende geográfico aqui o conhecimento que apenas revele a verdade oculta pelas aparências sociais das relações humanas a partir do rigor lógico-dedutivo de métodos baseados em referenciais sociológicos, históricos, antropológicos etc.

que se fundamente em métodos específicos para dada característica do fenômeno estudado, a epistemologia com que se fundamenta essa abordagem científica tem que estabelecer certa unidade comum de discurso e de entendimento dos seus conceitos. Tal unidade não ocorre entre a Geografia que se diz física e a que se autodenomina humana (FERRAZ, 2010).

Não é o método empregado a partir de uma concepção epistemológica de ciência físico-matemática, nem é o método baseado numa epistemologia de ciência social-histórica que define o conhecimento geográfico, mas sim uma concepção de discurso científico pautado no encontro do Homem com o mundo. Nesse encontro, acontece o mundo em pensamento; portanto, não visamos aqui a busca por semelhanças para posterior generalizações, mas procuramos identificar as diferenças para criar novas potencialidades interpretativas, outros sentidos que abram novas perspectivas para o Homem se entender no mundo (DELEUZE & GUATTARI, 1992). A Geografia, assim, se articula em uma epistemologia que potencializa seu discurso e conceitos estruturadores numa abordagem capaz de auxiliar os homens melhor se localizarem e se orientarem no mundo a partir do lugar em que se encontram. Eis a nossa postura aqui assumida.

Contudo, para melhor compreender a pertinência dessa necessidade discursiva comum a um determinado ramo do saber científico, e de como esse discurso se gesta no contexto do meio social em que a necessidade do mesmo se coloca, resgatam-se algumas ideias dos estudos linguísticos sobre a questão. Na perspectiva linguística, verifica-se que o sujeito-autor não é livre, ele está assujeitado ideologicamente²³. Portanto, a liberdade de se expressar e de defender valores e ideias, na verdade, não acontece de fato: o indivíduo está submetido às relações concretas do cotidiano, do inconsciente e à estrutura da própria língua.

Pode-se dizer, então, que toda ciência enquanto tentativa de explicar o real é de natureza discursiva, uma vez que possui uma estrutura argumentativa e uma elaboração conceitual que são por natureza linguísticos (MARCONDES, 2000, p. 145).

Para uma discussão no âmbito discursivo, entendemos que os discursos não são harmônicos e frutos de um evoluir progressivo rumo a sempre melhor elaboração do mesmo. Nos discursos, tanto científicos quanto cotidianos, midiáticos, pedagógicos etc., os conflitos de ideias, valores, posturas, atitudes, desejos e incompreensões provocam as tensões, os buracos e respostas contingenciais conforme a situação e os objetivos, conscientes ou não, em disputa. Nessa tensão, muitas vezes podem ser abafadas nos

²³ “‘Ideologia’ se define classicamente de acordo com dois elementos: uma função valorativa, normativa, diretiva que corresponde aos interesses de um grupo ou classe dominante numa sociedade; e o ocultamento desta função e de sua origem, produzindo-se uma ilusão de objetividade que de resto é indispensável para que a ideologia exerça sua função diretiva” (MARCONDES, 2000, p. 29).

percursos em conflito, assim como nem ouvidas, conforme o poder e a força dos que tentam articular as regras do jogo.

Aí se perde a profundidade das múltiplas posições, criando-se uma paisagem uniforme a partir da visão dos que detém a hegemonia dos meios comunicativos, restando apenas para os que não aceitam essa visão serem reconhecidos pelas forças hegemônicas como oposição; delineiam-se, assim, apenas ambiguidades a partir de uma perspectiva cultural, do olhar dominante. Há, nesses espaços discursivos, rituais que permitem ou não a penetração do sujeito nos discursos, porque apenas algumas categorias de sujeitos têm acesso a determinadas posições. Para tanto, o discurso de um, sempre estará marcado pela presença do discurso do outro, entendido aqui como um discurso pré-existente que é apenas repetido e reafirmado pelo sujeito.

Foucault (1996) mostra como a produção do discurso, em todas as sociedades, é controlada, redistribuída e organizada por procedimentos que “*têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade*” (p. 9). Entretanto, dizemos que o discurso não é apenas o que oculta ou manifesta o desejo, mas também o objeto deste desejo; não é somente a tradução de sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta.

Todo discurso está relacionado a efeitos de poder, os quais, por sua vez, constituem uma “política de verdade” em cada sociedade. Todo saber está, de alguma forma, ligado ao exercício de um poder; as formas do poder se exercer nos trazem um saber; o discurso de uma época não vem sozinho. São os tipos de discurso que a sociedade acolhe e faz circular como verdadeiros e que funcionam como uma verdade coletiva: “[...] *poder e verdade estão ligados numa relação circular*” (GORE, 1994, p. 10). Os tipos de discursos aceitos, que funcionam como verdadeiros, garantem a manutenção do poder em suas práticas discursivas. Aproximando esse pensamento para o discurso científico da Geografia, quando esse se consolida como conhecimento científico, entendemos que:

[...] selecionou aspectos da paisagem percebida e tentou organizá-los em determinados padrões classificatórios pertinentes para com os interesses e possibilidades de administração e controle do território pelo aparato técnico, jurídico e político do Estado-Nação; o olhar volta-se para pensar a questão nacional e dos objetos de regulamentação das relações praticadas segundo uma lógica econômico-administrativa hegemônica, a qual subsumia os diversos agentes sociais em nome do desenvolvimento, notadamente o econômico (PINHEIRO, 2010, p. 24).

Assim, Geografia, com poder de estabelecer o sentido único e verdadeiro do processo de controle e gerenciamento do território por parte do Estado, acabou contribuindo para a consolidação do “[...] *status de discurso científico, portanto, eficiente, objetivo, exato, totalizante, não contraditório e absolutamente verdadeiro*” com que passou a se entender o espaço nacional e as formas políticas de ordená-lo; assim, “[...] *sacrificou toda uma diversidade de conhecimentos em prol do que oficialmente passou a ser considerado como geográfico*” (FERRAZ, 2001, *apud* PINHEIRO, 2010, p. 22).

Compreendemos que o conhecimento geográfico necessário, condensado em um projeto científico, não pode mais se contentar, se restringir a elaborar representações do real pautado na formalidade Lógica²⁴ e na Metafísica²⁵ da verdade em si; um saber científico atualmente deve identificar seus limites, suas principais problemáticas e, se possível, tecer considerações que possibilitem um repensar destes elementos perante as atuais necessidades cotidianas do Homem e da sociedade.

Diante disso, torna-se inviável, perante a dinâmica e complexidade do mundo atual, querer elaborar conhecimento científico pautado em apenas uma metodologia, ou fundamentar os resultados de suas atividades a uma coerência lógica do discurso, sem se ater para a pertinência desse discurso caminhar ao encontro do mundo, ao invés de se impor a esse a partir da não contradição lógica de seus enunciados. Não é mais possível acreditar no desvendar uma única verdade absoluta e essencial das aparências enganosas com que se observa e vive o mundo, pois o mundo é também verdadeiramente aquilo que observamos e vivemos.

Ferraz (2010) diz que a verdade não é algo absoluto, mas isso não significa que ela seja relativa a cada um. A verdade é o que socialmente foi produzida como resposta

²⁴ Um dos principais papéis do emprego da Lógica para a Filosofia é o de garantir que nosso pensamento proceda corretamente a fim de chegar a conhecimentos verdadeiros e claros. Essa compreensão se pauta na crença da identificação entre o correto argumentar com a certeza do pensar sobre o mundo, portanto, a palavra, escrita ou falada, reproduz a lógica exata do real. Se a lógica que baseia nosso discurso sobre o mundo for baseada num pensamento retilíneo, sem contradições ou dubiedades, a verdade se expressará de forma inquestionável (DELEUZE & GUATTARI, 1992).

²⁵ Metafísica: ramo da filosofia que estuda o ser enquanto essência das coisas e da realidade. O ramo central da metafísica é a Ontologia que investiga em quais categorias as coisas estão no mundo e quais as relações dessas coisas entre si. A metafísica também tenta esclarecer as noções de como as pessoas entendem o mundo, incluindo a existência, espaço, tempo, causalidade, e possibilidade das coisas acontecerem enquanto verdade essencial (FERRAZ, 2010).

necessária para aquelas condições dadas; se encontra num jogo escalar tempo-espacial. É verdade quando atende às necessidades em conformidade à escala e aos fenômenos.

Ferraz (2010) dá o exemplo do nazismo que foi concebido como uma verdade para uma coletividade em determinada relação de escalas temporal e espacial; essa verdade se chocou espacialmente com a verdade de outros grupos humanos, mas se impôs hegemonicamente como única no contexto daquele território que, com as próprias dinâmicas sócio-espaciais, se transformou e construiu outras verdades colocadas como mais pertinentes hegemonicamente. Isso não significou que a crença em alguns elementos dos referenciais nazistas foram eliminados, mas que o sentido de verdade de seus enunciados deixaram de ser hegemonicamente praticados. Hoje, portanto, todos aqueles que praticam ou manifestam os referenciais nazistas são tidos como errados, que estão cometendo um grave erro. E majoritariamente nós cremos nisso como verdade inquestionável.

Para a Geografia, portanto, o sentido da verdade a ser elaborada se encontra na capacidade de se ler a ação local e entender a esta no contexto da interação de escalas dos fenômenos que ali se manifesta com dada forma e característica. A verdade aí acontece e se presentifica no devir com outros sentidos, para além do relativo e do absoluto, a que todo relativo almeja ser.

A verdade, partindo desse entendimento, não será revelada a partir do desmascaramento das aparências, pois não existe uma verdade essencial em sua pureza e eterna em seu sentido único que precisa ser encontrada. A verdade não se encontra a priori estabelecida, mas ela se faz a partir da organização de imagens e palavras, de ações e ideias, de relações e posturas necessárias para determinada condição, lugar e momento, numa interação de escalas dos fenômenos articulados na elaboração de sentidos viáveis para o mundo observado, pensado e vivido. Assim, um conhecimento científico se torna pertinente e viável, tanto para a produção de significados como para a formação de indivíduos capazes de melhor se orientar e se localizar no mundo.

No entanto, diante do contexto do mundo atual, e da sociedade douradense frente aos processos que estabeleceram as formas de ler a problemática do conflito territorial regional, torna-se pertinente e necessário um melhor entendimento do papel da mídia na formação do imaginário sobre a questão.

2.2 – O discurso midiático: o papel da mídia no contexto atual do debate cultural

No caso do discurso midiático, enquanto gerador de fatos e ideias, dizemos que esses meios de comunicação estão diretamente relacionados aos acontecimentos; com sua maior dinâmica e plasticidade sedutora para atrair o espectador, a maior parte dos indivíduos acaba formando sua leitura e compreensão dos fenômenos através do contato com um ou mais discursos midiáticos.

Com uma atividade versátil e se utilizando de várias formas de comunicar, a mídia provoca no sujeito que recebe as informações uma sensação de conhecimento pleno do que está sendo informado, contudo, pelos próprios mecanismos como a mensagem é elaborada por esses veículos, acaba-se deixando o receptor confuso e deformado quanto ao contexto dos fenômenos, tendo apenas fragmentos não conectados e sem a dinâmica escalar que permitiria uma visão mais ampla e crítica dos fatos que o cerca.

Encontramo-nos inseridos numa sociedade que mergulha vorazmente nos meios tecnológicos, e, a partir deles e com a mesma velocidade com que crescem, se afoga num mar de informações efêmeras e voláteis.

Como toda linguagem, a midiática se faz a partir de regras estabelecidas entre emissor, receptor e ainda com as relações pertinentes ao meio social. Neste sentido, para conquistar seu receptor, a mensagem produzida pela mídia se adapta às condições de interesses majoritários no contexto social. Precisa passar uma imagem de imparcialidade e de verdade absoluta do que está sendo informado, no entanto, como as regras sociais estabelecem um jogo em que as forças políticas e econômicas dominantes acabam delineando o como e contra quem se joga, a mídia em seu conjunto acaba reproduzindo essa forma hegemônica de ver o mundo a fim de transmitir valores, ideologias e necessidades.

Um poder dominante pode legitimar-se promovendo crenças e valores compatíveis com ele, naturalizando e universalizando tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis, desmerecendo ideias que possam desafiar-lo, excluindo formas rivais de pensamento, mediante talvez alguma lógica não declarada, mas sistemática, e obscurecendo a realidade social de modo a favorecê-lo.

Voltamos a dizer que esse processo está baseado nas relações de poder que circulam pela sociedade. A mídia tem tido um papel fundamental como formadora de opinião, cada vez mais importante na atualidade, e contribui de modo significativo para a criação e/ou manutenção de estereótipos.

Daí a importância do discurso científico abordar o discurso midiático e trazê-lo para o interior de suas análises como forma de se exercitar outros olhares e possibilitar estabelecer outros sentidos para as informações passadas pela mídia. Pois, como todo discurso, apresenta buracos, silêncios e esquecimentos que demarcam espaços potencializadores de outros sentidos. Uma mensagem transmitida por um veículo midiático se coloca como absoluta em sua verdade, mas é apenas uma mensagem que revela determinados aspectos e oculta outros, conforme os interesses sociais, econômicos, ideológicos e políticos em jogo.

Portanto, saber ler o contexto espacial das informações, aproximando a mensagem com a dinâmica espacial que a amplia de significados, é um desafio e uma necessidade para os estudos científicos da Geografia que almeja melhor compreender o contexto espacial com que os fenômenos se territorializam, de maneira a criar novos sentidos interpretativos para os fenômenos vivenciados por nós e transmitidos pelas mídias.

Considerando a relação entre os discursos científico e midiático, estamos lidando com o que poderíamos chamar de identidade fragmentada, essa nova forma de conceber o processo de identificação. Os Estudos Culturais caminham no sentido de mostrar que a fragmentação da identidade é uma realidade, que aquilo que constitui o sujeito chamado de pós-moderno é o descentramento e a fragmentação do eu. Apesar de entendermos que no caso do discurso midiático essa fragmentação tenta ser escondida, escanteada, para se tornar ou ter um efeito de unidade.

Porque no caso da mídia, verificamos que a mesma está a serviço de determinadas instituições que detêm o poder, e assim se vale de um discurso que procura produzir um efeito de sentido de unidade sobre as identidades. Esse discurso tende tanto a apagar a fragmentação quanto a fixar um sentimento de unidade. Tendo em vista que o interesse dessas instituições é de ordem política e econômica, é preciso um sujeito aparentemente não fragmentado para atender aos interesses dessas mesmas instituições. Esse sentimento de uma identidade unificada é um efeito de discurso, efeito de uma narrativa confortadora

do “eu” e de estratégias discursivas empregadas por veículos de comunicação que estão a serviço das instituições ou de grupos hegemônicos.

Na sociedade contemporânea a dominação e a representação do poder se encontram muito evidentes através da mídia e, nesse aspecto, podemos enfatizar o discurso midiático como aquele que visa apresentar um sentido uniforme e totalizante das verdades; contudo, devemos salientar que o indivíduo vive as contradições e tensões mascaradas ou desviadas pela abordagem midiática e, por não ser somente passivo, se confronta subjetivamente entre a aceitação espetacularizante e a recusa/resistência das informações ali passadas.

Neste sentido, poderíamos aqui salientar que emerge a figura do indivíduo fragmentado, à procura de novas identidades e que, por mais que a mídia tente negar, esconder ou tão somente desviar a atenção, os sujeitos receptores acabam recriando as informações para além do controle que os grupos de comunicação ou as instâncias do poder exercem. Aí, voltamos a insistir, o papel fundamental do discurso científico em potencializar essas outras interpretações e sentidos das informações que a mídia tenta uniformizar.

2.3 – Considerações sobre cultura e identidade: a formação da identidade cultural através do “outro” - o caso do Mato Grosso do Sul

No sentido de tornar mais objetivo nossa observação quanto ao perigo de se reduzir e generalizar a questão da identidade cultural indígena a mera re/demarcação de suas terras, torna-se necessário empregar a leitura geográfica dos elementos culturais para assim melhor nos posicionarmos quanto ao entendimento do conceito de cultura aqui abordado.

A cultura está intimamente relacionada às representações, imbuída de significados e de valores que permitem gerar novos olhares sobre o conceito de identidade entre os diversos indivíduos e grupos humanos em torno do lugar, o que se manifesta por intermédio das construções compartilhadas socialmente e que acabam sendo expressas espacialmente.

Cultura tende a ser lida e interpretada como a manifestação da diversidade de elementos e fenômenos, muitos dos quais conflituosos, que representam *o(s) modo(s) de*

*vida*²⁶ de uma sociedade, o que neste caso inclui não somente a produção de objetos materiais, mas um sistema de valores éticos e morais, com todo um arranjo simbólico que se reverbera no imaginário humano (FERRAZ, 2007).

Diante do exposto, muitos podem deduzir que faremos um trabalho no interior da especialidade acadêmica denominada “geografia cultural”. Nós assim não nos classificamos. Nosso entendimento caminha na direção das palavras de Ferraz.

Não existe Geografia Cultural enquanto tal, assim como não existe Geografia Humana, Física etc., o que existe de fato é a realidade em sua diversidade de manifestações e fenômenos, os quais podem ser interpretados pela organização discursiva e linguística de cada ciência. Portanto, as manifestações e práticas culturais podem ser estudadas por diversos ramos do saber, incluindo-se aí a Geografia, mas isso não significa que exista uma coisa, uma entidade ou expressão da realidade que seja a “Geografia Cultural”. Essa denominação visa mais atender uma necessidade de especialização e burocratização institucional da pesquisa científica do que delimitar a existência de um fato em si (FERRAZ, 2007, p. 32).

Faremos uso dos aspectos culturais, manifestos na ordem dos conflitos instaurados no Mato Grosso do Sul, como forma de melhor usar de seus aspectos e fenômenos na direção de enriquecer nossa abordagem geográfica da questão. Não tentaremos fazer um estudo em que o elemento cultural defina, ou substitua, o referencial da lógica geográfica a fundamentar nossa argumentação enquanto área específica da linguagem científica empregada. A questão é como a linguagem geográfica, por meio de seus instrumentos conceituais, dialoga com o fenômeno a partir dos fundamentos culturais em que o mesmo pode ser percebido. Esse é o nosso desafio.

Partindo dessa postura, a questão que se coloca é o como entendemos, portanto, o fenômeno cultural com o qual dialogaremos. De forma geral, o termo cultura abrange amplos horizontes da realidade social: a relação com o cultivo da terra; políticas públicas de formação e educação para o bom gosto (musical, artístico, esportivo etc.); fenômenos

²⁶ O conceito de “modos de vida”, assim como seus congêneres “estilo de vida”, “gêneros de vida” etc., é vago, passando pelas leituras advindas da antropologia, sociologia, história cultural, psicologia social e demais áreas afins. Vamos aqui tomá-lo no sentido mais amplo possível, não limitando apenas às “práticas, estruturas e representações” (GUERRA, 1993, p. 59) de determinada comunidade, mas, partindo do sentido espacial em que as relações humanas se manifestam, pensar o mesmo por meio da dinâmica escalar dos fenômenos vários que acontecem nos lugares em que a vida humana se tensiona. Nesse sentido, os “atores sociais”, para além da cisão sujeito/objeto, os atritos entre o tempo histórico e o tempo cotidiano, com as diferentes perspectivas objetivas e subjetivas de ler/vivenciar o acontecimento, assim como o “imaginário individual/social” gestado/reproduzido, acabam sendo ferramentas necessárias para melhor entender os diferentes “modos” de se viver/sobreviver em determinado lugar (GUERRA, 1993).

abordados pela Antropologia e Sociologia referentes a materiais, produtos e hábitos elaborados pelas diversas sociedades; elementos simbólicos e imagéticos com que os grupos, classes sociais e indivíduos se comunicam, produzindo as condições de significar os outros, os lugares e o mundo (WILLIANS, 2007). Para tal, vamos delimitar nosso entendimento de cultura a partir dos objetivos propostos, assim sendo, cultura será aqui trabalhada principalmente a partir da seguinte perspectiva:

A cultura hoje é mais do que utensílios e práticas temporalmente consolidadas, ela é também relações de valorização subjetivas de identidade e significação que se manifestam objetivamente ou simbolicamente no espaço, tanto na concretude dos territórios quanto no imaginário social de cada indivíduo (FERRAZ, 2007, p. 42).

Podemos evidenciar que o processo de entendimento da cultura na concepção da modernidade urbana e industrial, gestada desde a época das grandes navegações e tendo como epicentro o mundo europeu, afirma na ideia de uma sociedade globalmente mercantilizada, em que tudo é passível de se transformar em valor contábil (HAESBAERT, 1999). Desta feita, percebe-se que a cultura, hoje, deve ser entendida como um conjunto de elementos materiais e imateriais a abranger as várias esferas da vida social e da produção de conhecimento, tanto científico quanto artístico, religioso, cotidiano etc. Cultura hoje não é só a expressão dos elementos caracterizadores de dada simbologia comunitária, mas é também ela a base de produção de valor material e financeiro que permite o exercício da dominação assim como de manifestação de resistência a essa mesma lógica dominante.

Essa forma de entendimento vai ao encontro das atuais condições em que a dinâmica das relações sociais, na produção da lógica territorial, ressalva o sentido de identidade frente à crise advinda das mudanças ocorridas nos processos de produção e acumulação econômica (HALL, 2000; 2006). Complementar a essas mudanças, tem-se o “ordenamento” territorial por parte do Estado-Nação, assim como a ampliação de novas tecnologias de informação e comunicação, reconfigurando os processos de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (HAESBAERT, 1999; 2004), os quais redefinem os elementos culturais de identificação dos seres humanos com os lugares. Perante essa nova dinâmica societária, a questão da identidade cultural toma outros ares.

Pensando na especificidade do caso aqui estudado, qual seja, a identidade cultural no Mato Grosso do Sul a partir dos conflitos territoriais entre os proprietários rurais e os

diversos grupos indígenas, temos uma rica expressão que o sentido de identidade a partir do aspecto cultura comum não consegue dar conta, tal a diversidade de elementos aí presentes.

Mesmo cientes que a diversidade cultural não esclarece toda a complexidade das diferentes posturas, tanto entre os grupos indígenas quanto entre as classes sociais e suas frações dos não indígenas, ela pode nos auxiliar a uma melhor compreensão dos elementos simbólicos e políticos, técnicos e econômicos, manifestados nas atitudes e discursos dos grupos sociais em cada lugar que os mesmos se relacionam. Para tal, torna-se necessário pontuarmos o que compreendemos por identidade e, em decorrência desta, de identidade cultural.

Para não adentrarmos a um debate quase infindo sobre o que vem a ser identidade, cerceamos nosso entendimento a partir da dificuldade de delimitação. Dessa fragilidade conceitual é que percebemos a força desse termo/ideia fundamental para melhor compreender o sentido, ou sentidos, que tomam a vida de cada indivíduo no contexto sócio-espacial do mundo atualmente. De forma geral, podemos concordar com Guerra (1993) quando afirma ser esse conceito hodiernamente empregado para “integrar a diversidade das articulações e dimensões que a análise dos modos de vida está a exigir” (p. 63), ou seja, identidade:

É um conceito que pretende integrar a percepção e a ação sobre o mundo articulando, não apenas um sistema de representações e imaginários sociais, mas também uma rede de pertenças a categorias sociais específicas (GUERRA, 1993, p. 63).

Identidade, portanto, estabelece relação com o “modo de vida” elaborado pelas relações humanas em cada lugar em que as mesmas se territorializam, permitindo assim construir, ao longo do tempo histórico e pelas rotinas cotidianas, o sentido de pertencimento de cada indivíduo com seu grupo e meio. Para tal, os processos de *representações* dos valores, ideias, ações e relações precisam ser incorporados e reproduzidos por cada indivíduo no contexto dos ambientes que frequenta, reforçando e sendo reforçados pelo *imaginário social* constituído/constituidor dessa identificação.

Destacam-se dessa leitura dois conceitos que precisam ser mais bem esclarecidos. O primeiro se vincula ao sentido de *representação* que podemos empregar para nos

posicionar frente aos nossos objetivos; o outro se refere propriamente ao entendimento de *imaginário social* aqui utilizado.

Representação, apesar de toda a polêmica e crítica que esse termo causa em meio aos novos estudos culturais, aqui será entendida a partir de sua abordagem mais usual, ou como define Ginzburg:

Nas ciências humanas fala-se muito, e há tempo, de “representação”, algo que se deve, sem dúvida, à ambigüidade do termo. Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença (GINZBURG, 2001, p. 85).

É por meio da representação que os seres humanos têm acesso, ou elaboram os sentidos do mundo. Através das representações (escritas, figuradas ou imaginadas) que a complexidade do real se torna presentemente compreensível, ou aceitável, para os indivíduos em sociedade. É por meio, portanto, das representações que o imaginário social significa e dá sentido ao viver.

Nesse ponto, a relação entre representar o mundo, a imagem do mundo e o imaginário social se estabelece. Aí o papel do imaginário como “*conjunto de representações, crenças, desejos, sentimentos, através dos quais um indivíduo ou um grupo de indivíduos vê a realidade e a si mesmo*” (JAPIASSÚ & MARCONDES, 1996, p.139) permite-nos entender o aspecto mais dinâmico deste constructo social.

O imaginário social é, deste modo, uma das forças reguladoras da vida coletiva. As referências simbólicas não se limitam a indicar os indivíduos que pertencem a mesma sociedade, mas definem também de forma mais ou menos precisa os meios inteligíveis de suas relações com ela, com as divisões internas e as instituições [...] O imaginário social é, pois, uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva [...] Ao mesmo tempo, ele torna-se o lugar e o objeto de conflitos sociais (BACZKO, 1985, p. 309-310).

A partir desse substrato conceitual, qual seja, em decorrência dessa forma de entendimento do imaginário social, da produção de representações sociais, e da interação desses no estabelecimento de determinados modos de vida, temos a base para se discutir a questão da identidade enquanto referencial cultural que no mundo de hoje parametriza as diferentes visões, assim como de conflitos econômicos e socio-culturais, que se manifestam e se territorializam em diferentes lugares.

O sujeito vem sofrendo mudanças significativas, pois o sujeito, que antes era visto como possuidor de um núcleo unificado e estável, está se tornando fragmentado, passando a ser composto não de uma única, mas de várias identidades contraditórias ou não resolvidas. O sujeito começa a assumir identidades diferentes em diferentes direções. Em outros termos, podemos dizer que o processo de identificação está sendo continuamente deslocado.

A crise de identidade tem a ver com o fato de que velhas identidades, que antes desempenhavam um importante papel de estabilização do mundo social, estão em declínio. Tal declínio acarretou o surgimento de novas identidades e, conseqüentemente, fragmentou o indivíduo moderno, que, de unificado, passou a ser fragmentado.

Hall (2006) propõe-se a analisar esse fenômeno - crise de identidade – partindo da tese de que tem ocorrido uma mudança estrutural nas sociedades modernas. Essa mudança estrutural tem modificado e fragmentado o entendimento do que seja classe, gênero, sexualidade, etnia, raça, nacionalidade, assim como nosso modo de ver, de entender e de se relacionar com as identidades pessoais dos indivíduos. Segundo esse autor, essa mudança estrutural de fundo tem abalado a ideia que fazemos de nós mesmos. É essa perda de um “sentido estável” que tem provocado, pois, o deslocamento e o descentramento do sujeito. Deslocamento de seu lugar no mundo social e cultural (a globalização seria uma das causas disso) e deslocamento de si mesmo.

Outro aspecto a ser destacado em relação à identidade é que essa produção realiza-se paralelamente ao trabalho de produção da diferença, pois ambas implicam um movimento de construção simbólica e discursiva, assim a definição da identidade e a marcação da diferença não podem ser separadas das relações mais amplas de poder. Ou seja, tanto a construção discursiva da identidade quanto da diferença jamais são inocentes, uma vez que elas requerem uma série de procedimentos que traduzem essas noções, tais como: inclusão/exclusão, questões de pertencimento, as que demarcam fronteiras como “nós e eles”, que classificam de “bons e maus” de “puros e impuros” de “desenvolvidos e primitivos” de “modernos e atrasados”.

Para Silva (2004), isso é fruto de uma relação social que possui um vínculo estreito com o poder; quem está no poder político, econômico, do conhecimento ou midiático estabelece a partir de seu olhar como deve ser o “nós” e quem são os “outros” por nós

identificados. Isso significa dizer “o que somos” está na estreita relação de também dizer “o que não somos”. A identidade é, pois, uma construção simbólica e imaginada, mas que se materializa em gestos, ações, posturas e expressões que “naturalizam” e simplificam as diferenças e semelhanças que alguns necessitam para colocar certa ordem idealizada no mundo a partir de suas perspectivas. Portanto, na tessitura dos discursos, reserva-se um lugar de unidade e de pertencimento para “nós” e um lugar de reconhecimento de diferenças para o “eles”.

Tendo isso como pressuposto, podemos ir caminhando na direção de nossas argumentações quanto ao sentido de identidade cultural aqui focada. Cientes da complexidade do termo, faremos um recorte na abordagem para viabilizar nosso percurso analítico. Elegemos, a princípio, dois enfoques quanto ao sentido de identidade cultural.

Uma das formas mais usuais de se ler a questão da identidade cultural é assim definida.

A identidade cultural é vista como uma forma de identidade coletiva característica de um grupo social que partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado. Ela se fixa como uma construção social estabelecida e faz os indivíduos se sentirem mais próximos e semelhantes (MARINHO, p. 83)²⁷.

No entanto, perante a dinâmica e complexidade do mundo contemporâneo, fruto da fragmentação e flexibilização das condições econômicas de produção e acumulação, os processos de relações sociais se tornaram mais voláteis, com novos referenciais de comportamento a reelaborarem os sentidos comunitários. Diante disso, o significado de identidade cultural toma sentidos mais diversos.

[...] identidade não é una e estável, está sujeita a uma multiplicidade de manifestações, por vezes díspares e inusitadas, assim, não existiria uma essência individual à qual a pessoa permanece fiel ou comprometida, a identidade seria continuamente emergente, reformada e redirecionada na medida em que os indivíduos se movem na constante mudança de fórmulas e categorias (Idem, ibidem, p. 85).

Percebemos que as duas definições apontam para situações antagônicas. A primeira foca nos elementos de estabilidade e harmonia que o indivíduo encontra no contexto

²⁷ MARINHO, Thais A. **Os Caminhos da Identidade em um Mundo Multicultural**. Disponível em: <http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/SESSAO_L_FORUM5_02.pdf>. Acesso em 13/05/2010>.

ambiental do grupo ao qual se relaciona. Aí ele identifica segurança, apoio coletivo, possibilidade de sobrevivência, reconhecimento social. Não se sente estranho ao meio, pelo contrário, fortalece seu sentido de estar entre os comuns.

Já a segunda definição se relaciona com os aspectos instáveis e conflitantes, fazendo que os indivíduos Tateiem a possibilidade de identidade a cada situação e ambiente em que se encontram. Inviabiliza-se a busca por uma identidade de essencialidade uniforme, mas ocorre sim uma pluralidade de manifestações identitárias que fragmenta os grupos e multiplica os referenciais individuais a cada lugar em que territorializam suas ações existenciais²⁸.

Almejamos destacar dessas duas definições, para o caso aqui estudado, como ambas apontam para aspectos específicos do sentido de identidade a cada uma das partes em conflito no Mato Grosso do Sul. Os indígenas podem ser facilmente classificados como um grupo social mais coeso em suas tradições, ou seja, “*partilha as mesmas atitudes e está apoiada num passado com um ideal coletivo projetado*” (Idem, *ibidem*, p. 83); contudo, por estarem dialeticamente envolvidos na tensão com os projetos de modernização econômica perpetrados pelos interesses dos proprietários de terra, sofrem conflituosamente dessa “*multiplicidade de manifestações*”, alterando seus referenciais identitários tradicionais e sofrendo da “*constante mudança de fórmulas e categorias*” (Idem, *ibidem*, p. 85).

Com outras características, essa dubiedade identitária também ocorre entre o grupo de fazendeiros envolvido na disputa. Apesar das características comuns entre gostos musicais e de lazer, formas de se vestir, meios de se locomover, hábitos alimentares, estrutura familiar, tipos de moradia, poder econômico e influências políticas etc., se insere num coletivo social muito mais complexo e diversificado que se caracteriza pela competitividade extrema entre os seus membros em prol de mais riqueza e poder. Essa postura, central às suas relações individuais e coletivas, faz com que nada de muito estável, enquanto aspectos afetivos e subjetivos do imaginário individual, se consolide.

Devido às rápidas mudanças na lógica do mercado, tanto em escala local quanto mundial, ocorre uma luta pela sobrevivência individual que impõe constantes novos

²⁸ O debate sobre a identidade cultural é muito mais amplo e complexo do que o exposto aqui. Optamos em delimitar nossa argumentação a partir dessas duas definições pelo aspecto das mesmas parametrizarem o contexto de nossas ideias, sem incorrer em graves incongruências teóricas. Para mais detalhes sobre as diversas noções de identidade cultural, ver: Bauman (2006); Haesbaert (1999; 2004); Hall (2000; 2006); Oliveira Filho (1999).

acordos societários e atitudes diversas em conformidade com os locais e as pessoas nestes presentes.

Tal instabilidade social, assim como a pressão econômica e política advindas de outras instâncias e instituições, muitas das quais localizadas em lugares além dos limites fronteiriços do Estado e do país, fazem com que a identidade cultural daí decorrente seja fragmentada, polissêmica e volátil.

As diferenças entre as duas formas de entendimento de identidade cultural podem produzir imagens simplificadas da questão, as quais delineiam os modelos representacionais com que cada parte lê a outra. Ou seja, de um lado, temos a identidade dos grupos indígenas, secularmente injustiçados e expropriados. De outro, os fazendeiros, inovadores e empreendedores. Ou então, de um lado temos os indígenas como preguiçosos e incapazes de se adequarem ao padrão eficiente da produção tecno-científica atual. De outro, os fazendeiros, secularmente apoiados pela ação estatal, perpetrando a lógica exploratória e destruidora das riquezas naturais e da população injustiçada socialmente.

Essas formas de cada um representar o outro significam a eleição de uma dada imagem de si para si mesmo. Dessas diferenças de perspectivas representacionais temos a produção de um imaginário que espelha essa conflituosa identidade cultural. A dubiedade, portanto, passa a ser a tônica desses modelos identitários sob a base do referencial cultural. Ao mesmo tempo em que apresentam determinadas imagens generalizantes, enraizadas nas condições concretas de vida, também instauram a ausência de significados mais ricos e diversos com que cada modo de vida produz sua dinâmica de relações sócio-espaciais. Desta feita, o reconhecimento do outro fica restrito a um sentido vago e impreciso, o qual reverbera na dificuldade de se entender a si mesmo nessa relação.

A solução tomada para superar essa vacuidade representativa é a radicalização dessa forma de abordagem dicotomizada: do eu em relação ao outro, do sujeito em relação ao objeto, de um modo de vida correto em relação a um modo de vida prejudicial, da verdade em relação a mentira. Assim, o aspecto de quem tem razão nessa disputa passa a ser a tônica, cabendo, por conseguinte, a determinado grupo ganhar a disputa, ou seja, conseguir, no interior da lógica espacial das relações societárias hegemonicamente praticadas, articular as imagens mais representativas de sua forma de ler a situação. Diante de tal imperativo, a tendência à vitória fica do lado dos proprietários rurais.

Contudo, essa forma de ler o conflito tende a limitar a questão a uma relação entre culturas, ou modos de vida de uma cultura em anteposição mecânica a outra. Essa distinção se relaciona a uma forma de ver o mundo, e produzir conhecimento sobre o mesmo, pautada na cisão entre sujeito e objeto de análise. O objetivo, no contexto dessa análise dicotomizada, se restringe pela busca por uma verdade última e essencial, o que acaba por obliterar os aspectos mais complexos e dinâmicos dos elementos em jogo.

Nossa postura aqui visa não ficarmos presos a esse padrão analítico, para tal, torna-se necessário deslocar o foco do determinante cultural, mas preservando sua pertinência analítica, para os aspectos espacializantes do referencial territorial na elaboração do sentido de identidade. Mas, para viabilizar essa mudança de perspectiva, a forma de se exercitar a linguagem científica deve sofrer mudanças, para não se insistir em análises restritas a dicotomização, tanto conceituais quanto de valorização ética da resposta “verdadeira”.

Partindo do modo de vida na perspectiva das culturas não-indígenas ocidentais, podemos sistematizar as abordagens dualistas sobre a questão da identidade, a partir do conflito de interesses e formas de uso da terra em Mato Grosso do Sul, da seguinte forma: de um lado temos os fazendeiros, que contam com apoio de boa parte da mídia e dos vínculos políticos institucionais, para consolidar a leitura de que as terras não podem ser demarcadas como Reservas indígenas, mas exploradas economicamente para aumentar a riqueza produzida, de outro encontramos os indígenas, com apoio de parcelas de não-indígenas (pesquisadores, ONG's, movimentos populares) que reivindicam a re/demarcação de terras como forma de proteger as condições e modos de vida das populações indígenas, historicamente perseguidas em nome dos determinantes econômicos do mercado. Reforça-se assim, no imaginário coletivo, uma maneira de idealizar os indígenas como seres quase não humanos, expressões de uma natureza ingênua, rica e pura²⁹.

²⁹ Essa dualidade de leitura pode ser entendida historicamente a partir dos estudos de Abreu (2001), quando explica que os europeus, ao aqui chegarem, movidos pelos interesses econômicos, necessitavam crer em monstros e enfrentar índios selvagens e bestializados como forma de aumentar o valor dos produtos daqui comercializados. Contudo, muito do contato com os nativos gerou uma visão oposta, aquela que os lia como seres infantis, produtos de uma natureza dócil e pura, fácil de serem dominados. “[...] duas tendências antagônicas manifestaram-se entre os cronistas; a primeira, insistente em se submeter às crenças arraigadas na mente popular, confirmou a existência de tais monstros; e a segunda, que enxergou o índio como física e moralmente bem constituído e vivendo consoante às leis da natureza. Aquela corroborou com o discurso da conquista, incluindo a catequese. Esta tornou-se referência para a idealização romântica do selvagem e paisagem americana [...]” (ABREU, 2001, p. 50).

Da tensão de perspectivas, emergem imagens simplificadas das partes envolvidas, as quais se articulam em discursos delineadores de modelos representacionais que presentificam a realidade dos fatos, ao mesmo tempo em que tornam ausentes muitos dos elementos constituidores do conflito.

Ler os indígenas como algo uniforme, harmoniosos com a natureza, ingênuos, quase crianças em sua pureza, é elaborar imagens que tornam ausentes a complexidade de elementos que permeiam as relações entre os mesmos. Contudo, essa forma de representar a eles aponta para a necessidade de uma compensação após tantos séculos de destruição de seus valores culturais e perdas de seus territórios, os quais são fundamentais para manter o modo de vida existente desde antes de Colombo chegar à América.

Quem assim lê os indígenas, representa os proprietários como aqueles que, secularmente, contaram com o apoio das estruturas estatais para perpetrarem um novo padrão de uso do território, que se pauta na exploração maximizada dos recursos naturais, assim como de acumulação, sempre crescente, nas mãos de poucos, da riqueza produzida por grande parcela da população explorada em sua força de trabalho. Tal desdobramento imagético presentifica fatos reais quanto ao sentido da re/demarcação de terras em Mato Grosso do Sul.

Por outro lado, as imagens elaboradas por aqueles que se identificam com os discursos enunciados pelos proprietários rurais também expressam essa dualidade representacional: entendem suas ações como necessárias para ampliar a riqueza do Estado, criando novos empregos e dinamizando a economia local, produzindo alimentos e permitindo melhores condições de vida para um conjunto maior da população.

Quem assim lê o papel dos fazendeiros, representa os indígenas como povos atrasados, incivilizados, que precisam de grande quantidade de terras para apenas caçarem alguns animais. Essas terras acabam improdutivas, sem acumular ou agregar valor, aumentando ainda mais o desemprego e diminuindo a quantidade de geração de alimentos³⁰ para o conjunto da sociedade.

³⁰ Não vamos aqui adentrar nessa polêmica, que centralizou boa parte dos debates presentes na mídia regional, tanto a impressa quanto a eletrônica, sobre a questão da demarcação das terras indígenas diminuir a produção de alimentos e geração de empregos. É claro que a riqueza produzida, pela perspectiva da economia capitalista, tende a diminuir com a demarcação de terras para os indígenas, mas a ampliação de áreas produtivas reivindicadas pelos fazendeiros não seria destinada necessariamente para a

Como a discussão sobre essa polêmica está se dando pela perspectiva dos não-indígenas, a solução perante esse impasse de leituras e objetivos acaba sendo a de se tomar o “outro”, no caso os indígenas, como: ou atrasados que precisam se incorporar aos novos padrões culturais do modo de vida tecno-industrial dos civilizados urbanos; ou como um grupo cultural injustiçado que precisa ter seu modo de vida tradicional preservado do danoso contato com os brancos.

Os indígenas são, portanto, padronizados e anulados em suas singularidades e especificidades para mais facilmente serem representados como o diferente que podemos eleger, tanto os que atacam seu modo de vida quanto aqueles que os defendem, como o “outro”³¹. Ao assim serem classificados, permite-nos encaixá-los em nosso referencial de leitura, em nosso imaginário individual/coletivo que nos identifica como os que se encontram do lado de cá em relação àqueles grupos e indivíduos localizados do lado de lá dos limites fronteiriços.

Quando estabelecemos tal cisão identificatória, os do lado de lá passam a ser nosso objeto, o qual pressupõe um sujeito, ou seja, “nós”. Enquanto sujeitos, tomamos os indígenas como objeto de nossas preocupações e estudos, permitindo assim nos relacionar com eles por meio do ataque ou da defesa do modo de vida, do padrão cultural inerente aos mesmos.

Esta forma de entender o “outro” se fundamenta em dois aspectos que se complementam. O primeiro é o sentido de *tempo histórico*; o segundo é o da construção da ideia de *identidade nacional* sob um mesmo Estado.

O primeiro aspecto leva a uma abordagem de tempo histórico evolutivo, retilíneo e progressista. Esse entendimento de tempo histórico é elaborado a partir da percepção da sociedade moderna ocidental, desde as grandes navegações, de que seu movimento é um contínuo avançar de causa e efeito rumo a consolidação das estruturas do mercado, da tecno-ciência, da lógica da vida urbana e da realização societária fundada na legalidade institucional das relações político-democráticas atuais.

produção de alimentos e nem aumentaria consideravelmente o número de empregos, pois a mecanização do campo e as grandes extensões de terras destinadas a soja e cana de açúcar assim comprovam.

³¹ A partir daqui, toda vez que empregarmos aspas nos termos pronominais “eu”, “nós” “outro”, “outros” e “outrem” será por entendê-los como conceitos orquestradores dos discursos identitários. Para mais detalhes sobre a relação entre o “nós” e o “outro” no choque de cultura entre os nativos americanos e os europeus ver de Tzvetan Todorov “A Conquista da América” (1996).

Perante tal linha evolutiva da história contemporânea, resta aos indígenas, que resistem a essa lógica temporal, se integrarem ao mesmo padrão para não serem eliminados e esquecidos frente a essa força centrípeta que a todos envolve e subjuga. Para os que anseiam defender a diversidade cultural³², assim como a necessidade de se respeitar os diferentes modos de vida, a solução frente a essa linha uniformizante de tempo é criar espaços em separado, nos quais esse sentido temporal possa ser interrompido e afastado, permitindo assim preservar culturas que não mudem, mas se cristalizem e se eternizem em seus referenciais próprios.

O segundo aspecto é complementar a essa ideia de tempo retilíneo e uniformemente evolutivo. Nele encontramos a consolidação desse desenvolvimento temporal na realização do Estado moderno, o “administrador” do território, que deverá ser lido e aceito pela diversidade de grupos sociais, localizados no seu interior, como uma instância que historicamente lhes pertencem, da qual fazem parte, edificando assim uma identidade comum, uma “identidade nacional”.

A efetivação de tal identidade nacional leva a “nós”, formadores dessa nação, elegeer como o “outro” todo aquele que resiste aos mesmos valores culturais eleitos como padronizadores de nossa chamada “brasilidade”. Caso o “outro” não queira ser um de “nós”, necessariamente será eliminado. A alternativa a essa solução genocida é apresentada por aqueles que lutam para compensar as injustiças e tragédias perpetradas historicamente em nome da consolidação do nosso Estado sobre o conjunto do território nacional.

Para não destruir essas culturas, que aqui já se encontravam antes da vinda dos colonos europeus e dos africanos que foram escravizados, é necessário garantir institucionalmente as condições básicas de seus modos de vida próprios. Essa garantia se dá através da re/demarcação de seus territórios e proteção dos mesmos por meio de um Estado democrático e mediador das diferenças.

³² Estamos, obviamente, simplificando e generalizando os referenciais teóricos e os argumentos de um grande número de pesquisadores, assim como de instâncias e movimentos sociais e institucionais, que defendem a causa indígena. A justificativa para essa generalização se deve ao fato de, apesar de boa parte dos argumentos em prol da demarcação das terras indígenas não necessariamente se atrelar às ideias de isolamento e de imobilidade das culturas nativas, como se fundamentam numa concepção dicotomizada da relação sujeito/objeto, ou seja, do “nós” em relação ao “outro”, tendem a perpetuar o que entendemos por desconhecimento da dinâmica territorial, desfocando o sentido histórico e espacial que poderia indicar outras perspectivas analíticas e políticas mais instigantes.

As respostas, portanto, caminham por pares. Pela perspectiva dos detentores do poder econômico e midiático, tem-se a incorporação/eliminação do “outro”; o caminho alternativo se dá pela conservação/separação do “outro”. O que ambos os pares denotam é a delimitação de um “outro” distante e estranho em relação a “nós”, tornando-o objeto de nossas preocupações, devendo ser eliminado ou isolado³³.

O risco dessas perspectivas é se esquecer que o sentido de tempo nunca é uniforme, mas diverso, portanto não existe um tempo padrão capaz de delimitar o nível de evolução de uma sociedade por meio de comparação entre quem se encontra mais atrasada em relação ao nosso referencial; mesmo que nossa sociedade possua tecnologias mais sofisticadas que as indígenas, não há como comparar, pois são diferentes formas de encarar o sentido e a vivência do tempo. Complementar a essa leitura de inviabilidade de um padrão temporal único, encontramos a impossibilidade de isolar no espaço uma cultura com seu ritmo temporal próprio, já que toda cultura se faz por transformações, contatos, tensões e mudanças.

A mesma observação, com as devidas adequações, se aplica ao sentido de identidade nacional. A ideia de “identidade nacional” não foi “naturalmente” gestada e incubada na experiência humana, não emergiu dessa experiência com um “*fato da vida auto-evidente*” (BAUMAN, 2006, p. 26), mas foi construída modernamente a partir de forças e interesses que permeavam a consolidação da atual organização territorial hegemonicamente praticada.

No caso da sociedade brasileira, esta foi formada a partir de uma miscigenação, hibridização, ou seja, somos um povo que surgiu de uma grande confluência entre diversas etnias. No entanto, com a consolidação do Estado sobre a diversidade territorial, a imagem de nossa identidade tendeu a estabelecer modelos representativos que visam uniformizar essa diversidade.

O Estado-nação moderno foi estruturado a partir dessa idéia unívoca de sociedade, cuja articulação de um tempo pedagógico permitiu fundar a

³³ Insistimos que essa genérica classificação de pesquisadores e defensores da causa indígena visa justificar nossa argumentação quanto a necessidade de se ter outra postura teórica frente ao sentido de território no processo de entendimento da identidade a partir da diversidade cultural em foco. Ao analisarmos a maioria dos trabalhos feitos por esses intelectuais e agentes políticos, podemos ver que os sentidos de “isolamento” e “preservação” cultural dos indígenas, quando trabalhados, são bem mais ricos do que aqui apresentados. Ver, entre tantos, por exemplo, os trabalhos de Oliveira & Freire (2006), Araújo (2006), Luciano (2006), Barroso-Hoffmann & Souza Lima (2002), Oliveira Filho (1999).

memória da nação como uma memória unificadora da identidade do presente. Esta memória é garantida pela anulação dos tempos disjuntivos que corroem a textualidade do discurso identitário bem como garante a homogeneização das diferenças, portanto das multitemporalidades (SILVA, 2004, p. 3).

Diante dessas imagens de homogeneização das diferenças culturais e temporais, o sentido de identidade nacional, no caso específico da sociedade brasileira, tendeu a eleger determinadas imagens padronizadoras desse caráter identificatório. Tanto o homem trabalhador, cristão e cordial, majoritariamente branco, quanto o preguiçoso, malandro e voltado aos prazeres imediatos, em sua grande maioria de ascendência negra, delimitavam o imaginário de quem somos “nós” brasileiros³⁴.

Nessa igualação da diferença, o papel do índio foi relegado a uma instância outra, estranha a esse conjunto identificatório. A consequência disso foi que os grupos indígenas, notadamente os que resistiram ao contato com os valores culturais da “sociedade brasileira”, eram considerados selvagens, eram os “outros”, os estranhos em relação a “nossa” identidade nacional.

A eleição do indígena como o “outro” permite não enxergarmos que “nós” somos diversos, diferentes e profundamente desiguais socialmente. Tal forma de ler a esses grupos culturais como “o outro” justificou a marginalização dos mesmos frente à realização do projeto identitário nacional, de efetivação do domínio do Estado perante a diversidade territorial. Mas a consolidação desse poder estatal também se dá quando se luta para preservar em áreas isoladas as culturas estranhas ao sentido moderno e majoritário de realização do mesmo projeto de identidade nacional.

Eliminando ou isolando as culturas indígenas a partir de uma noção de tempo uniforme e unidirecional, assim como da leitura de um único arranjo espacial decorrente da somatória de suas partes no conjunto do Estado-Nação, consolida-se a abordagem dicotômica com que se lê a realidade. Essa leitura se pauta na busca por uma solução da questão do “outro” tendo como princípio o distanciamento e o decorrente estranhamento do mesmo; ao delimitarmos de forma generalizante a imagem que fazemos do “outro”, acabamos por também criarmos uma representação vazia a expressar o grande

³⁴ Essa forma de representar o caráter ou psicologia cultural do brasileiro, a partir desses dualismos entre cordial e malandro, entre trabalhador e preguiçoso, entre branco e negro etc., deve-se a sistematização que elaboramos a partir de texto clássicos de Sergio Buarque de Holanda (1997), Darcy Ribeiro (1995), Dante Moeira Leite (2003) e Paulo Prado (1997).

desconhecimento de quem realmente somos “nós” nesse processo³⁵. A busca do sentido de identidade nesse contexto torna-se bastante problemática.

A insistência na ideia de identidade cultural a partir da relação dicotomizada entre o sujeito, “nós”, em relação ao objeto, os “outros”, não permite que saiamos do vício de efetivamente não reconhecermos a leitura territorial que os indígenas fazem e que pode estabelecer contato com nossos referenciais sem que isso signifique a perda de seus parâmetros identitários, mas também não se traduz em imutabilidade cultural.

Entendemos que, para melhor nos posicionarmos nessa questão, devemos deslocar a atenção da relação da identidade a partir do determinante cultural para o sentido propriamente da territorialidade em que esta acontece. Contudo, esse deslocar significa não restringir a discussão da identidade a partir da organização discursiva que estabelece a cisão entre o “nós”, sujeitos do discurso, frente aos “outros”, o objeto de nossos discursos.

Delineamos desta forma o sentido de nossas reflexões, o de fundar a discussão da identidade a partir do sentido territorial, não restringindo a esta ao aspecto cultural, mas entendendo-a como processo constante de produção territorial, no qual os conflitos e tensões não são problemas que possuem uma causa e, portanto, um solução em definitivo; entendemos que as tensões são aspectos inerentes à lógica da formação territorial da sociedade que vivemos, que os indivíduos devem aprender a como lidar para poderem criar outras potencialidades territoriais, permitindo que os diversos interesses possam ser superados em suas cisões em prol de justiça social e da riqueza humana, não se restringindo a fatores econômicos ou tecno-administrativos em si. Mas deixemos isso para a conclusão.

Nesse aspecto, a discussão de como a mídia interfere na consolidação de determinado imaginário sobre os problemas se torna fundamental para que o conjunto social consiga criar perspectivas outras, para além do que se tenta delimitar o debate, ou que se considere como respostas possíveis: demarcar/isolar ou produzir/integrar as terras indígenas em Mato Grosso do Sul.

³⁵ Essa dificuldade de reconhecer que dentre “nós” encontram-se “outros”, exatamente por não conseguirmos identificar as profundas desigualdades sociais, é o que Haesbaert aponta em seus estudos sobre identidade territorial brasileira. “Uma das principais questões ligadas à identidade, contudo, é a dificuldade em reconhecer o ‘simplesmente Outro’, tendendo-se sempre, por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um parâmetro único de comparação, hierarquizando ou ‘desigualizando’ aquilo que deveria ser visto apenas como diferente” (1999, p. 175-176).

CAPÍTULO 3 - O CONFLITO TERRITORIAL EM MS: ALGUNS APONTAMENTOS DO DISCURSO PRODUZIDO PELO JORNAL *O PROGRESSO*

Podemos notar que a imprensa escrita participa da representação da realidade, produzindo, veiculando, registrando, comentando e acompanhando o percurso dos Homens através do processo histórico; o jornal, na linearidade temporal, acaba por evidenciar a dimensão do texto enquanto evento, já que ele é o lugar onde se constrói discursivamente a experiência, sendo quase sempre alvo dos interesses de alguns grupos de poder, que o manipulam e o controlam.

O jornal se apresenta como um microcosmo contextualizador. Ao mesmo tempo em que se faz circular as idéias, saberes e representações, por meio das publicações, dinamizando-os, cristalizando-os, na medida em que os registra; é um mecanismo duplo de acessar os sentidos e controlar os critérios de sua construção (LIMBERTI, 2004, p. 32).

O discurso jornalístico veicula informações coletadas no cotidiano e cuja abrangência espacial podemos dizer que é cada vez mais mundial. Suas matérias são produtos feitos para informar, formar opinião e defender interesses. O que os textos da mídia, no caso o texto jornalístico, oferecem, não é a realidade, mas sim uma construção que permite ao leitor criar formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta, pois o pensamento dominante acaba sendo reforçado por conteúdos que chamamos de senso comum, mesmo misturado por outros discursos. O discurso jornalístico pode ser considerado como um mediador da realidade, devendo ser levado em consideração na sua análise, seu contexto de produção e, principalmente, sua finalidade.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO & PRADO, 1980, *apud* VIUDES, 2009, p. 29).

Trazer o público para si é o objetivo principal de qualquer veículo de informação, há uma preocupação editorial na forma de apresentar os conteúdos das informações, visando sempre indiciar o sentido com que o leitor assimilará as mesmas, portanto, o conjunto de textos e imagens, por meio do emprego de charges, fotografias, ilustrações, gráficos, mapas, tabelas etc. faz parte desta apresentação.

Para tal, verificamos na análise em que estamos nos propondo a fazer que muitos elementos que se relacionam direta ou indiretamente com a temática dos conflitos entre os indígenas e os produtores rurais deixam de ser abordados enquanto outros são reforçados. Tal postura frente o valorizar determinado enfoque e ao mesmo tempo ocultar certos aspectos são inerentes à composição da linguagem jornalística e, conforme a forma com que se articula o conjunto de textos e imagens, pode revelar as perspectivas políticas, ideológicas e culturais que determinado veículo informativo se vincula.

A mídia jornalística é uma das formas de representação da realidade atual; apesar de se auto-imaginar como veículo informativo e neutro, a imprensa é uma indústria, que precisa obter lucro financeiro a partir da venda de seu produto básico, qual seja, a informação jornalística. Por ter de vender esse produto, precisa torná-lo interessante aos ouvidos e mentes dos potenciais consumidores, portanto, precisa apresentar uma determinada forma que torne sedutora as informações, ou melhor, que passe um sentido de verdade e de confiabilidade no que ali está sendo expresso.

Assim sendo, um veículo informativo deve passar informações de forma que atenda aos interesses de seus consumidores potenciais e, portanto, não pode necessariamente, transmitir todos os aspectos que envolvem ou explicam o contexto de um determinado fenômeno. As notícias, por conseguinte, acabam sendo filtradas, enviesadas e trabalhadas de tal forma que devam aparentar a verdade única e totalizante do fato ali apresentado, pois não visam necessariamente ao conhecimento amplo de todos os sujeitos sociais, mas aqueles que são os potenciais compradores daquela informação.

Com isso melhor delineado, pode-se mais bem compreender a importância das imagens e textos organizados na mídia jornalística nos processos de formação imagética, ética e estética dos referenciais do mundo. As informações ali presentes, na verdade, elaboram determinada representação com que os seres humanos significam o mundo. Através das representações jornalísticas (escritas, figuradas ou imaginadas) a complexidade do real se simplifica e torna presentemente compreensível, ou aceitável, para determinados grupos sociais as formas com que se imaginam no mundo, ou justifica as posturas e atitudes de determinados indivíduos em sociedade.

É por meio, portanto, das representações que o imaginário social significa e dá sentido ao viver (FERRAZ, 2010). Por conseguinte, um veículo informativo, conforme os

vínculos econômicos e políticos que o sustentam, tende a passar a representação por ele elaborada de determinada faceta do real como verdade única e geral para o conjunto da sociedade daquilo que é necessário apenas para um determinado grupo ou camada social.

Esta pesquisa se detém nas matérias jornalísticas do jornal *O Progresso*, publicado e distribuído na região de Dourados, a partir de uma análise dos aspectos textuais e imagéticos de como essa mídia impressa abordou os conflitos pela re/demarcação territorial dos indígenas da região e as críticas feitas a esta re/demarcação pelos produtores rurais, políticos e empresários.

O levantamento dos significados do discurso sobre a questão indígena no jornal *O Progresso* revela como a sociedade da região de Dourados constrói seus conceitos acerca desse tema, o que de certa forma acaba influenciando na tomada de decisões políticas voltadas para as comunidades indígenas aí localizadas. Os fatos são apresentados como acontecimentos que estabelecem uma dualidade de leitura sobre a questão, encerrando aí o sentido ético com que se deve julgar a problemática.

De um lado, temos os fazendeiros e empresários rurais, geralmente caracterizados como pessoas simples, trabalhadores e empreendedores comprometidos com a melhoria econômica da região, por produzirem mercadorias pautadas em recursos agropecuários básicos para a alimentação da população urbana, além de propiciar emprego e movimentar o comércio local. De outro, temos os indígenas, e os que defendem a causa dos mesmos, que lutam pela reparação cultural que os processos históricos de colonização e desenvolvimento das relações capitalistas impuseram aos indígenas.

A dualidade dessa forma de leitura dos sujeitos em disputa se desdobra em outras dualidades; os fazendeiros e muitos políticos da região defendem a necessidade de aumentar a produção, o que leva a terem de ocupar as terras que o Estado visa delimitar como território pertencente aos indígenas. Os indígenas e muitos pesquisadores e membros de movimentos populares entendem que as terras devem ficar com os indígenas, como forma de garantirem a preservação de seus valores culturais e modo de vida.

De um lado temos o progresso e dinamismo econômico; de outro conservação e riqueza cultural preservada. Do lado dos fazendeiros, a justiça econômica; do lado dos indígenas, a justiça social. E por aí vai.

Essa dicotomização acaba por superficializar a questão, mas torna mais fácil a leitura e classificação do “nós” em relação ao “outro”, estabelecendo as diferenças básicas e aparentemente tornando claro qual o melhor caminho a seguir. Enquanto os fazendeiros passam a ser lidos como responsáveis e defensores do progresso sócio-econômico, os indígenas e seus aliados passam a ser lidos como prejudiciais ao desenvolvimento social, implantando discórdias e prejudicando ao coletivo. Reforçam-se nesse quadro os preconceitos.

Nesse sentido, trabalhamos com a possibilidade da sociedade discutir essa questão de forma mais verticalizada, fazendo a crítica necessária ao jogo ideológico em cena, assim como ao poder econômico que está por detrás dos conflitos, o qual é reduzido a mecanicismo ético pela forma como a questão é abordada pela mídia. Para tal, voltamos a salientar que o olhar geográfico atualmente necessário, deve tratar essa questão do conflito entre indígenas e fazendeiros como consequência do choque de identidades culturais diversas que estabelecem contato nessa região fronteiriça, entre as tradições da cultura, no caso a indígena, com os interesses econômicos de um mercado capitalista representado pelos fazendeiros.

Entendemos que a leitura geográfica dessa questão deve entender tal conflito como expressão de uma determinada territorialidade que podemos denominar como um “entre-lugar”. Essa forma de abordar esse território cobra olhar, vivenciar e produzir relações territoriais diferentes, conforme os referenciais tecnológicos, técnicos, políticos e culturais com que as partes em conflito delimitam suas perspectivas, assim como as imagens com que se reconhece o outro e a si próprio nesse processo.

O entre-lugar, portanto, é um conceito que aponta para um determinado arranjo espacial que se caracteriza por ser fronteira, ou seja, ao mesmo tempo que separa e limita, permite o contato e aproxima. É local daqueles que estão de passagem e em movimento buscando os afetos e as razões para se enraizar e permanecer. É lugar de estranhamento e ao mesmo tempo potencializador de identidades. É onde se manifesta de forma mais dinâmica a diversidade de idéias e posturas, por isso é propulsor de unidades de posturas. É o lugar cujo horizonte sempre está mais além e aquém, mas é também onde o vazio de significados cobra o estabelecimento de sentidos possíveis. É sombra e luz e algo mais (FERRAZ, 2010, p. 30).

Estamos aqui, portanto, entendendo que o conflito de terras nessa região é um fenômeno que expressa o complexo da produção dessa territorialidade enquanto local

fronteiriço, ou seja, aquele em que as contradições e tensões sociais se aguçam. Mesmo que se negue e não se reconheça mais quem é o “outro”, ele ali se presentifica pela proximidade física, tornando impossível ignorá-lo.

As soluções usuais de eliminação do “outro” por meio do isolamento e colocá-lo do outro lado da fronteira, ou pela homogeneização cultural por parte de integração ao mesmo padrão produtivo da territorialidade capitalista, não conseguem resolver os problemas das profundas desigualdades sociais que instauram sempre novas fronteiras entre os grupos humanos.

A delimitação física do território não consegue evitar a fronteira de contatos culturais. A tentativa de eliminar a territorialidade indígena não significa o fim da fronteira que separa as desigualdades econômico-sociais. Pode-se dizer, com isso, que fronteira juntamente com as territorializações sociais estão em constante processo de desenvolvimento, mobilidade e significação. Carvalho (2009), salienta que:

Como produto que aponta o encontro entre apropriações territoriais distintas, a fronteira como problema tem na epistemologia de sua consolidação um duplo, ela é materialidade, mas sua representação pode ganhar significados diversos, de acordo com as distintas posições de fala dos sujeitos que buscam fundamentar sua legitimidade e compreensão, colocando-a como eminente e necessária, campo de tensão entre as territorializações (p.46).

Assim, para melhor compreendermos essa questão da relação de fronteira entre os indígenas e os fazendeiros, entendemos que o deslocamento desta pode ser de maneira conflituosa e/ou por controles hegemônicos no constante processo de seu desenvolvimento, apontando para heterogeneidade de territorialidades. Para tanto, advém daí sua importância como fenômeno em nossa análise, pois, graças às diferentes posições dos sujeitos que buscam estabelecer as conformações da fronteira determinando as mobilidades e câmbios de significados de apropriação, ela se legitima pelo movimento, traço geral de sua regularidade, que num repouso dinâmico determina sua condição de processo.

Este trabalho não vai tentar dar uma resposta de como resolver o conflito a partir do estabelecimento desse sentido dinâmico de fronteira, mas tão somente visa contribuir com outros olhares para que a questão não se restrinja a um “palco” em que de um lado as forças econômicas capitalistas defendidas pelos fazendeiros e parte dos órgãos administrativos, e de outro lado as formas de proteção cultural defendidas por intelectuais e

certos órgãos do Estado responsáveis pela segurança dos valores culturais indígenas, tentam estabelecer o universo possível de leitura sobre a questão.

Percebemos que o aspecto cultural serve através de simbologias para criar uma sociedade imaginária enquanto nação, ou seja, sujeitos que pertencem a uma mesma unidade territorial administrada por um Estado legalmente institucionalizado e simbolicamente aceito pelos que nele se encontram, mas essa sociedade imaginada é constantemente questionada pelas desigualdades sociais e diferenças culturais nos diversos locais que as relações humanas se territorializam. Como no nosso caso, os conflitos de terras expressam, como já indicamos anteriormente, as grandes diferenças culturais que são pressionadas e se vêem forçadas a se reconhecerem numa situação de lugar fronteiro, num entre-lugar como a região de Dourados assim é.

Diante disso, o entendimento dos conflitos culturais que permeiam as tensões entre fazendeiros e indígenas, aponta para a questão da identidade territorial que cada grupo almeja aí territorializar. A solução para essa identidade não se resolve através da referência a uma suposta identidade nacional brasileira, mas cobra uma redefinição do papel do Estado-Nação, no contexto do rearranjo capitalista mundial, Pinheiro (2010) diz que:

[...] deve-se pensar a questão da identidade territorial a partir da consideração de quem é ou são o(s) enunciador(es) do processo simbólico e histórico de identificação territorial. Faz-se importante ter ciência de quais foram os arranjos políticos, econômicos, culturais, ideológicos que promoveram a construção dos meios simbólicos que ofertaram a identificação territorial. Tendo compreensão dos enunciadores, consegue-se melhor compreender os elementos que foram enaltecidos como de identificação social, pois “[...] *todo lugar de enunciação é, ao mesmo tempo, um lugar concreto, verdadeiro, e um lugar teórico ou desejado*” (ACHUGAR, 2006, p. 19, *apud* PINHEIRO, 2010, p. 43). Sendo a procura do local de enunciação chave para tornar mais nítido que a identificação territorial possui caráter transitório, pois permite identificar, com maior facilidade, as transformações ou reterritorializações que as articulações sociais vão tecendo através da inter-relação com a base física que vivenciam, assim ofertando características diferenciadas ao território dentro das mais variadas escalas temporais [...] (p. 42-43).

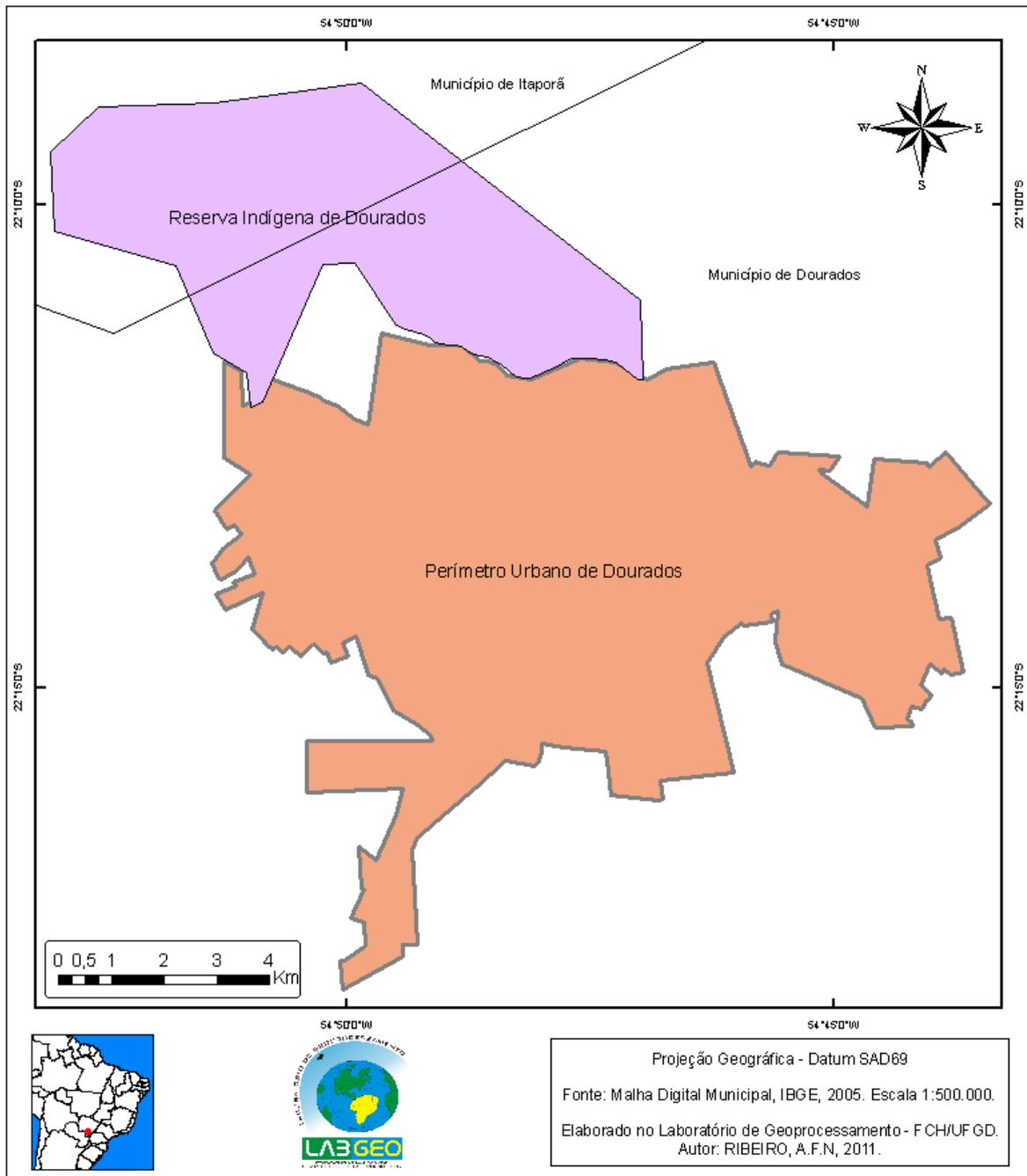
Temos no jornal *O Progresso* uma fonte para entendermos quem são esses enunciadores e seus lugares de conflito, tanto pelo que ali está explicitado quanto pelo que está ocultado. Nas páginas do jornal vamos percebendo o espaço produzido pelos diferentes olhares e leituras sobre o processo envolvendo indígenas e fazendeiros, sua parcela de participação na construção simbólica tanto dos indígenas quanto dos fazendeiros

relacionadas com a questão da re/demarcação de terras na região de Dourados e no estado do Mato Grosso do Sul.

A cidade de Dourados, assim como sua região (salientamos que todos os dados e entrevistas foram coletados na cidade de Dourados), possui peculiaridades importantes que a torna referência simbólica para discutir a relação entre indígenas e não-indígenas, devido a proximidade entre as comunidades e o notável conflito fundiário e ideológico que se estabeleceu entre indígenas e fazendeiros. A Reserva Indígena de Dourados³⁶ conta com uma população de 11.312 habitantes, que vive em 3.600 hectares. Esse número é a soma das populações das áreas indígenas Jaguapiru e Bororó, onde residem indígenas Guarani: Ñandeva, Kaiowá e Terena, dados esses coletados junto a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e disponibilizado pela Rede Nacional de Estudos e Pesquisas em Saúde dos Povos Indígenas³⁷.

³⁶ “A Reserva Indígena de Dourados foi criada em 1917 pelo Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/ITDN) com 3.600 hectares (CIMI, 1997, p. 20). Sua população é composta por duas etnias: Terena e Guarani, subgrupos Kaiowá e Ñandeva. Considerada a Reserva com maior densidade populacional do país, 0,28 hectare/pessoa “[...] sendo que a maioria tem origem Guarani, com maior número para Kaiowá e um grupo menor de Terena, atualmente conta com uma crescente mestiçagem entre as etnias e, em menor grau, com a sociedade envolvente” (SILVA, 2007, p. 14).

³⁷ Disponível em: < <http://www.funasa.org.br> > Acesso em: 03 de mar. 2011.



Reserva Indígena de Dourados

O nosso levantamento das manchetes e notícias referentes ao conflito de terras na região de Dourados feito nas páginas do jornal *O Progresso*, se deu entre a edição 10211, de 03 de janeiro de 2008, até a edição 10805, de 31 de dezembro de 2009. Ao todo foram 594 edições analisadas, sendo que identificamos 52 publicações tratando diretamente sobre a questão da re/demarcação de terras indígenas na região de Dourados, ou seja, em torno

de 9% do que foi publicado durante esse período; destas 27 manchetes foram publicadas em 2008 e 25 publicadas em 2009.

O intuito aqui é utilizarmos dessas reportagens para realizarmos um estudo interpretativo por meio da abordagem hermenêutica em que esses enunciados são contextualizados e socialmente relacionados, apontando assim os sentidos e significados que denotam pontos de atrito e ao mesmo tempo silêncios e sombras, ou seja, identifica-se por meio dos discursos em conflito, o que se coloca como aceite socialmente e o que simplesmente é negado, escondido e marginalizado, sendo escanteado para fora do espaço de valores tidos como corretos, mas que por isso mesmo apontam para outras possibilidades de vivência e produção espacial de relações humanas.

Diante disso, os enunciados da linguagem representam apenas o início do processo de entendimento e a investigação, tem liberdade para trilhar e construir entendimentos através de caminhos subjetivos, induzidos pelo seu conteúdo inicial.

Foi isso que detectamos nas várias reportagens analisadas, pois ao enunciarem o problema do conflito entre indígenas e proprietários, entrevistando lideranças políticas, pesquisadores e proprietários, a forma como as manchetes eram elaboradas, seus termos e posição na página, as imagens e fotografias que ilustravam as reportagens, assim como os textos explicativos dessas imagens, e o próprio teor das reportagens, delineavam a formação de um problema em sua dualidade fechada da questão. De um lado a seriedade e o compromisso com o progresso social da região, e de outro a inviabilidade econômica que seria a re/demarcação das terras para protegerem um pequeno número de indígenas.

O conjunto das reportagens enunciava uma dada concepção de projeto social, pautado na lógica da exploração e acúmulo econômico, como se fosse o único projeto possível, meio que fruto de uma evolução natural da sociedade, de maneira que ficava implícito que qualquer empecilho ao desenvolvimento desse progresso histórico era sinônimo de atraso e prejuízo para o conjunto da sociedade.

Os textos, imagens e entrevistas impressas nesse noticioso regional pressupunham um contexto social, uma espécie de jogo em que as regras já estavam naturalizadas por parte daqueles que receberiam as mensagens, de maneira que as respostas e enunciados caem na repetição de termos comuns. O sentido que estava nos entremeios das frases

aponta para um universo de entendimento sobre o conflito como algo que cabia ao conjunto da população defender os interesses dos proprietários rurais, pois eles estavam lutando pelo bem social maior.

Nesse ponto destacou-se o aspecto do que viria a ser essa verdade tomada como natural e absoluta. Aí se tornou importante esclarecer alguns pressupostos básicos sobre a ideia quanto ao sentido da verdade a partir dos parâmetros da hermenêutica.

A(s) verdade(s), numa abordagem hermenêutica, não podem ser entendidas como algo dado a priori, não são singulares a um evoluir histórico determinista, não são fechadas e estanques, “[...] *a verdade da abertura não é um objeto, cuja posse cognitiva seja atestada pela sensação de evidência, completude, integração que experimentamos num dado momento [...]*” (VATTIMO, 1999, p.123).

A discordância da hermenêutica em relação a verdade como conformidade, direciona seu posicionamento a conceber a verdade no modelo do habitar e da experiência estética. Pois a verdade em uma explicação científico-positiva, que estabelece seu sentido de verdadeiro ao singular a partir de uma lei geral, pode ter sua necessidade para as ciências exatas, porém esse modelo, bem como o referencial teórico da linguagem como cálculo, não apresentam a mesma eficiência nas ciências humanas. Nesse sentido:

O que constitui a verdade dos singulares verdadeiros que se dão nas proposições “conformes” (à coisa, mas, antes de tudo, às regras de verificação) é o referir-se a condições de possibilidades que, porém, por sua vez, não são enunciáveis numa proposição conforme, mas se dão como uma rede de referências nunca conclusa, uma rede que é constituída de múltiplas vozes da Ueberlieferung, da transmissão (não necessariamente provenientes do passado) que ressoam na língua em que essas proposições são formuladas. Essas vozes – isto, uma específica experiência moderna, para a qual é inevitável ligar o dar-se da verdade como Eroerung ao terminar da metafísica – falam como uma irreduzível multiplicidade, desmentido toda tentativa de reconduzi-las a uma unidade (que poderia ainda dar-se na forma de um conteúdo apreensível em um único olhar e enunciável numa proposição conforme) (VATTIMO, 1999, p. 130).

A verdade no entendimento da hermenêutica filosófica deve transcender ao julgamento metafísico do discurso científico moderno. Deve buscar interpretar a linguagem dos sentidos humanos construídos com o mundo, e tendo nisso um ponto de referência importante para o processo de construção do conhecimento. E não se referenciar

em modelos que buscam atingir o conhecimento por meio da metafísica da verdade única e essencial a ser revelada (FERRAZ, 2006).

O entendimento e a construção do conhecimento nos referenciais da hermenêutica filosófica não se encontram necessariamente dadas pela linguagem em si, a interpretação hermenêutica deve inserir-se dentro do contexto da conversação que deram origem aqueles enunciados da linguagem.

Contra a lógica locucional, para a qual a sentença constitui uma unidade de sentido auto-suficiente, a hermenêutica lembra o fato de que uma locução nunca pode desvincular-se de seu contexto motivacional, isto é, da conversação, na qual ela está inserida e somente a partir da qual ela ganha sentido. A locução é, enfim, uma abstração, com a qual a gente nunca se encontra na vida de uma linguagem (GRONDIN, 1999, p. 197).

Como tentativa de superação da chamada “lógica locucional”, na qual se compreende que a interpretação está disposta na linguagem, observamos que a conversação deve ser mediada pelo que Gadamer chama de lógica hermenêutica de pergunta e resposta.

Contra o primado da lógica locucional, que entende a compreensão como poder de disposição, e falha nisso, desenvolve Gadamer a sua lógica hermenêutica da pergunta e da resposta, a qual entende a compreensão como participação num significado, numa tradição, enfim, numa conversação. Nesse enunciado não existe “nenhum” enunciado afirmativo, porém perguntas e respostas, as quais, por sua vez, despertam novas interrogações. Não existe nenhum enunciado, que se possa conceber unicamente pelo conteúdo que ele propõe, caso se queira captá-lo em sua verdade (...). Cada enunciado tem pressupostos que ele não expressa. Só quem pensa simultaneamente tais pressupostos, pode realmente mensurar a verdade de uma proposição (GRONDIN, 1999, p. 198).

É necessário em uma investigação hermenêutica buscar o que está oculto, dito nas entrelinhas do enunciado, aí a linguagem se faz interrogante em nosso existir. Essa conversação jamais poderá ser reduzida ao próprio enunciado, por isso a interpretação da linguagem nunca será algo acabado, será uma verdade com abertura, passível de uma nova conversação, outras indagações, problemas, pensamentos.

Com isso, a questão dos enunciados presentes nas reportagens e nos textos midiáticos se desestabiliza em suas semelhanças e uniformidades de ideias. Os elementos eleitos para caracterizarem o conflito da delimitação de terras indígenas como atraso se colocavam como artificialmente orquestrado pelo conjunto de interesses defendidos por poucos beneficiados, apontando para esse sentido de verdade a priori dado, sendo

introjetados e reproduzidos nos discursos sem se dar conta de como os mesmos eliminam, ou negam, uma multiplicidade espacial de diferenças em constante processo de reterritorialização.

Abriram-se clareiras no meio da mata idealizada de imagens a priori tidas como únicas e absolutas. Começaram a emergir, como de forma rizomática numa contingência espacial, outras imagens ocultas pelas falas e textos analisado. Uma herança de violência se esboçava por entre os buracos das frases que afirmavam ser os empresários rurais legítimos defensores das melhorias sociais pela ampliação econômica, sendo por anteposição os indígenas a expressão do possível atraso e estagnação econômica da região; os silêncios e virtualidades negadas começaram a se delinear a partir da interpretação do contexto espacial em que a redundância dos termos e ideias ali presentes aparentemente não permitia entrever.

Por seu poder de irradiação, a imprensa acaba sofrendo várias investidas (no nosso caso, estamos nos referindo ao estado de Mato Grosso do Sul, especificamente na região de Dourados) dos líderes ruralistas, tanto para endossar seu projeto de homogeneização de ideias, quanto para silenciar as vozes dissonantes, no caso as indígenas, que resistem ao processo de adequação dos parâmetros estabelecidos pela sociedade ocidental não-indígena. Para Bourdieu (2003):

É enquanto elementos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os ‘sistemas simbólicos’ cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da imposição, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo Weber, para a ‘domesticação dos dominados’ (p. 11).

A escolha do editorial de um jornal, por exemplo, deve-se ao fato dessa tipologia jornalística expressar a linha de conduta deste, e de atuar como forma de escrita da história, sendo assim permeados por uma série de imagens, de símbolos, que podem ser percebidos pelas suas próprias estratégias persuasivas de tentativa de dominar o imaginário social, artifício muitas vezes utilizado por aqueles que estão estabelecidos no poder (político e econômico) nessas regiões, sejam eles grandes proprietários de terras, empresários, políticos etc. Ao adotar de certa forma de discursos parciais, o jornal *O Progresso* contribui para a instauração de espaços de diferenças cada vez maiores entre o impasse de terras no Estado.

Percebemos que durante o ano de 2008 foram publicadas 27 notícias relacionadas à questão da re/demarcação de terras indígenas. Por ser ano de eleições municipais, os noticiários colocavam em evidência essa questão, entretanto, as estratégias para a “não re/demarcação de terras no Mato Grosso do Sul” foram manipuladas mais pelo interesse eleitoral do que pelo próprio processo de discussão da re/demarcação.

O jornal concentrou 22 dessas edições com notícias abordando o conflito nos meses de agosto e setembro, período que antecede as eleições ocorridas em outubro; ou seja, em torno de 87% das notícias publicadas sobre a re/demarcação das terras indígenas ocorreram neste período imediatamente anterior ao mês em que se escolheria os líderes políticos municipais.

A utilização desses elementos para difusão da campanha da fração de classe ruralista na cidade de Dourados colocou a re/demarcação como um problema ao desenvolvimento da economia do Estado por entender que as terras em mãos indígenas seriam improdutivas. Um slogan foi utilizado durante esse período em que dizia: “produção sim, demarcação não”.

A partir da análise do conteúdo, fomos levantando os termos mais empregados nas reportagens e, por anteposição a esses termos, as imagens implícitas que elas delineavam como positivas ou negativas, formatando assim o quadro ético a estabelecer os parâmetros com que se devia valorizar e ler a situação, ou seja, o que estava certo e o que estava errado, o que e quem representavam o bem e quem representava o mal.

Identificamos assim, a título de exemplo, que os termos e ideias mais recorrentes relacionavam as imagens dos proprietários rurais com as palavras ligadas a “produção”, “produtividade”; estas apareceram em 62% das reportagens nesse período de agosto e setembro de 2008, sempre relacionando a questão da produção com aqueles que tinham o controle dos meios produtivos e o capital necessário para investir na região, ou seja, os fazendeiros. Quando as reportagens faziam referência aos indígenas, o termo mais presente era “atraso” ao desenvolvimento econômico, que apareceu em 33% dessas reportagens; outra palavra muito utilizada diz respeito ao “direito” a propriedade privada, que apareceu em 22% das notícias.

Esses termos, assim como seus antônimos, muitas vezes não explicitados nos textos jornalísticos, delimitavam o campo ético de valores com que o jornal fechava a questão, demarcando aí o jogo de ideias e parâmetros com os quais os leitores podiam e tendiam a significar o problema da re/demarcação de terras indígenas em relação ao comprometimento da produção agrícola e desenvolvimento econômico da região.

Percebemos, com isso, que o índio, grupo “minoritário”, negado enquanto ser humano, julgado como inferior dentro da construção do processo de identificação nacional, sofreu na região um forte processo de destruição de seus referenciais identitários enquanto sujeito histórico, foi silenciado e colocado à margem da sociedade por não atender aos anseios de uma camada de privilegiados, a qual está assentada no poder político e econômico. Já o grupo de proprietários rurais é legitimado no poder, pelo menos pelos enunciados da mídia impressa, por pertencer e ter laços com os chamados “pioneiros”, assim, são naturalizados como herdeiros do projeto civilizatório da região, ou seja, são possuidores da responsabilidade de perpetuar os avanços do projeto societário do mundo moderno e capitalista em meio a essas “terras selvagens”, cujos indígenas são a própria expressão de barbárie a ser combatida.

Estes elementos, quando abordados pelo discurso midiático, acabam justificando formas de pensamento e práticas sociais que expressam significações que o conjunto da sociedade acaba introjetando como únicas. Tal naturalização de valores consolida determinados interesses em razão das forças políticas e econômicas em conflito, delineando assim uma paisagem em que os sujeitos são classificados conforme o peso ou proximidade com o controle dos meios de produção e/ou peso político.

O fato de representar interesses antagônicos torna o editorial do jornal um discurso de dupla competência, que de certa forma mascara e desmascara, defendendo, assim, os interesses do jornal, ao mesmo tempo em que se levanta também como porta-voz de determinados anseios de alguns grupos sociais. A opinião do editor, nesse caso, atuará como representação desse grupo mantenedor da empresa jornal, materializando em palavras os parâmetros ideológicos e culturais com os quais o jornal se vincula a determinada elite regional, estabelecendo, assim, a visão do jornal em relação aos fatos e notícias a serem ali publicados. Schwengber (2008) salienta que:

A reprodução desses valores está presente na própria rotina jornalística: a busca pela imparcialidade no fundo contribui para que os meios de comunicação transmitam o pensamento que predomina naquela sociedade, ainda que os jornais não se considerem a serviço de grupos específicos. Já a forma como os jornais atuam determinando valores se dá por meio do critério da seletividade, pois nessa prática eles impõem seus próprios critérios às matérias-primas (os fatos), apropriando-se delas, interrogando-as, transformando-as e selecionando o que é importante no que as fontes dizem (p. 50).

Diante disso, as comunidades indígenas que habitam a Reserva Indígena de Dourados, ou vivem nas áreas urbana e rural do município de Dourados, foram alvos de um intenso processo de negação do seu modo de vida. Essa forma de entendimento das culturas indígenas locais foi assim elaborada como maneira de justificar o pólo antagônico, ou seja, os referenciais defendidos pelos grupos de proprietários rurais. O poder dos ruralistas perante o conjunto da sociedade foi grandemente fruto dessa anteposição de referenciais qualitativos de valorização, cabendo à mídia em geral, em especial, no nosso caso, o jornal *O Progresso*, estabelecer o fiel da balança ao destacar, de forma explícita, a ênfase dada ao agronegócio no estado do Mato Grosso do Sul. Viudes (2009) salienta que:

A ocupação dessa região por não-índios é caracterizada pela formação de latifúndios para agricultura e pecuária, o que propiciou a formação de uma classe ruralista fortemente articulada com a política local. Esse padrão de ocupação de grandes faixas de terras remete ao século XIX, quando frentes não indígenas ocuparam a região de forma intensiva. Isso ocorreu com o arrendamento de grandes áreas para a Companhia Matte Larangeiras. Apesar de não ter a posse da terra, a empresa imprimiu, na região, um sistema de uso de largas faixas de terras, sempre articulada com o poder público. Além disso, introduziu uma relação colonial de trabalho entre os indígenas (p.18).

As comunidades indígenas foram tendencialmente tratadas como um ranço do atraso selvagem, ou como uma ilha de pobres desqualificados que resistem em aceitar os bons frutos do progresso.

Para exemplificar o que salientamos anteriormente, verificamos, através das reportagens, que o imaginário criado sobre as características e tipologia dos fazendeiros se deram na anteposição e desqualificação ao papel do indígena. O discurso do jornal *O Progresso*, no período estudado, produziu imagens simplificadas em sua dicotomização da questão, evidenciando, de um lado, a identidade dos grupos indígenas como preguiçosos e incapazes de se adequarem ao padrão eficiente da produção tecno-científica; por outro

lado, os fazendeiros, historicamente apoiados pela ação estatal, como os elementos potencializadores do progresso e crescimento econômico para a região.

Podemos perceber as tensões entre culturas; de um lado, as não integradas ao padrão cultural da chamada identidade nacional, ou regional, e de outro, os que assim se identificam a partir dos projetos de modernização econômica e perpetuação das relações de poder, historicamente produzidas.

Podemos evidenciar melhor essa discussão com uma imagem publicada pelo jornal.



Imagem 1 - Fonte: *O Progresso* em 04 de agosto de 2008

Manchetes: “Índios celebram início de demarcação” e “MS não será terra de índio, diz André”.

A relação das fotos presentes nessa reportagem nos coloca diante de um antagonismo, já que o indígena na foto é apresentado como algo pitoresco, incivilizado pelas características de seu vestuário e atitudes; em contrapartida, o governador na foto da reportagem aparece com roupa de homem civilizado e compromissado com o progresso e os símbolos econômicos do Estado, no caso o boi ao fundo.

A aparente imparcialidade do jornal fica comprometida com o arranjo das fotos em meio ao destaque das manchetes. A celebração indígena é apresentada como algo rudimentar e atrasado frente aos símbolos da civilização e da riqueza incorporados pelo governador. Este ao afirmar que MS não será terra de índio, reforça o compromisso com o sentido de desenvolvimento econômico que entende como necessário para a maioria da sociedade, ao invés de beneficiar apenas alguns poucos com seus rituais incivilizados e “egoístas”, como a imagem dos indígenas deixa transparecer.

Assim, os componentes imagéticos das duas fotos no jornal são reforçados pelos aspectos indiciais presentes nos textos das manchetes e no conjunto dos escritos nas reportagens que, dentro do contexto e das escalas temporais e espaciais que delimitam o conjunto de interesses em jogo, assim como a força dos agentes em disputa, apontam para o que a notícia quer realmente informar, qual seja, que é eticamente comprometedor defender a causa indígena, pois esta significará o atraso econômico e social do Estado do MS.

É possível verificar no discurso produzido pelo jornal que o indígena é delineado como selvagem, ser inferior, preguiçoso e que comunidade indígena é uma sociedade que não sofre transformações sociais, ou seja, que estaria ainda presa a concepções daquele índio de arco e flecha, a imagem do índio que para ser índio precisa apenas pescar, caçar, vestir-se parcamente, ficar com a pele pintada etc. Como diz Viudes (2009) que a visão que se tem da cultura indígena é aquela que está “[...] *nos primeiros passos da ‘evolução’, vivendo de maneira hermética às relações com a sociedade envolvente*” (p.35).

Essa forma dos que estão do lado de cá do projeto civilizatório urbano, industrial e moderno, de ler os indígenas, os que estão do lado de lá dessa fronteira civilizatória, se funda numa concepção de tempo “[...] *evolucionista da história e das culturas, na qual as sociedades indígenas seriam os primeiros estágios nos degraus da evolução. É por esse*

motivo que, frequentemente, as pessoas relacionam os indígenas com seres primitivos” (VIUDES, 2009, p.36).

A construção do imaginário dos não-indígenas sobre a questão indígena através do jornal *O Progresso* se faz sobre aquela imagem arquitetada desde os tempos da colonização, baseada na ideia do indígena como ser primitivo e atrasado, ligado à natureza selvagem. “*No imaginário coletivo nacional, a noção de indígena está relacionada com a ideia de selvagem, silvícola, que vive na floresta, de maneira rudimentar, ou seja, que não utiliza ferramentas e vive de maneira nômade*” (OLIVEIRA, 1999 *apud* VIUDES, 2009, p. 29). É comum acontecer a construção de estereótipos, como a de indígenas puros e indefesos, integrado à natureza intocada, e que precisa permanecer isolado, ou a do não civilizado e arredo, que precisa ser civilizado ou eliminado.

É dentre desse dualismo que a ideia do índio é construída como aquele “outro” que está do outro lado da fronteira de nossa civilização. Conforme trabalhado no capítulo anterior, destacamos que:

[...] “a figura do Outro pode ser atribuída a um grupo semelhante ao indivíduo ou a seres com características distintas. A identidade do indivíduo institui-se a partir da diferença ou da identificação com o Outro. O selvagem, ao longo da História, é uma personificação desse conceito do Outro (VIUDES, 2009, p. 30).

Na parte sul do antigo Mato Grosso, os indivíduos buscavam consolidar a construção de uma possível identidade territorial. Essa identidade [...] “*elegeu-se a noção de dentro e de fora: o que estava do lado de lá, a fronteira imaginária, era o outro, que foi construído para enaltecer o “eu”*” (PINHEIRO & FERRAZ, 2009, p. 93). Para problematizar essa questão Gupta & Ferguson (2000) dizem que:

As representações do espaço nas ciências sociais dependem muito das imagens de rompimento, ruptura e disjunção. A distinção entre sociedades, nações e culturas baseia-se numa divisão do espaço aparentemente não problemático, no fato de que ocupam espaços “naturalmente” descontínuos (p.32).

Essa descontinuidade entre os lados daquilo que estamos entendendo sobre fronteira também pode estabelecer a possibilidade do contato, de continuidade; sendo assim, essa área limítrofe não significa exclusivamente isolamento, pelo contrário, potencializa na região fronteira contatos entre as diferenças e diversidades sociais e culturais.

Cobra-se, portanto, investigar esses pontos de conflito e contradição no sentido de melhor teorizar e ler a este lugar, esse “entre-lugar” fronteiriço que se estabelece entre um grupo sócio-cultural e outro no interior do mesmo território, o lugar do confronto, da não aceitação de diferentes manifestações culturais ou de grupos étnicos distintos.

Dentro da tensão de interesses e conflitos, vai se realizando a eleição de elementos simbólicos e concretos, que também perpassam o nível do indivíduo, assim a noção de pertencimento territorial vai se firmando, sendo que o resultado desta busca de identificação é o próprio conflito, pois é o contínuo conflito que passa pelo nível do sujeito em relação ao seu grupo social, ao conjunto da sociedade.

Se o imaginário projetado pelos jornais sobre a questão das demarcações aponta para um intrincado jogo de interesses políticos, econômicos, sociais e culturais, presentes no discurso desses enunciadores, assim a imagem dos indígenas surge nesse discurso como empecilho ao avanço do progresso econômico. Os indígenas acabam representados como atraso ao desenvolvimento econômico do Estado que, por meio de seus interlocutores, utiliza a imagem do agronegócio para evidenciar o crescimento financeiro e a modernidade.

A ênfase do discurso do jornal *O Progresso* ganha proporções outras quando trata das re/demarcações, também coloca em evidência outros sujeitos da sociedade, outros grupos que participam desse conflito como no caso o setor comercial da cidade de Dourados, conforme noticiado pelo jornal.



Imagem 2 - Fonte: *O Progresso* em 18 de agosto de 2008.

Manchete: “Demarcação pune comércio, diz CDL”

As características da imagem 2 delineiam em sua relação com o texto da manchete e a seleção dos enunciados da entrevista feita de como os diversos componentes da sociedade local, não só os proprietários rurais, contestam a re/demarcação das terras indígenas, pois essa inviabilizará o crescimento econômico da cidade, o que desembocará em maior desemprego e crise social.

Diante das representações acerca desse conflito entre essas questões culturais e econômicas produzidas pelo discurso midiático, é interessante notar que os meios de comunicação, proporcionam interação entre diversos indivíduos através de códigos que podem ser percebidos e que são compartilhados dos mesmos interesses.

Essa produção discursiva do jornal *O Progresso* acerca dos conflitos entre indígenas e fazendeiros referente ao processo de re/demarcação, demonstra a intenção dos grupos dominantes de promover a legitimação de sua concepção de desenvolvimento, modernidade e progresso financeiro para essa região. “*O jornal institui sentidos unilaterais que podem ser assimilados para compor o imaginário social sobre a temática indígena*” (VIUDES, 2009, p. 105).

Para analisarmos essa reportagem e compreendermos melhor o posicionamento da mídia douradense, representada aqui com as notícias do jornal *O Progresso*, vamos utilizar o conceito de hegemonia³⁸.

A hegemonia para Gramsci (1999) ocorre quanto o setor de maior prestígio econômico da sociedade ultrapassa os limites do poder econômico, passando a ter uma atuação hegemônica, ou seja, seu domínio deixa de ser meramente econômico, passando também ao domínio intelectual. Outros setores da sociedade, que não os dominantes, passam a defender os interesses da classe economicamente mais forte, tornando-a hegemônica. No caso da região de Dourados, para manter esta hegemonia os produtores rurais investem em campanhas contra a demarcação, com *slogans* como “*Produção sim, demarcação não*”. Estas campanhas são organizadas para defenderem os interesses dos proprietários rurais, e ganham espaço na Câmara Municipal de Dourados, além de realizarem passeatas e distribuírem cartilhas pela cidade produzidas para formação da opinião pública contra a demarcação das terras indígenas (LUTTI, 2009, p. 106-107).

A notícia do jornal *O Progresso* do dia 08 de setembro de 2008 deixa evidente o discurso que se praticou hegemônico para com a sociedade douradense.

³⁸ GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Ed. Civilização Brasileira, SP, 1999.



Imagem 3 – Fonte: *O Progresso* do dia 08 de setembro de 2008

Manchete: “Dourados diz não à demarcação”

Segundo o conjunto de elementos que se destacam de forma explícita da reportagem, mas se realizam no que ali é apenas indicado, mas se encontram implícito, não é apenas um grupo de fazendeiros que não querem a re/demarcação, mas é o conjunto majoritário da sociedade douradense. Assim, universaliza-se a questão e a torna eticamente impensável ser discutida, ou pensada, a partir da justiça social a ser feita para com os indígenas, já que ao beneficiar a eles, a maioria da sociedade sairá prejudicada. Ao se defender a re/demarcação das terras indígenas, não os interesses dos fazendeiros seriam prejudicados, mas prejudicar-se-ia o desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso do Sul, prejudicando a sociedade como um todo.

O papel da mídia jornalística aí foi exatamente tornar uma questão que se pautava na diversidade das relações culturais em uma uniformidade de pensamento dicotomizado, em que o certo e o errado parametrizavam o contexto dos fatos, ou seja, a questão se reduzia a melhoria ou não do desenvolvimento econômico para a maioria da sociedade ou o atraso social em prol de beneficiar uns poucos indígenas.

Em várias reportagens veiculadas no município de Dourados, a elite hegemônica é apresentada como a responsável pelo sucesso econômico do Estado, conforme vimos na imagem 1, enquanto os indígenas (Guaranis) que se organizam para readquirirem o direito de ocuparem seus *tekoha*³⁹ são classificados como um grupo de sujeitos subversivos, violentos, alcoolizados, entre outras características depreciativas.

Quanto às populações indígenas, o discurso do jornal transmite a imagem de um indígena que necessita da tutela do Estado para poder continuar se fazendo viver, reproduz a ideia dominante de que o índio necessita ser integrado e participar do modo de vida da cultura não-indígena. A notícia da imagem 3: “*Dourados diz não a demarcação*”, silencia e apaga os indígenas como sendo seres à parte da sociedade, quando na verdade os mesmos são parte integrante e fundamental para a discussão sobre a re/demarcação de terras no Estado. Essa frase se repete em mais duas outras notícias que veremos no decorrer de nossa análise evidenciando a posição tomada pelo jornal.

Essa noção dos indígenas não serem seres que pertencem ao conjunto diverso de nossa sociedade, mas um grupo atrasado frente ao mundo urbano tecnológico e muitas vezes infantilizados que precisam de tutela, está presente em matérias que evidenciam o posicionamento ideológico do veículo de comunicação que, de uma lado defendem a ideologia de mercado para o uso da terra, e de outro acabam atrelando as questões indígenas como responsabilidade exclusiva da FUNAI. Os discursos produzidos dão ênfase a função existencialista da FUNAI e nenhuma atenção a condição em que os indígenas se encontram, como no caso a miséria, a falta da terra, e a escassez de alimentos. O mais corriqueiro está ligada a conotação romantizada do indígena, que sugere uma certa

³⁹“O *tekoha* deve ser considerado em face da realidade contemporânea que conduziu os índios a valorizá-lo e concebê-lo da forma como o fazem, com a consciência de que a recuperação plena do território do passado é uma empreitada inatingível[...]. Assim sendo o *tekoha* seria uma unidade política, religiosa e territorial, que deve ser definida em virtude das características efetivas – materiais e imateriais – de acessibilidade ao espaço geográfico por parte dos Guaranis”. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani-kaiowa/552> Acessado em 30/09/2010.

incapacidade de se "adaptar" a lógica urbana de uma sociedade cientificamente mais evoluída, a inocência e de serem indivíduos conectados apenas com a natureza.

Ao fazer circular seu discurso, o jornal *O Progresso* prioriza alguns fatos em detrimento de outros, levando ao público notícias carregadas de representações que participam do cotidiano da população e acabam se tornando senso comum naquela sociedade, que assim constrói e conserva uma memória histórica dominante. A imagem 4 nos dá uma noção de como foi evidenciada uma reivindicação feita por parte dos indígenas e como foi noticiada pelo jornal.



Imagem 4 – Fonte: *O Progresso* em 08 de março de 2008

Manchete: “Índios invadem fazenda”

Em relação a esta notícia, entretanto, a questão do conflito se mostra concatenada a postura tomada pelos indígenas quando ousam fazer suas reivindicações.

As ocupações consistem em estratégias indígenas de reaproximação dos territórios de ocupação tradicional. Reaproximar-se do *tekoha* tem também como objetivo mobilizar a FUNAI, no sentido de dar início as atividades de identificação das terras que afirmam terem sido ocupadas por seus ancestrais. Por outro lado, a mobilização indígena, principalmente quando decidem ocupar áreas que hoje se encontram as propriedades rurais, ocasionam a indignação dos fazendeiros da região, que também irão mobilizar aliados para auxiliá-los neste processo (LUTTI, 2009, p. 90).

Na maneira como evidencia, o jornal coloca a palavra “invasão”, como se esses indígenas estivessem inferindo normas, leis, em relação ao direito da propriedade privada que tem seu resguardo previsto na Constituição, assumindo uma postura e restringindo seu discurso em seu editorial pela defesa da propriedade privada.

Percebemos que a visão exposta na imagem 4 passa para o leitor desprovido de conhecimentos relacionados a determinadas manifestações indígenas, que esse grupo humano é um potencial violador das normas civilizadas, da lei e da ordem, da propriedade privada e do poder constituído. Outra característica que fica evidenciada nessa reportagem é em relação a imagem do índio como um “coitado” que precisa ser tutelado e educado pelo Estado para conseguir ser integrado aos valores corretos do mundo urbano pautado paisagisticamente pela forma urbana.

Nessas preambulações, o indígena fica sendo aquele que atrapalha o desenvolvimento econômico e, para a solução dessas questões, o destino do índio seria: ou sua integração completa ao projeto civilizatório ocidental, ou o isolamento dos mesmos nas Reservas. Ao veicular notícias informativas sobre os indígenas, esse periódico contribuiu para a afirmação da dicotomia entre o índio “civilizado” e o índio “aldeado” preso a concepções outras de não civilidade.

No sul de Mato Grosso do Sul é comum ouvir indagações sobre a identidade indígena e, conseqüentemente, sobre as ações públicas voltadas para essas comunidades. Como há um forte grau de interação étnica, a dificuldade em conceber o indígena enquanto tal é muito recorrente. As pessoas da sociedade envolvente procuram encontrar traços de primitividade de raça, cultura e língua para defini-los como indígenas (VIUDES, 2009, p. 38).

Desta forma, o jornal privilegiava o discurso no âmbito da discussão sobre o tema, a notícia fica restrita e ligada a questões de ilegalidade, de vandalismo, assim o jornal parece participar de forma isenta e impessoal em relação a essas questões, pois de certa forma, ampara-se na legalidade sobre determinadas atitudes tomadas por determinados

segmentos da sociedade. Diante disso, o jornal *O Progresso* desempenha um importante papel na construção dessas imagens. Na imagem 4 os indígenas estão concentrados e o jornal deixa claro na fotografia a insistência na ideia de índio criança, como ingênuos e desordeiros, festejando um crime contra a propriedade, não pertencendo no caso a real intencionalidade indígena em estarem vestidos, e portando objetos para fazer suas reivindicações e chamarem a atenção da mídia.

De outro lado, podemos fazer uma comparação com a imagem 2 que tem em destaque o advogado, homem que luta pela justiça, mas foi injustiçado ao ter seu direito de proprietário e produtor rural violado pelos inseqüentes. Dentro dessas perspectivas, podemos salientar que os indígenas estão lutando pelas terras que eram suas, para manterem as condições de reprodução de seu modo de vida. O advogado dentre outras questões, nem mora na sua propriedade rural, tem suas concepções presas ao meio urbano de Dourados, portanto, a relação com a terra para o advogado/proprietário é completamente distinta da relação que os indígenas tem com a terra. Isso nem sequer é esboçado pelas reportagens elaboradas pelo jornal aqui analisado.

Nas duas reportagens a seguir faremos uma análise de como o jornal coloca em suas manchetes os debates que estão sendo feitos referentes a re/demarcação das terras indígenas no estado de Mato Grosso do Sul. Reportagem da imagem 5 do jornal *O Progresso* de 16 de março de 2009; reportagem da imagem 6 do jornal *O Progresso* de 20 de julho de 2009.



Imagem 5 – Fonte: *O Progresso* de 16 de março de 2009

Manchete: “Dourados debate demarcações”



Imagem 6 - Fonte: *O Progresso* de 20 de julho de 2009

Manchete: “Dourados debate demarcações”

Na análise destas duas manchetes: *“Dourados debate demarcações”*, confirmamos na coleta do material durante o período investigado que os indígenas raramente foram ouvidos para dar explicações sobre as questões que envolvem a re/demarcação de suas terras, nem mesmo as lideranças indígenas tiveram a oportunidade de se pronunciar para dizer o que consideram importante e relevante.

O jornal deixa de lado sua principal função, de informar sobre os acontecimentos, deixando de ouvir diferentes pontos de vista sobre a questão, inclusive de atores envolvidos com a causa, ou seja, os indígenas. A notícia do jornal acaba por estabelecer a verdade de um dos lados da disputa de terras e conduz a informação de maneira manipulada, fazendo com que o público tenha uma visão uniformizada e unilateral do fato, o que compromete a condução do processo de re/demarcação das terras indígenas, pois descaracteriza a importância do contexto histórico dessas comunidades com a terra, já que o jornal ao dizer *“Dourados debate demarcações”* nega a existência das comunidades indígenas enquanto sujeitos sociais, enquanto seres humanos capazes de tomar decisões, que suplicam por justiça social e histórica.

O fato de não serem interlocutores em um assunto em que estão diretamente relacionados demonstra o mecanismo de conter os sentidos sobre a situação em que se encontram e delimitar a compreensão que as pessoas possam vir a ter sobre o processo histórico a que foram submetidos e sobre a situação atual em que vivem (VIUDES, 2009, p. 105).

Temos dentre as análises que estamos fazendo, que as representações transmitidas por fontes informativas estão conectadas com a forma que os indivíduos produzem e reproduzem seu modo de viver e de lidar com as coisas. Dentre essas notícias colocadas em evidência nesse trabalho percebemos tratar-se de uma maneira de silenciar o discurso do indígena que, apesar de serem os protagonistas do tema, são tratados apenas como fontes para as matérias do jornal, pois, quando se menciona as entrevistas com os indígenas, os repórteres, na maioria das matérias analisadas, citam os indígenas em sua generalidade, nem identificando ou personalizando as suas lideranças. É o que identificamos nas matérias *“Indígenas querem polícia nas aldeias”* (O PROGRESSO, 31 de outubro de 2009) e *“Por terras, Indígenas bloqueiam BRs”* (O PROGRESSO, 07 outubro de 2009).

Quando entrevistam a alguns desses indígenas, o teor das manchetes, e relação destas com as imagens que ilustram as reportagens, expressam o sentido pejorativo e

irresponsável dos indígenas. Não respeitam as leis, prejudicam a economia e atrapalham a harmonia social e dos que querem trabalhar. Reforça-se aí a ideia que índio é tudo igual, uma massa amorfa e sem indivíduos, apenas um bando sem voz e sem faces próprias. Segundo Viudes (2009):

Ao não dar voz aos indígenas, o veículo deixa de obter explicações mais abrangentes sobre a situação atual das comunidades indígenas, resultado de uma série de fatos históricos que, se abordados, contribuiriam para a melhor compreensão da realidade indígena (p. 105).

A região de Dourados tem a economia local centrada na agropecuária, o discurso da classe ruralista ganha força nos meios de comunicação e enfraquece os discursos das lideranças e dos defensores da causa indígena. Para que o jornal de fato discuta a questão da re/demarcação de terras, existe a necessidade da apresentação dos fatores históricos e socioeconômicos dos indígenas.

Sendo o jornal parcial em relação ao processo de re/demarcação de terras, percebemos em outros discursos coletados na cidade de Dourados, que serão discutidos no próximo capítulo, que a sociedade douradense vê os indígenas com uma forte carga de preconceito reforçando ideias pré-concebidas.

Fica, portanto, o intuito de melhor averiguar os discursos difundidos através das notícias por esse veículo de informação, a fim de que se discuta essas questões de maneira mais verticalizada e com maiores esclarecimentos. A solução para superar essa vacuidade representativa não está numa abordagem dicotomizada: de um modo de vida correto em relação a um modo de vida prejudicial, da verdade em relação à mentira.

Essa forma de ler o conflito até aqui explicitado, seja na elucidação teórica que fizemos no capítulo anterior seja na discussão que abordamos em relação aos discursos do jornal *O Progresso*, tende a limitar a questão a uma relação entre culturas, ou modos de vida de uma cultura em anteposição mecânica a outra, ambas as classificações tomadas por parte de quem detém o poder de avaliar o que é correto e incorreto para todos os outros, ou seja, nós. A questão é mais geográfica que antropológica ou histórica, daí a necessidade de se buscar a diferenciação perante a multiplicidade de sentidos territoriais outros.

CAPÍTULO 4 - AS VISÕES DO CONFLITO: LIDERANÇAS E REPRESENTANTES DA DIVERSIDADE SOCIAL

Desde os tempos da colonização portuguesa no Brasil, o modo de vida diferente das comunidades indígenas acabava por atravancar o processo de expansão econômica e de total domínio europeu dos territórios dos povos nativos da América.

Trazendo a problemática para os conflitos territoriais entre os povos indígenas e a ocupação das populações não-indígenas no atual Mato Grosso do Sul, temos que os conflitos entre fazendeiros e indígenas deste estado vêm mobilizando nos últimos tempos a mídia, conforme vimos no capítulo anterior, assim como a sociedade sul-mato-grossense em seu conjunto. Essa mobilização acaba fazendo parte das conversas cotidianas em escolas, repartições públicas, sindicatos e também conta com diversos debates e trabalhos acadêmicos.

Entendemos, com isso, a necessidade de estudos mais pormenorizados das diversas ciências passíveis de abordar a questão, em nosso caso, torna-se necessário e urgente análises geográficas sobre a problemática desse conflito que possui nos diferentes usos do território o aspecto fundante da problemática.

Para adentrarmos na discussão e nos diferentes referenciais e posicionamentos sobre o conflito, propomo-nos averiguar as diferentes interpretações do uso e sentido do território ocupado por essas populações.

Conforme vimos no segundo capítulo, parte-se do sentido de território não mais como exclusivo da luta de poder, não que ele não seja uma luta do poder conforme salienta Souza (2006). *“Assim como o poder é onipresente nas relações sociais, o território está, outros Sim, presente em toda a espacialidade social – ao menos enquanto o homem também estiver presente”* (p. 96). Mas queremos salientar aqui é o sentido de território como instância produzida a partir dos conflitos de interesse em que se elaboram os referenciais de identidade de grupos diversos, ou seja, de quem eu sou em relação ao outro; nesse aspecto, Haesbaert (1999) salienta que:

Uma das principais questões ligadas à identidade, contudo, é a dificuldade em reconhecer o “simplesmente Outro”, tendendo-se sempre, por meio de um processo classificatório, a padronizar, criar um

parâmetro único de comparação, hierarquizando ou “desigualizando” aquilo que deveria ser visto apenas como diferente (p.175-176).

Para a compreensão da atual situação conflituosa que vem ocorrendo na região de Dourados é necessário primeiramente entender a importância do território para essa discussão. Nesse contexto, para Haesbaert (2004), há várias noções de território, agrupadas em três vertentes:

- A) Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídico-políticas (relativa às relações espaço-poder institucionalizadas), a mais difundida, em que território é visto como espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, muitas vezes não exclusivamente relacionado ao poder político do Estado;
- B) Cultural ou simbólico-cultural, que prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido;
- C) Econômica, menos difundida, que enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, sendo o território fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital e trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho.

Essas três caracterizações de classificação da ordem territorial não necessariamente se excluem, pois no contexto da dinâmica espacial da sociedade tecno-industrial atual, de alta tecnologia e fragmentação territorial, assim como maior flexibilização do trabalho e capital no contexto de Estados-Nações mais dinâmicos, os elementos culturais adentram a instância do econômico e acabam servindo de referenciais institucionalizadores de determinado processo de controle ideológico e político dos povos no bojo de determinado território nacional.

Temos, nesse aspecto, que os elementos culturais que permitem a elaboração de um imaginário e de toda uma simbologia de representação social e espacial devem ser resgatados como elementos importantes na produção desse processo de identidade e de mútuo reconhecimento, assim, a identidade acaba se definindo em relação a outras identidades, pautando-se em uma relação complexa de escalas territoriais e de elevações ou valorizações negativas e positivas.

Baczko (1985) observa que o termo imaginário, acrescido do adjetivo social, não contribui muito para esclarecer o conceito de imaginário, no entanto, serve para demarcar o território específico deste, que acaba se dando na vida coletiva: “*Os imaginários sociais são referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade*” e *através do qual ela [...] se percebe, se divide e elabora suas finalidades*” (p. 27). Nesse sentido, o imaginário é também construção coletiva. Pode ser um ideário social que pretenda legitimar algumas ações no campo da política, em algum outro campo específico das ciências ou da própria ação social de algum grupo.

O que estamos aqui assumindo é o aspecto que o sentido de território será por nós abordado a partir dos processos produtores de identidade entre um grupo humano e seu meio. Isso significa que os aspectos políticos, econômicos e culturais se interacionam para uma melhor compreensão desse processo, já que no contexto da sociedade não-indígena a questão da identidade passa por diferentes camadas sociais que para o discurso estatal são negadas em prol de uma identidade oficial comum a todos. Já entre os indígenas a questão da identidade territorial perpassa as diferentes etnias e toda uma tradição cultural que cada uma delas elaborou para definir-se enquanto coesão cultural de um determinado grupo.

A partir disso, os interesses hegemônicos das forças econômicas capitalistas, que em si são diversas, acabam articulando um sentido de território que o Estado tenta normatizar, mas que não consegue eliminar as profundas e tensas diferenças entre interesses dos fazendeiros e das corporações capitalistas internacionais; entre trabalhadores das usinas e empresários do agronegócio; entre as políticas e sindicatos vinculados aos interesses dos proprietários de terras e os que se vinculam aos trabalhadores do comércio ou dos funcionários públicos.

Além dessas diferenças que o estado tenta negar em prol de uma suposta identidade cultural sul-mato-grossense, temos também uma visão uniforme da cultura dos indígenas, mas que na verdade simplifica e não percebe que entre as próprias etnias indígenas há uma gama diversa de valores, crenças, posturas e meios de vida.

Uma identidade cultural comum entre os não-indígenas e uma identidade cultural comum entre os indígenas. Essa ilusão de dualisticamente classificar o “outro” e a “nós” é o erro dessa busca pelo sentido de identidade em bases culturais que se manifesta num

mesmo território. Assim, as diferenças não acabam apesar do estado tentar uniformizar e padronizar a tudo isso com o nome de cultura sul-mato-grossense.

A falta de diálogo entre determinados segmentos da sociedade acaba acarretando uma dissociação para o entendimento dos diferentes valores culturais que se estabeleceram nessa região de conflito. Portanto, para melhor fundamentar o entendimento e emprego desses conceitos, elaboramos um questionário a fim de que pudéssemos buscar como a sociedade se posiciona diante desse conflito envolvendo indígenas e fazendeiros.

Procuramos fazer entrevistas com lideranças políticas da região de Dourados que expressassem as diversas opiniões em conflito. Uma liderança do Executivo municipal, no caso o ex-prefeito de Dourados e atual deputado estadual do Mato Grosso do Sul, Laerte Tetila (anexo I); uma liderança dos proprietários rurais, o vereador de Dourados, Gino José Ferreira (anexo II); uma liderança da causa indígena Anastácio Peralta (anexo III); e uma liderança política dos trabalhadores urbanos, o vereador Dirceu Longhi (anexo IV).

Selecionamos para as entrevistas questões que achamos fundamentais para entender as diferentes posições dos entrevistados em relação à questão do conflito de terras, tendo como intuito estabelecer um diálogo entre os seus diferentes posicionamentos. As questões foram: qual a causa do conflito; existe um culpado para o conflito, quem; como resolvê-lo; como lidar com a questão indígena no Mato Grosso do Sul; esse conflito deve ser trabalhado na escola, como. Logicamente, como as entrevistas ocorreram na forma de “conversas”, esse roteiro de questionamentos acabava sendo subvertido durante as falas dos entrevistados, contudo, a sua necessária interpretação aponta para curiosos e instigantes elementos que julgamos pertinentes aqui destacar.

Verificamos nessas entrevistas que para manter a hegemonia os produtores rurais investem em campanhas contra a re/demarcação. Estas campanhas são organizadas para defenderem os seus interesses, e ganham espaço na mídia, na política, além de realizarem passeatas a fim de convencer a opinião pública contra a re/demarcação das terras indígenas.

Para os fazendeiros a re/demarcação prejudicaria o desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso do Sul, assim como a sociedade como um todo. Estas campanhas acabam ganhando apoio de amplos setores da sociedade civil, que tendem a internalizar a

ideologia desta elite. A adesão da imprensa local, conforme vimos nos noticiários do jornal *O Progresso*, contribui na difusão dos ideais colocados por esta elite.

Já no caso das populações indígenas, os problemas se agravam, conforme salienta Santana Junior (2008):

Na Reserva de Dourados, a situação não é diferente. Levando-se em conta o “confinamento”, a escassez de recursos naturais, a grande população existente, a proximidade com o perímetro urbano e o elevado quadro de miséria atual, a população indígena vem reconstruindo seus referenciais de vida para buscarem a sobrevivência, abandonando traços culturais elementares (os que ainda restam), já que não conseguem mais sobreviver da coleta, da caça, da pesca, e da agricultura (p.6).

Um dos grupos que compõe a elite hegemônica de Dourados, que entendemos aqui nesse trabalho como sendo os produtores rurais, é apresentada para a sociedade sul-mato-grossense como a responsável pelo sucesso econômico do estado, enquanto os indígenas, no caso os Guaranis, que se organizam para readquirirem o direito de ocuparem seus *tekoha*, são classificados por essa elite e por alguns setores da sociedade, como um grupo de sujeitos subversivos, violentos, alcoolizados, entre outras características depreciativas.

Laerte Tetila, deputado estadual (gestão 2011-2014) de Mato Grosso do Sul, ex-prefeito de Dourados (gestão 2001-2008) e também professor aposentado de Geografia do antigo Campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aborda na entrevista que nos concedeu, que o fato da ocupação desordenada não-indígena nessa região, apoiada pelo Estado desde os primeiros viajantes e exploradores no período colonial, mas agudizada a partir do final do século XIX com os novos interesses econômicos e políticos que o Estado republicano tinha em efetivamente incorporar essa região à sua esfera.

A ocupação não-indígena no atual Mato Grosso do Sul nos coloca diante de melhor explicitar algumas particularidades que fizeram do antigo sul de Mato Grosso uma região com tensões territoriais entre as populações que ali viviam, como no caso os indígenas e as frentes de expansão dos não-indígenas chamadas de “frentes pioneiras”. Tetila em relação a essa ocupação, diz que:

“A ocupação começou pelos gaúchos, pelos mineiros, era um processo que as terras de matas eram pouco ocupadas, mas as terras eram ocupadas intensamente pela pecuária, e isso aos poucos, foi enquanto havia a Companhia Matte Laranjeira dominando toda essa região nossa

aqui, os conflitos não eram tão intensos, mas a partir do momento em que se desfaz a Companhia Matte Laranjeira, os conflitos pela posse da terra intensificam muito e começam a afetar diretamente os tekoha que são os territórios das comunidades indígenas guarani, que povoavam pontualmente essa região, então o motivo do conflito é justamente a luta pela dominação, pela posse da terra, e então para amenizar esses conflitos nos tempos do Marechal Rondon em 1915, surge o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), aqui na nossa região foram delimitados 2 Reservas: a de Dourados e a de Carapó. O processo que se dava via governamental era a retirada dos índios em caminhões, fretavam caminhões e despejavam os índios dentro dessas Reservas justamente para deixar essas áreas livres para extensão principalmente da pecuária, mas também houve processo ligado a agricultura, foi a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que esquadrinhou grande parte das terras da região nossa, esquadrinhadas e entregue para implantação da Colônia Agrícola Nacional que afetou também os índios, afetou Panambizinho, afetou Lagoa Rica, várias aldeias instaladas e seus devidos tekoha também foram afetados, então todo o processo da agricultura e da pecuária afetou diretamente os interesses indígenas e esses conflitos então foram se intensificando cada vez mais e no começo do processo houve realmente muita fraude, muito esbolho, os índios perdiam as terras assim por conta de os fazendeiros virem armados, vinham com seus capangas, vinham com suas organizações, isso em um período bem anterior ao nosso. Depois vieram os proprietários, os fazendeiros que foram adquirindo áreas, muitos deles de boa fé, porque aquela forma antiga de adquirir terra na base da imposição, claro que nem todas as terras foram adquiridas de maneira espúria, muitos adquiriram legitimamente, requereram do próprio governo federal, que eram pioneiros, assim foi com as famílias daqui de Dourados, família Matos, família Martineli, tantas outras que vieram da migração do Rio Grande dos Sul, outras de Minas Gerais, que não tem nada a ver com atividades espúrias não, adquiriram porque requereram áreas que não eram ocupadas por índios, mas muitas áreas ocupadas por índios foram realmente adquiridas na base da imposição, na base da grilagem, que era uma expressão que se utilizava na época, mas isso também foi passando de pai para filho, transferência por hereditariedade, muitas pessoas de boa fé vieram do Paraná, de São Paulo, Rio Grande do Sul, mas principalmente do estado de São Paulo, vieram adquirir terras aqui, muitos tem títulos de boa fé mais que tem incidência indígena sobre essas terras então aí vem uma situação de conflito que perdura até os dias de hoje” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 16/03/2010).

Esse longo trecho retirado da entrevista com Tetila resume bem ao focado no capítulo primeiro quanto ao processo histórico de ocupação da região, o qual explica boa parte dos atuais conflitos de terra e o temor dos proprietários rurais, que tradicionalmente possuem uma postura autoritária, e acreditam serem os únicos capazes de desenvolver essa região que historicamente lhes pertence. Tal visão de que os atuais conflitos advêm da forma histórica com que se fez a ocupação dessa região, é a mesma defendida pelo vereador Longhi (mandato 2009-2012):

“A colonização, a forma como foi colonizada todo o sul do Mato Grosso do sul nós estamos falando da questão do Mato Grosso do sul, não estamos falando dos outros espaços e dos outros estados como foi recentemente Serra do Sol. Aonde a colonização foi feita de forma equivocada e não se respeitou quem já estava nesses espaços territoriais então a culpa vem desse período” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

A partir das falas de Tetila e de Longhi, vamos percebendo que as causas das atuais tensões de terras na região de Dourados advêm de uma construção histórica em que a injustiça e exploração dos primeiros habitantes foi a tônica. Desde as primeiras ocupações dos não-indígenas na região, os indígenas foram tidos como empecilhos para efetivação de seus interesses econômicos, mas também pode ser uma prova empírica de que esses grupos já estavam estabelecidos aqui antes mesmo da chegada dos não-indígenas, que acabavam os expulsando ou os isolando em áreas restritas.

Contudo, nessas duas falas não transparece que a relação no lugar foi de concepções diferenciadas de sentido territorial, que acabam coexistindo. O teor das falas aponta que havia uma cultura com seu arranjo espacial específico, a qual foi substituída por outra, que cometeu injustiça para com a primeira, sendo essa história que explica a situação conflituosa atualmente, mas um conflito em que a questão é demarcar uma área territorial para colocar os indígenas ou ocupar essa mesma área para atender a lógica produtivista dos fazendeiros. Não se percebe que o problema maior é que num mesmo lugar estão se expressando a duração de uma temporalidade indígena com outra não-indígena, e não a substituição de uma por outra, que deve ser preservada. O que perdura são sentidos diferentes de território num mesmo lugar e momento, e não somente a questão de demarcar um território para os indígenas ou passar esse para os fazendeiros.

Podemos inferir que o território é uma construção em que se efetivam visões diferentes de como o meio pode garantir a sobrevivência de determinado modo de relações societárias, inclusive agudizando as diferentes perspectivas num mesmo lugar físico, o qual aponta para diferentes territórios. Na região da re/demarcação das terras, o território pode ser entendido de duas maneiras: como lugar de exploração dos recursos naturais e como área de forte apego e de identificação cultural, como no caso o *tekoha* para os Guaranis. O território cria sentidos diferentes para cada grupo, intensificando a tensão pela disputa territorial.

Compreendemos que o território indígena, no caso dos Guaranis, está vinculado ao seu *tekoha*, modo como estabelecem suas relações sociais, que tem estreita ligação com o espaço físico ocupado. Em contrapartida aos interesses indígenas estão os fazendeiros que para defender seus interesses, se aliam a alguns setores da sociedade, e defendem uma outra lógica de ocupação e sentido territorial.

A forma como as forças políticas vinculadas aos interesses dos proprietários de terras articulam seus mecanismos que justificam determinada concepção de território, quando não conseguem o apoio direto do Estado, como até então era usual, mudam sua orientação argumentativa. A culpa do conflito não é mais dos indígenas, mas de como eles estão sendo manipulados por representantes da administração federal que não conhece as características locais. Articula-se a ideia de que existe um complô de órgãos do Governo Federal para desestabilizar o chamado “setor produtivo” do Estado, usando os indígenas ingênuos e despreparados para atacarem os verdadeiros interessados na melhoria de vida deles, no caso, os próprios proprietários de terra da região. Em entrevista feita com Gino José Ferreira, vereador da cidade de Dourados pelo DEM/MS (mandato 2009-2012) e ex-presidente do Sindicato Rural de Dourados, afirma que:

“A causa do conflito indígena do nosso Estado é uma questão ideológica e não uma questão pra resolver verdadeiramente os problemas dos nossos irmãos indígenas. Não precisa desses conflitos criados pela Funai e pelo Ministério Público, pelo ‘Governo Federal’ para desestabilizar o setor produtivo do nosso país. Se deixarem o setor produtivo tratar, com certeza nós vamos melhorar a vida dos indígenas e vamos também fornecer alimento para todo o mundo. Hoje o Brasil é o país que tem condições de matar a fome no mundo. Eu acho que o culpado desse conflito é o Governo Federal hoje, que ideologicamente fica vendendo o Brasil para fora do país, tentando prejudicar um setor tão importante para nossa economia que é o setor produtivo, em troca de desestabilizar o nosso meio, o nosso setor, e arrumando aí essa demagogia, esse discurso mentiroso e maldoso, colocando um setor da sociedade contra outro setor tão importante que são nossos irmãos indígenas” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

A fala do líder político dos proprietários rurais, aponta para uma adequação discursiva frente a inquestionável fragilidade social dos Guaranis. O poderio econômico dos proprietários de terra, que nas passeatas vão com suas caminhonetes importadas e moram em mansões na cidade e região, são elementos imagéticos que podem indicar prepotência e injustiça para com as condições de pobreza extrema vivenciada pelos Guaranis em suas aldeias. Como condenar aos Guaranis, já que eles ficaram nessas

condições porque os contatos com os não-indígenas assim os deixaram? Para não ter que pagar esse preço, o melhor é incorporá-los a nossa esfera de responsabilidade e colocar a culpa em um nível escalar abstrato e distante, ou seja, a do governo federal.

O que se retira por entre o conjunto de imagens expressas na fala do vereador Gino Ferreira é o caráter ressentido de quando o Estado não nos ajuda, ele passa a ser culpado pelos nossos problemas, mas não qualquer Estado, aquele atualmente ocupado por uma administração que não nos atende, atendimento que até então ocorria como um fato “natural”. Assim, os termos vão sendo empregados no sentido de articularem novas imagens dos indígenas e proprietários. Os indígenas não são mais “empecilhos ao desenvolvimento” ou “selvagens perigosos”, mas “irmãos” menores e ingênuos, que dependem de nós para ajudá-los. Estamos dispostos a ajudá-los, pois só nós sabemos o que eles são, pois eles estão aqui, do nosso lado, ao contrário dos políticos e especialistas do Governo Federal que estão em Brasília.

O que está implícito na fala do Vereador, o que podemos interpretar a partir da redundância de ideias inerentes às palavras e falas do mesmo, é que o culpado, enquanto Governo Federal, é a relação escalar em que o território é visto como um lugar fechado, demarcado pela tradição que uma elite local tenta impor para estabelecer um sentido uniforme, para assim conservar o seu poder. Tudo aquilo que vem de fora, para além das fronteiras locais, é considerado perturbador da ordem. Nesse aspecto, os indígenas não são mais os que se encontram do lado de lá; o discurso do vereador incorpora o grupo cultural dos indígenas em nosso padrão territorial, mas isso não significa que eles passam a fazer parte de um “nós”. Talvez não sejam mais os inimigos, pois esses passam a ser quem os defendem à revelia de nossos interesses, no entanto, os indígenas continuam sendo um “outro”, só que agora cabe a “nós” tutelá-los, já que continua a perseverar o sentido de incapazes e não civilizados.

Contudo, isso não significa que os indígenas passam a fazer parte de nós, pois o “nós” são os que podem ajudar os indígenas; eles continuam sem identidade, pois não conseguem expressar o sentido de identidade territorial segundo nossos referenciais de território, por isso eles apenas servem de justificativa ideológica para nos prejudicar.

Essa atualização discursiva perpetua o mesmo objetivo, ou seja, não aponta para novos sentidos territoriais, tão somente manifesta como as diferenças são muito mais

complexas do que o discurso dominante gostaria. Transmite a ideia de que o setor produtivo está sendo prejudicado devido a questão da re/demarcação de terras no estado. Temos, com isso, que o discurso estabelecido pelos fazendeiros é reproduzido também entre os homens públicos e pela imprensa de Dourados, no caso o jornal *O Progresso*.

A atuação política de alguns homens públicos e o posicionamento dos canais midiáticos são os principais fatores que fazem da elite agrária o grupo hegemônico da região. Isto porque, a partir da atuação destes elementos, os interesses desta elite passam a ser tomados como de interesse comum a toda a sociedade (LUTTI, 2009, p. 108)

As notícias do jornal *O Progresso* publicadas e analisadas por esse trabalho e o discurso do vereador de Gino José Ferreira, reforçam esses interesses. Temos também, para reforçar o que estamos dizendo, o fato de grande parte dos vereadores da região de Dourados serem proprietários rurais ou dependerem deles para o financiamento de suas campanhas. Desta forma, esses discursos acabam por silenciar outros aspectos de toda a problemática envolvendo essa polêmica questão.

Trazendo essa questão para o imaginário social, Baczko (1985) salienta que este é constituído de representações sociais que um determinado setor da sociedade dá a si mesma, ou seja, um setor expressa suas aspirações e procura justificar seus objetivos, tanto no aspecto moral quanto legal, de modo que reconhece seu passado e imagina seu futuro, um modo de torná-lo real através das suas representações ideológicas, pois, para que uma sociedade ou um setor social subsista e se sustente é necessário um mínimo de coesão e de consenso.

Para este autor é fundamental que os agentes sociais criem na superioridade do eixo social sobre o eixo individual, que tenham uma “consciência coletiva”. E, para isso, são essenciais as características que envolvem os aspectos simbólicos, pois a comunicação entre os homens dá-se por meio de símbolos tomados como realidades, exteriores aos estados individuais.

Com isso, temos a produção de uma rede de sentidos, composta por referências, por meio das quais os indivíduos se comunicam, estabelecem uma identidade comum, designam suas relações seja com as instituições, seja com alguns grupos da sociedade.

Baczko (1985) sustenta que desse modo, o imaginário social é uma força que regula a vida coletiva. Indica não apenas que o indivíduo pertence àquela classe social ou

sociedade, como também o modo como este se relaciona com esta sociedade, com suas divisões internas, suas instituições etc. O imaginário social é uma peça efetiva e eficaz do controle da vida coletiva e, em especial, do exercício do poder.

Para atender os interesses desta elite econômica e política que detêm o poder, o discurso do vereador trabalha nesse sentido, o de formar uma opinião pública a favor dos proprietários rurais. Para isso, acusa a instância superior, no caso o Governo Federal, afirmando que ao pagar altos salários para Antropólogos e funcionários da FUNAI estaria de certa forma “jogando dinheiro público fora” com o intuito de prejudicar o setor que movimenta a economia do estado, ou seja, os produtores rurais.

Para sustentar essa ideia, tem contido em seus discursos a visão de que a solução para a causa indígena será a completa integração desse grupo cultural aos valores da sociedade não-indígena. Quanto ao entendimento do indígena como um ser incapaz que necessita de ajuda para sobreviver, de tutela, conforme vimos no processo de ocupação dos não-indígenas em terras do então Mato Grosso do Sul, Gino afirma que:

“Hoje a solução do conflito eu vejo de dois pontos: se o governo federal (porque hoje os índios são tutelados por esse governo) achar que terra é a solução, que o governo federal compre as terras, pague os produtores rurais, e doe essas terras sem problema nenhum, não vejo mal nenhum nisso, esse é o primeiro ponto, e o ponto que realmente resolve a questão indígena no Brasil é a integração dos indígenas na sociedade, é deixar o índio ser um brasileiro comum. Isso pode ser por opção, o índio que quer ser tutelado, fica tutelado, o índio que quer ser brasileiro, ele quer tocar sua vida, ele sai e vai tocar sua vida independente, vai estudar, vai se capacitar para que ele possa tocar a vida dele independente. Essa é a solução para os problemas indígenas. Não é ficar vivendo de passado e de cultura, que os nossos índios hoje não têm mais cultura. Inclusive você pode ir nas nossas aldeias aí, que hoje é um cruzamento de índio com branco muito grande, então já perdeu essa cultura indígena, já perdeu. O índio quer ser brasileiro comum, o índio quer ter condições de tocar sua vida e tocar sua família. Eu acho que deveria levar a verdadeira realidade para as escolas, para que os alunos tenham conhecimento verdadeiramente do que esse fato significa para a sociedade, o que o segmento produtivo significa, o que nossos irmãos indígenas significam, e eu acho que com esse conflito não vai chegar a lugar nenhum. O que tem que fazer? Tem que reunir as classes e discutir seriamente, sem maracutaías, sem vender nosso país pra fora, e deixar com que nós cuidemos dos nossos irmãos indígenas, que eu tenho certeza que eles teriam uma vida muito melhor do que a que eles têm hoje. Porque hoje, os brancos são proibidos de entrar nas aldeias, e o que se vê na aldeia é índio morrendo de fome todo dia, e gastando milhões e milhões com essa balela de demarcação, é procurador público ganhando 15 ou 20 mil reais pra defender índio, antropólogo ganhando 7 ou 8 mil

reais, e será que esse dinheiro tá sendo bem aplicado? Será que não fosse pra tratar dos índios não seria muito melhor?” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

Assim, o discurso do vereador projeta um estereótipo indígena como atraso, como empecilho ao crescimento do estado, e que os indígenas precisam de cuidados e devem virar mão de obra assalariada para gerar riqueza econômica. Ele destaca a importância da elite econômica do estado, o agronegócio, que é chamado de setor produtivo e que proporcionam o “progresso”, a riqueza econômica e a geração de empregos no Mato Grosso do Sul. Isso reforça ainda mais a construção de estereótipos, chamando a atenção da opinião pública para o “progresso” que o setor produtivo tem para a economia do estado e os “impactos econômicos” ocasionados por uma população que não quer gerar riquezas. As figuras públicas de Dourados juntamente com o jornal analisado, [...] *“possibilitam que a elite agrária exerça um poder, não só econômico, mas também social e cultural, por isso hegemônico* (LUTTI, 2009, p. 109).

Fica evidente o discurso de assimilação do indígena como também o lugar que deverá ocupar na sociedade, o de trabalhador rural integrado aos padrões de reprodução da lógica territorial da sociedade urbana, industrial e “moderna”. Também apresenta uma dupla representação do indígena: de um lado positivo, já que há capacidade de aprender e de se qualificar profissionalmente. De outro lado, negativa, devido a sua incapacidade, uma vez que o discurso de assimilação desqualifica-o culturalmente, pois a solução de seus problemas está nas iniciativas culturais dos não-indígenas. Esse discurso retrata o indígena como um ser inferior incapaz perante a sociedade.

Este conflito de direitos é, também, um conflito político. Portanto, indígenas e proprietários lançam mão de estratégias para conquistarem aliados que possam ajudá-los. Cada um destes segmentos traça estratégias para conseguir que os operadores do direito ajam em favor de seus interesses. Os indígenas procuram se fortalecer a partir da relação com órgãos públicos e entidades indigenistas que possam defendê-los e auxiliá-los neste processo, em especial o Ministério Público Federal, órgão que goza de grande reconhecimento entre os indígenas. Já os produtores rurais, para angariar o apoio da sociedade não-indígena, se valem em larga medida da imprensa local e tentam, por meio dela, representar de forma negativa toda a ação indígena que tenha por objetivo a reconquista de antigas áreas de ocupação tradicional. Os produtores contam ainda com advogados bem pagos que movem um grande volume de ações na justiça em defesa de seus direitos (LUTTI, 2009, p. 16).

Questões relacionadas a legalidade de re/demarcação das terras indígenas presente na Constituição de 1988, juntamente a suas condições históricas, deveriam ser melhor

debatidas com a população local. No entanto, qualquer afrontamento a condição hegemônica dos fazendeiros, acaba tendo pouca visibilidade na mídia local, como no caso das publicações aqui analisadas do jornal *O Progresso*. Entidades ligadas a defesa das causas indígenas, Ministério Público, lideranças indígenas e até mesmo a FUNAI, dificilmente ganham destaque nos noticiários quando defendem o direito dos indígenas de acesso à terra.

Gino José Ferreira em seu discurso, toca em um assunto muito discutido nos setores políticos, que é a indenização da terra no caso da re/demarcação vir a acontecer, Laerte Tetila diz que há uma problemática muito grande nesse tipo de decisão.

“Esse conflito ele só pode ser resolvido através da legislação, através de instrumentos legais, seria a forma mais civilizada do mundo, alguns estados da federação, não vou citá-los aqui mas vocês podem pesquisar e ver que já não se fala mais em conflito indígena isso é ruim para os proprietários, é ruim para os indígenas também ficar nessa situação conflituosa e os próprios proprietários que adquiriram títulos de boa fé são legítimos e tal, acabam tendo a sua propriedade desvalorizada porque no processo de compra e venda onde tem conflito indígena claro que o valor de mercado cai lá em baixo, o valor imobiliário, acaba despencando. É ruim para os proprietários, é ruim para o processo produtivo também sob os moldes ocidentais nosso aqui, e é ruim para os índios também porque eles têm o direito, esses tekoha são legitimamente direito dos índios então tem que se resolver. Então se por um lado a Constituição fala do direito imemorial da posse da terra indígena mas aí tem um problema que é a indenização não é cheia é apenas parcial indeniza-se apenas as benfeitorias e não a terra nua é um problema sério pra quem tem o título legítimo e de boa fé, até porque os títulos ilegítimos de má fé, isso praticamente não existe mais, tudo que tem hoje é de boa fé, então tem que resolver a luz de uma legislação mais moderna, pois alguns estados brasileiros já resolveram isso, as assembleias legislativas, deputados estaduais aprovaram uma lei criando fundo estadual para indenização de terras indígenas e não-indígenas e nesses estados não se fala mais em conflito o próprio governo federal através do INCRA por exemplo pode transferir recursos para os fundos estaduais onde foram criados para que os estados adquiram, os estados indenizem, e aí então não fere a Constituição federal que é o estado que esta operando e não a União, então tem a forma de solucionar agora onde existe políticos conservadores que querem tirar apenas proveito da situação, os oportunistas o dia que resolver os conflitos eles perdem o discurso porque eles sobrevivem politicamente desse discurso contra os índios e a favor dos proprietários, ha muito interesse que o conflito persista para que o poder político persista na mão de alguns, então a solução esta dada. Aqui no Mato Grosso do Sul a questão indígena pode ser resolvida através do bom senso acho que as instituições podem dar uma excelente contribuição, as universidades que são a vanguarda da pesquisa, jogar luz em cima dessa problemática e procurar através da pesquisa solução mais adequada, também as próprias instituições

ligadas aos proprietários se tiverem o bom senso tem a forma de se resolver que é através desse mecanismo criado pelas assembleias legislativas, outras instituições como CIMI pode contribuir as ONGs podem ter uma participação extraordinária também na solução desse problema porque é isso que vai trazer a paz no campo vai contribuir muito para esse processo de apaziguamento. Porque é que nos EUA no Canadá não se fala mais em conflito em vários países do mundo essa questão de conflito já é coisa superada a 100, 200 anos atrás e no Brasil persiste porque há um interesse por parte de alguns partidos de alguns políticos justamente de manter o discurso o conservadorismo é muito forte ele mantém a sua maioria nas assembleias, no Congresso Nacional que tem o interesse não de resolver o problema mas de permanecer no discurso para se manter no poder não é uma questão fácil de se resolver, não é, mais se quisessem já teria resolvido há muito tempo” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 16/03/2010).

Vemos nesses discursos, tanto de Laerte Tetila quanto de Gino Ferreira, que para eles o problema do conflito de terras é um conflito do campo político, que tem sua solução também no campo político. A questão, a partir da posição de Tetila frente a de Gino Ferreira, é que, enquanto o segundo se coloca como abordando o tema sem interesses ideológicos, o primeiro destaca que esses conflitos se fundam numa visão ideologicamente forte por parte da visão de mundo dos políticos vinculados aos proprietários rurais.

Ambos concordam que os conflitos prejudicam a todos, contudo a solução não se encontra na mesma direção. Enquanto Gino Ferreira deixa explícito que a solução é integração do indígena a partir da tutela por parte da própria sociedade local, porque a culpa é do Governo Federal, pois os produtores rurais podem empregá-los, desde que eles se disponham, deixando entrever aí que muitos são preguiçosos e talvez não aceitariam trabalhar:

“O índio que quer ser tutelado, fica tutelado, o índio que quer ser brasileiro,[...] vai estudar, vai se capacitar para que ele possa tocar a vida dele independente” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

Já Tetila coloca que a solução é de fortalecimento na elaboração e aplicação das leis, assim como o bom senso das diferentes forças interessadas para resolver os problemas.

“Esse conflito ele só pode ser resolvido através da legislação, através de instrumentos legais, seria a forma mais civilizada do mundo [...] no Mato Grosso do Sul a questão indígena pode ser resolvida através do bom senso acho que as instituições podem dar uma excelente contribuição, as universidades que são a vanguarda da pesquisa, jogar luz em cima dessa problemática e procurar através da pesquisa solução

mais adequada” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 16/03/2010).

Essas forças são as lideranças dos proprietários rurais e os políticos e membros do judiciário, de um lado, assim como os políticos e pesquisadores universitários de outro. Em ambas as falas, sobressaem o sentido do indígena como o objeto problema, daquele sobre o qual falamos, seja para o bem ou o para o mal, mas ele mesmo parece não ter condição de falar por si só.

Contudo, voltamos a insistir nisso, a questão que se pode extrair desse conflito em que alguns poucos capacitados falam por outros, é o que se vela de sentido territorial diferenciado que a prática cultural indígena elabora e que não queremos ver, pois estamos mais preocupados em reduzir o sentido do indígena a um problema que nós temos que solucionar a partir de nossa concepção de território, que é a única possível, pouco importa se é território para o poder, para a economia ou para a cultura.

Nessa direção a fala do vereador Dirceu Longhi aponta para o aspecto de entender a relação com a terra entre os indígenas ser diferente da lógica com que nossa sociedade aborda a questão da mesma, qual seja, enquanto mercadoria.

“Resolver esse conflito não pode ser pela lógica de ver a terra um valor de capital, de mercado. O indígena, ele tem uma outra relação com a questão da terra. É a relação cultural, através de seus antepassados, os seus tekoha. A terra para o indígena é também uma questão de sobrevivência de sua família. O indígena não vê a terra como um mercado, um valor, de agregar riquezas e fazer dela negócios. Então essa visão que o não-índio, que o branco, tem de resolver; de tentar resolver o conflito da terra ou a questão indígena simplesmente oferecendo os espaços territoriais que não são da relação cultural dos indígenas, é uma maneira equivocada” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

Contudo, esse sentido outro da terra não se resolverá, como o vereador deixa entrever, com a re/demarcação das terras e delimitação da mesma para que os indígenas possam conservar seu modo próprio de vida em seu interior, como que isolados do contato com os não-indígenas para poderem perpetuar eternamente uma forma de viver que não mudará jamais, pois não estabelecerá contato com os valores do homem do mercado, urbano e industrial.

Como não há condição de nenhuma cultura permanecer “pura” e intocada, ou seja, é inerente ao processo de produção cultural o contato com o “outro” e a troca de

influências, a questão da re/demarcação não pode ser entendida como única solução para resolver os problemas dos indígenas, pois eles nunca foram e nunca ficarão isolados no interior de dado território demarcado. A liderança indígena, Anastácio Peralta assim aponta a questão.

“Então isso se a gente conseguisse, a gente ia ter um desenho disso tudo, ia ter a geografia de nossas terras aqui no Mato Grosso do Sul, que até eu não estou muito nessa de demarcar ou não, pra mim é outra coisa, agora os estudos eram interessantes, porque a gente ia ter um mapa dessas terras, onde que era nossas terras tradicionais, e você poderia lutar por mais 500-1000 anos ou não conseguir essa terra, mas os nossos filhos, nossos netos, ia saber, então isso é um dos motivos que poderiam resolver os conflitos, e outro é os próprios produtores das terras, que precisam ter uma consciência que nós também temos direito, tá na Constituição federal, somos desse país, então precisa ter essa consciência e a justiça tem que fazer valer o que esta na lei, lei é pra ser cumprida, não é pra ser negociada” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 14/04/2010).

Anastácio Peralta indica que a solução não é meramente demarcar, pois para ele tem mais coisas, como o sentido de território, de territorialidade construída pelos indígenas, no caso de parte dos grupos Guaranis, que não cabe na visão de território como lugar demarcado e passível de ser utilizado como mercadoria; não perceber que existem outras experiências dos Homens com seus territórios é a maneira de se justificar as práticas dos proprietários rurais e da legislação brasileira demarcar e definir o que vem a ser a área das terras dos indígenas.

A liderança indígena aponta que os estudos científicos, e até a re/demarcação podem contribuir para um melhor entendimento do que cabe aos indígenas, mas o sentido de uso desse território só se efetivaria com a participação dos indígenas na definição de sua territorialidade, sendo que isso só se daria no contexto do Estado brasileiro, portanto, cumprir a legislação e entendê-los também como brasileiros.

Tal forma de conceber, já delinea que não é isolando em um lugar que se fará justiça para com esse grupo cultural, mas sim que esse grupo quer construir seu sentido de territorialidade no contato com os sentidos escalares outros de território no contexto da sociedade e do Estado brasileiro.

Nesse sentido, entendemos que o reconhecimento dos indígenas, enquanto realidade social diferenciada, estabelecido na Constituição Federal de 1988, não pode estar

dissociado da questão territorial. Esta questão aponta o papel relevante da terra para a reprodução econômica e cultural dos povos indígenas, estando já presente no próprio texto da Constituição, a qual defende e garante essa questão:

[...] São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (Artigo 231 da Constituição Federal de 1988).

Com a nova Constituição Federal de 1988 podemos salientar que a re/demarcação das terras indígenas visa, de certa forma, “resgatar” uma dívida histórica com essas populações, como também propiciar condições fundamentais para a sobrevivência física e cultural desses povos; assim, de maneira sucinta, preservar a diversidade cultural brasileira dessas comunidades assegurando seus direitos sobre uma determinada área. Para tal, o poder público terá a atribuição de identificá-la e delimitá-la com o intuito de realizar a re/demarcação dos seus limites territoriais e protegê-la.

A regularização das terras indígenas, por meio da re/demarcação, acaba sendo de fundamental importância para a sobrevivência dessas comunidades. É importante garantir o direito a terra aos indígenas, para assegurar a subsistência dessas comunidades, e permitir a atualização de suas tradições nesse espaço cultural.

Outro aspecto que acaba sendo mencionado no discurso por vários segmentos da sociedade, e que está em evidência nos dias atuais, é o fato de que a defesa dos territórios indígenas mantém conhecimento milenares e também garante a preservação do patrimônio biológico.

O discurso que justifica a re/demarcação das terras indígenas parte do pressuposto de que os limites geográficos dos recursos naturais das terras onde os indígenas habitam, precisam ser suficientemente capazes de garantir aos indígenas a plena reprodução de sua cultura e do seu modo de vida, e, também, para que eles utilizem esse território a fim de preservarem seus usos e costumes culturais. Dirceu Longhi, vereador do município de Dourados pelo PT/MS, deixa claro sua postura em relação ao conflito a re/demarcação das terras indígenas no estado:

“Então essa visão que o não-índio, que o branco, tem de resolver; de tentar resolver o conflito da terra ou a questão indígena simplesmente oferecendo os espaços territoriais que não são da relação cultural dos indígenas, é uma maneira equivocada. Porque não é essa, não é isso que está na luta da conquista da terra. Naturalmente que os indígenas que hoje vivem confinados em pequenos espaços precisam de mais terra para

sua sobrevivência e pra plantar, e não é qualquer espaço territorial. Os Guarani/Kaiowás, que lutam hoje pela terra no Mato Grosso do Sul, eles são originais desses espaços, eles não querem ir pro norte ou pra outras regiões do país. As suas terras e de seus antepassados, estão localizadas nesses tekoha dessas regiões e essa visão cultural deve ser respeitada e tem que ser levada pro debate pra sociedade” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

Apesar de ser necessário que se tenha esses elementos como forma de lutar por justiça social para a diversidade de culturas no interior do território brasileiro, questionamos o caráter generalizante desses discursos; apesar de bem intencionados e necessários, tendem a generalizar a questão da identidade cultural dos povos indígenas, superficializando a solução de seus problemas frente à lógica da sociedade urbana e mercadológica atual a uma mera delimitação de terra, com o decorrente isolamento dos mesmos em seu interior. Entendemos que não é só o processo de re/demarcação de terra que será a solução para os problemas indígenas. Muitas questões devem ser levadas em conta, como é o caso da impossibilidade de se manter uma cultura preservada em meio a uma série de forças econômicas e políticas que mantêm contato com esses grupos.

O fato dos indígenas serem tratados como diferentes e estranhos (culturalmente) ao conjunto social mais dinâmico economicamente da sociedade, intensifica a marginalização e o preconceito, além de não proporcionarem de maneira adequada a esses grupos, acesso a recursos, bens e serviços, assim:

[...] mostram que a afirmação da igualdade com base em pressupostos universalistas como os que determinam as concepções ocidentais, individualistas, dos direitos humanos, conduz à descaracterização e negação das identidades, das culturas e das experiências históricas diferenciadas, especialmente à recusa do reconhecimento de direitos coletivos. Mas a afirmação da diferença por si só pode servir de justificativa para a discriminação, exclusão ou inferiorização, em nome de direitos coletivos e de especificidades culturais (SANTOS & NUNES, 2003, p. 63).

Não seria o caso de defender esse isolamento, mas a possibilidade de garantir meios melhores de sobrevivência econômica, social e cultural para que esses grupos consigam produzir novos sentidos territoriais a partir de seus referenciais culturais próprios, não os isolar em um padrão territorial denominado marginal, que reforça ainda mais suas precárias condições.

O estado de Mato Grosso do Sul, devido ao processo histórico de produção de sua territorialidade, tendeu a concentrar boa parte da população indígena expulsa de outras áreas ocupadas pelo projeto societário que visa consolidar o domínio territorial do Estado e a formação da identidade nacional brasileira.

A territorialização, dessa forma, é um processo constante de realizações em diferentes escalas e níveis de interações, porém nem sempre as reterritorializações que ocorrem são igualitárias, de modo que muitas culturas acabam segregadas, exercendo uma territorialidade subalterna devido a certas imposições dominantes.

A questão da identidade territorial está diretamente vinculada ao sentimento de pertencimento que os indivíduos constroem com o território e este vínculo acaba se estabelecendo a partir de diversas possibilidades, sejam esses elementos enaltecidos enquanto o típico ou pitoresco de uma dada espacialidade, seja através da busca de elementos concretos para se utilizar como referência identitária.

Todas identidades são construções discursivas, as identidades estão sempre em transformação, o mundo moderno, “fluido”, exige que as identidades não sejam permanentes ou uma condição imposta à vida moderna, “*somos incessantemente forçados a torcer e moldar as nossas identidades, sem ser permitido que nos fixemos a uma delas, mesmo querendo*” (BAUMAN, 2006, p. 96-97).

Dentre nossos entrevistados, percebemos em seus discursos que todos apontam a educação com um intermediador dessas questões, mas não deixam claro em suas falas qual a importância da escola para se discutir a questão.

Tetila entende o papel da educação como crucial para superar os equívocos e mal entendidos que permeiam a questão.

“Nas escolas levando material que seja didático, seja esclarecedor, que possa regular a verdade a respeito do assunto de uma maneira bem didática, bem tranqüila, para que os estudantes possam entender o processo e qualquer problema, qualquer conflito para você solucionar a solução só vem através da educação” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 16/03/2010).

Gino Ferreira também entende a escola como um local em que se deve esclarecer melhor a questão, destacando o papel dos produtores rurais e dos irmãos “índios”.

“Eu acho que deveria levar a verdadeira realidade para as escolas, para que os alunos tenham conhecimento verdadeiramente do que esse fato significa para a sociedade, o que o segmento produtivo significa, o que nossos irmãos indígenas significam” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

O vereador Dirceu Longhi também destaca o papel da escola no melhor entendimento da questão

“Acho que a escola é um espaço extremamente importante pra esclarecer a sociedade sobre essa questão cultural pela luta dos índios pela terra [...] é a luta pra dar dignidade às pessoas que estão na periferia da cidade, desempregadas que foram expulsas do campo no passado pela forma como a economia do Brasil se desenvolveu. E essa luta indígena é diferente com o foco cultural. Esse debate então tem que ser realizado no interior da escola” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010).

Todas essas falas caem no óbvio da generalização e esquecem que boa parte das informações passadas para os alunos advém do encontro de seus valores familiares com os discursos passados pela mídia. Para que a escola esclareça, deve-se não só ficar focando o conteúdo da sala de aula, mas discutir o papel da mídia e permitir que os alunos e os pais dos mesmos estabeleçam contato com outros discursos e com outras realidades.

A fala de Gino Ferreira, por exemplo, ao defender a necessidade dos alunos entrarem em contato com os discursos dos produtores rurais, encobre o fato que é esse discurso o majoritariamente presente no universo das mídias, sendo reproduzido em casa e por boa parte dos professores. As falas de Tetila e Longhi indicam a necessidade da escola abordar a questão com clareza e bons materiais, contudo, como indicamos anteriormente, esse trabalho deve ser pautado no contato com a diferencialidade de experiências e discursos, pois, caso contrário, toda uma boa intenção apenas acarretará o reforço dos referenciais ideologicamente perpassados pelos meios de comunicação hegemônicos.

Nesse aspecto que as falas da liderança indígena se destaca, como uma observação necessária para a escola e, em particular, para a Geografia.

“Eu vejo que o conflito não vai se resolver somente com escola indígena, eu vejo assim que tem que entrar nas escolas não-indígenas também o direito indígena, porque que ele tem direito. Isso não é só o aluno da escola, o professor é leigo, tem professor que é contra a demarcação, isso porque ele não tem conhecimento da lei, então ele acaba colocando o que ele vê na mídia, que o estado do Mato Grosso do Sul vai ser nosso, isso não existe, o que existe é que a gente só quer os

nossos tekoha” (Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 14/04/2010).

O debate sobre a re/demarcação das terras indígenas, precisa ultrapassar os muros da escola indígena, ecoar pela sociedade por vários caminhos, os debates precisam acontecer em órgãos e instâncias públicas, sindicatos, precisa chegar até as escolas não-indígenas. Existe também a necessidade de preparar os profissionais da educação para novos olhares e perspectivas, ultrapassar os limites da sala de aula. Os professores precisam do contato direto com a diversidade social de seu espaço de vivência, para exercitar outros olhares e pensamentos, para além do uniformizante discurso da normalidade civilizatória urbana e industrial, o debate não pode ficar limitado a reprodução do discurso hegemonicamente praticado por veículos de comunicação local e reforçado pelos proprietários de terras.

A discussão sobre a questão do conflito da re/demarcação de terras deve ser feita a partir de novas perspectivas de discursos políticos e científicos, buscando entender a diversidade das diferencialidades culturais, na multiplicidade de valores e referenciais humanas, de maneira que não se parta apenas de nossa visão civilizatória e tecno-industrial do mundo para estabelecer uma evolução hierárquica de povos atrasados em relação a nossa suposta superioridade societária.

Temos que entender que não existe apenas a nossa concepção de território, cabendo aos indígenas se adequarem ao mesmo, seja pela incorporação ao nosso padrão societário, ou pelo isolamento dos mesmos em alguma Reserva. Temos que nos superarmos e buscarmos o contato com o “outro” para que o sentido de “nós” não seja um arremedo de ser humano uniforme e deformado em sua potencialidade diferenciadora e evolutiva.

Temos que abordar a questão do conflito a partir da melhor análise dos diferentes discursos que se produzem sobre esse fenômeno, e não só circunscrever a questão a um evolucionismo histórico de uma cultura atrasada que foi substituída pela moderna, mas às vezes injusta produção rural por parte dos fazendeiros para estado de Mato Grosso do Sul; isso, ao nosso ver, repercute em uma análise da identidade cultural dos indígenas frente aos interesses econômicos dos fazendeiros, que nega ou esconde os mútuos e diferenciais elementos, não surtindo efeito significativo para o debate que estamos querendo estabelecer nesse trabalho, e com isso acaba por silenciar o aspecto mais instigante da

problemática, que é a produção de outras perspectivas de entendimento de identidade territorial como um processo inerente ao nomadismo humano.

Entendemos que o estudo geográfico dessa questão é crucial para que a sociedade tenha mais informações e subsídios sobre os diversos aspectos que envolvem a polêmica, de forma que o diálogo e o debate se instaure, para que a solução não seja entendida como a resolução final de um problema, mas sim de superação de incompreensões e a compreensão de que a diversidade e a diferenciação devem ser o mote de nossa produção espacial de vida. Desta forma, devemos pesquisar e não negar as tensões, mas buscar abordagens em que o sentido de território não seja fruto de uma leitura ou solução uniforme e simplista, como “demarcar para preservar” ou “produzir para desenvolver”. Deve-se caminhar numa perspectiva em que o aspecto fronteiro das áreas e culturas de contato, seja devidamente incorporado como lugares da diversidade e da elaboração de alternativas à projetos sócio-espaciais monopolistas e uniformizantes, tanto do ponto de vista ideológico/cultural quanto político/econômico.

A Geografia, por trabalhar com os processos de interação de escalas entre o local e o universal, de maneira a propiciar parâmetros de localização e orientação espacial, desde que estas não fiquem restritas aos elementos matemáticos cartografáveis, pode auxiliar nesse diálogo e “intercâmbio” entre os processos lógicos da análise científica e as “experimentações estéticas”, ou seja, entre aquilo que podemos interpretar dos novos comportamentos sociais e os gostos que cada grupo ou “tribo” desenvolve como referência e identidade sócio-territorial (FERRAZ, 2007, p.23-24).

Podemos dizer que através da utilização de seus conceitos a Geografia direciona a valorização da cultura, segundo sua dimensão simbólica, na direção das experiências vividas nos lugares. O conhecimento adquirido, a partir das assimilações individuais e coletivas exercitadas ou imaginadas nos lugares, estabelece à sociedade e chama à Geografia, enquanto ciência social, para o necessário aperfeiçoando de seus conceitos e temas, numa postura em que o Homem deve responder ao papel cultural das relações sociais como agente essencial na transformação do espaço.

O choque identitário entre as tradições de uma cultura não europeizante com outra cultura de imposição etnocêntrica européia, pode instaurar práticas culturais mais respeitadoras da diversidade frente à globalização da cultura consumista urbana e dos padrões de comportamento uniformes. Tal possibilidade se torna mais explícita em áreas

fronteiriças, pois nelas os contatos e tensões se tornam mais presentes e constantes, viabilizando assim exercitar pensamentos e ações que cobrem da sociedade o como entender as formas de revalorização das tradições culturais frente à necessidade de modernização, assim como do poder público no trato dessa problemática.

Um aspecto importante é perceber que a atual fase da globalização vem provocando reações que buscam uma redescoberta das particularidades, das diferenças e dos localismos (HALL, 2006). Assim, o processo de globalização pela enorme disseminação da cultura globalizada, estabelece uma nova relação entre as culturas locais influenciando em novos padrões de comportamento, provocando uma valorização da tradição e um fortalecimento dos regionalismos manifestos na identidade cultural.

O “direito” de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão “na minoria” (BHABHA, 2003, p. 21).

Entendemos que as diferentes referências de identidades construídas pelos variados segmentos e grupos humanos no espaço, podem contribuir na compreensão do papel preponderante que a cultura, produzida por esses grupos sociais, que muitas vezes estabelecem contatos conflituosos, notadamente quando as formas com que entendem e produzem seus territórios de sobrevivência possuem fundamentos diferenciados, assume um fator central no sentido como eles estabelecem o grau de pertencimento a determinado lugar.

CONCLUSÃO - O TERRITÓRIO NA ELABORAÇÃO DA IDENTIDADE A PARTIR DO “OUTREM”: O ENTRE-LUGAR DA RETERRITORIALIZAÇÃO

Verificamos nos capítulos anteriores, que os discursos e soluções apontadas para resolver o problema do conflito entre indígenas e proprietários de terra no Mato Grosso do Sul acabam por não resolver o problema. A incorporação da cultura indígena aos padrões identitários do não-indígena urbano leva à ideia de uniformidade de sentido de tempo e de espaço, que nas condições próprias das relações humanas não são nada uniformes. A tentativa de isolamento e preservação de uma cultura em uma parte separada do território nega a condição do próprio evoluir do processo cultural, assim como de nenhuma porção territorial ser isolada do contexto espacial ali manifesto.

Não seria o caso de defender esse isolamento, mas a possibilidade de garantir meios melhores de sobrevivência econômica, social e cultural para esses grupos e permitir a produção de novos sentidos territoriais a partir de seus referenciais culturais próprios, não os isolar em um padrão territorial denominado marginal, que reforça ainda mais suas precárias condições. Ou seja, evitar a igualação no não igual, assim como não permitir reforçar a marginalização do diferente.

Nessa direção, entendemos que a abordagem da questão deve passar a priorizar o sentido de identidade a partir dos elementos territoriais, não ficando circunscritos ao parâmetro cultural em si. Contudo, um fato se destaca, qual seja, o que aqui se entende como território.

Nos capítulos anteriores, dentre as análises que fizemos, iniciamos nosso entendimento desse conceito a partir dos estudos realizados por Rogério Haesbaert (1999; 2004) na tentativa de classificar os diferentes sentidos que o território pode expressar no interior das análises geográficas, ou seja, conforme o uso que as relações humanas estabelecem, o território estava sendo entendido como: 1) Político (relação espaço e poder), em que o território é visto como um espaço delimitado e controlado pelo Estado; 2) Cultural, o qual prioriza a dimensão do simbólico-cultural, território como produto/valorização simbólica (uso) de um grupo em relação ao espaço vivido; 3) Econômico, quando enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território

como fonte de recursos e/ou incorporando o embate entre classes sociais e a relação capital-trabalho.

Entendemos, assim, que essa classificação é pertinente e atende a maioria dos estudos voltados para a epistemologia do conhecimento geográfico, assim como para os que se dedicam a contribuir com análises empíricas sobre determinados territórios. Contudo, para o que aqui nos interessa, essa classificação não é suficiente. Tal insuficiência se justifica por entendermos que essas classificações se pautam na capacidade de um sujeito se distanciar de um dado objeto para poder assim melhor caracterizá-lo conceitualmente, estabelecendo mecanismos precisos de mensuração e de possível manuseio e controle teórico ou prático sobre o mesmo. Tentaremos aqui, fazer uma breve abordagem e adaptação do pensamento filosófico de Deleuze & Guattari para a discussão de identidade a partir dos elementos territoriais para a Geografia, guardada as diferenças entre ambos.

É na interação do corpo/pensamento imanente a terra/território, a possibilidade de aproximação dos estudos da Filosofia de Deleuze e Guattari com o que estamos propondo para a leitura geográfica sobre a questão conflituosa entre indígenas e fazendeiros no MS.

As formas mais usuais de território para Geografia, remetem a um entendimento dualista em que o objeto é definido por um sujeito pensante. Para a filosofia de Deleuze & Guattari (1992) a interação do corpo/pensamento é inerente a terra/território, nesse sentido o território é imanente ao acontecer das relações humanas e o pensamento não se restringe a dicotomia “sujeito/objeto”, mas em uma nova relação estabelecida entre “território/terra”.

Para esses autores, o território se coloca em uma condição para outras possibilidades do viver, não ficando restrito ao pensar apenas na diferenciação do sujeito/objeto, mas na relação território/terra e é nele que acontece o movimento para devires como no caso dos processos da desterritorialização/reterritorialização.

A terra não está separada do sujeito que a pensa, o que acontece nesse movimento de desterritorialização e reterritorialização, é que a terra se torna parte do processo de movimento que envolve tanto os corpos quanto os objetos que a constituem. Assim, território para Deleuze & Guattari é imanente ao acontecer das relações humanas.

A terra não é um elemento entre os outros, ela reúne todos os elementos num mesmo abraço, mas se serve de um ou de outro para

desterritorializar o território. Os movimentos de desterritorialização não são separáveis dos territórios que se abrem sobre um alhures, e os processos de reterritorialização não são separáveis da terra que restitui territórios (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 113).

Nessa perspectiva território/terra é importante passarmos a pensar na relação “nós e os “outros” como sujeitos que no contexto das relações territoriais constroem significamos para ambos.

A partir desse entendimento de território, podemos tentar perscrutar o sentido de identidade como desdobramento dessa leitura nas condições de conflitos entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul.

Temos nessa Unidade da Federação o conflito entre diferentes visões e modos de vida em redor de como se usar determinado território. A cisão se funda na ideia, a partir da tradição ocidental, de que o território é algo físico e separado, um objeto para os sujeitos, seres humanos, que o pensam e o usam; a cisão se aprofunda a partir do entendimento que essas formas de pensar e usar os territórios também são objetos em relação aos sujeitos que assim analisam/classificam. A cisão torna-se ainda mais complexa quando se entende que cada lado toma ao seu objeto território como sujeito de seu modo de vida e transforma o território do outro como objeto de desejo desse modo de vida.

Diante de tal situação, a busca pela resposta tende a ser a partir de nossa visão ocidental. Tal visão esquece-se de dialogar com as outras formas de se produzir a vida. Caso tomarmos a tradição indígena local, podemos perceber que eles não possuem palavras que expressem o conceito de território de um sujeito, ou seja, a relação deles com o mundo não se dá pela cisão entre o sujeito que pensa e usa o território enquanto objeto; as formas com que produzem seu existir não se dão pela submissão de um “outro”, como objeto, ao seu “eu”, enquanto sujeito, mas sim pela imanência das relações humanas no “outrem”, na condição do mundo humanamente se expressar por meio da produção do próprio viver nos lugares, na terra em que a vida acontece⁴⁰.

⁴⁰ Logicamente que aqui estamos fazendo uso das ideias e conceitos desenvolvidos por dois pensadores ocidentais, urbanos e filhos da sociedade tecno-industrial, como forma de interpretar, bem genericamente, alguns aspectos da cultura indígena. O objetivo não é impor novo padrão de colonização e domínio cultural, mas apenas demonstrar que essas ideias não são estranhas ao ser humano, mas que podemos aprender, enquanto herdeiros do mundo ocidental europeizado, com outras culturas a melhorar nossas relações humanas e nos desterritorializarmos do atual padrão de vivência temporal/espacial e nos reterritorializarmos num devir diferenciado de possibilidades.

[...] o outrem não é nem um objeto no campo de minha percepção, nem um sujeito que me percebe: é, em primeiro lugar, uma estrutura do campo perceptivo, sem a qual este campo no seu conjunto não funcionaria como o faz [...] Outrem é a existência do possível envolvido. A linguagem é a realidade do possível enquanto tal. O eu é o desenvolvimento, a explicação dos possíveis, seu processo de realização no atual (DELEUZE, 2007, p. 316-317).

Coloca-se a pertinência de nos abirmos ao diálogo com o “outro” para podermos melhor entender a “nós” no mundo. Esse diálogo não significa preparar o terreno para que o “outro” se subsuma ao nosso sentido de território, nem deve apontar para que esse “outro” continue sendo um objeto isolado em seu território segundo os nossos padrões de delimitação e posse territorial. Esse diálogo deve apontar para a possibilidade de superar nossos estranhamentos, nossa forma de separar, isolar, dominar o “outro” enquanto objeto para que a relação “nós/outros” se coloque como instauradora da vida humana acontecida enquanto territorialidade/terra.

Isso significa outra forma de pensar a “nós” em relação com os “outros”, para que mutuamente, no devir, nos tornemos diferentes e nos desterritorializemos das nossas atuais diferenças identificatórias. É sempre no devir que as possibilidades de outras reterritorialidades se colocam para constituir um novo povo, uma nova terra.

O devir é sempre duplo, e é este duplo devir que constitui o povo por vir e a nova terra [...] A desterritorialização e a reterritorialização se cruzam no duplo devir. Não se pode mais distinguir o autóctone e o estrangeiro, porque o estrangeiro se torna autóctone no outro que não o é, ao mesmo tempo que o autóctone se torna estrangeiro a si mesmo (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 142).

Contudo, devemos ressaltar que esse “novo povo” e essa “nova terra” não se inserem num projeto utópico a partir de uma evolução histórica que o determina. O devir não é passível de uma leitura ética em prol do desejo do bem contra o mal em si. O devir é um meio, ou seja, são processos territoriais em que o “nós/outros” nos encontramos enquanto “outrem” a ocupar a terra como possibilidades, cabendo aos que aí se relacionam construir as novas reterritorialidades. Por isso, Deleuze & Guattari afirmam que pensar é “mais geográfico que histórico” (1992, p. 143), pois se refere às condições humanas na terra, de experimentar o acontecimento do existir em seu território próprio.

Não há, por conseguinte, uma resposta em definitivo para a questão do conflito, nem um caminho histórico já definido ou desejado para o conflito das identidades culturais presentes em Mato Grosso do Sul; tão somente, enquanto abordagem geográfica, pensar o

“outrem” como meio em que as partes em litígio experimentam enquanto novas possibilidades de se desterritorializarem da agonia atual, assim como buscarem outros sentidos de reterritorializações de novas identidades em processo, no devir de diferenças possíveis.

As áreas de conflitos entre indígenas e fazendeiros no Mato Grosso do Sul, assim como o tipo de abordagem que majoritariamente se elaborou sobre, tem em seu núcleo diferentes percepções, tanto no caráter econômico, como no caso a exploração das potencialidades naturais que a região possui, quanto também a questão da separação, isolamento e tentativa de preservação da cultura indígena. Diante desse impasse, qual seria a contribuição dos estudos geográficos sobre a questão?

Em nosso entendimento, como vimos nos capítulos anteriores, o importante seria deslocar a análise da questão da identidade cultural para o de identidade territorial. Contudo, no caso específico desse estado, outro elemento contribui para tornar mais instigante a abordagem da questão. O fato do conflito de terras se dar no interior de uma região fronteiriça. Fronteira não só político-administrativa entre três países (Brasil, Bolívia e Paraguai), nem também entre as culturas nacionais correspondentes, mas entre a diversidade de etnias, de grupos migratórios de diferentes regiões e nações, de classes sociais etc.

É nas áreas de conflito no interior do próprio estado do Mato Grosso do Sul, que formam-se diversas fronteiras simbólicas, que dinamizam e deixam o sentido de identidade ainda mais complexo, pois esses grupos em conflito, são colocados em contato diante dessas fronteiras culturais, imaginárias, políticas e econômicas e as distâncias entre esses grupos culturais com diversas culturas, acabam sendo reduzidos. O *entre-lugar* aqui entendido como lugar fronteiriço no sentido territorial, além de ser um *entre-lugar* de conflitos também permite contatos e vivências.

O trabalho fronteiriço da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma idéia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético, ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente que inova e interrompe a atuação do presente (BHABHA, 2003, p. 27).

As palavras de Homi Bhabha apontam para uma perspectiva instigadora aos estudos geográficos sobre a dinâmica territorial manifesta nessa região, exatamente pelo

aspecto das diferenças culturais, dos vários modos de vida, pelos estranhamentos elaborados entre os diversos grupos culturais que aí buscam se reterritorializar e, nessa disputa, estabelecem mútuas desterritorializações que se entrecrocaram e se conflitaram. Homi Bhabha diz, que é no entre-lugar diante das tensões e aversão, a possibilidade de novas possibilidades e novos caminhos, é justamente no contato direto entre os diferentes, que haverá a elaboração de novas respostas para o desconhecimento em relação ao “outro”.

O Mato Grosso do Sul, portanto, é lugar de contato. Esse “entre-lugar” fronteiriço que estabelece e acaba sendo o lugar do confronto, da não aceitação de diferentes manifestações culturais ou de grupos étnicos distintos. Como é o caso dos grupos culturais aqui trabalhados.

No entanto, por ser entre-lugar, o Mato Grosso do Sul é a possibilidade de acontecimento dessa diversidade de leituras e vivências territoriais que mutuamente se tensionam, se negam, se confluem e se recriam (FERRAZ, 2010). A questão da identidade a partir dessa espacialidade expressa o conflito e a luta para poder dominar um determinado arranjo territorial, mas também expressa os diferentes ritmos temporais com que a construção dos sentidos de pertencimento aos lugares são elaborados/vivenciados, reterritorializados.

Tais possibilidades estabelecem aí formas de se olhar, vivenciar e produzir relações territoriais diferentes, conforme os referenciais tecnológicos, técnicos, políticos e culturais com que as partes em conflito delimitam suas perspectivas e imagens com que reconhecem os outros e a si próprios nesse processo.

Identificar o “outro” como elemento revelador do lugar do “eu” visa superar a dicotomização do sujeito/objeto, tão presente no pensamento ocidental. Compreender que a relação do seres humanos instaurara o acontecimento dos significados existenciais, no próprio processo de territorialização do viver, significa que a relação entre “nós” e os “outros” se dá na elaboração da relação do Homem no “outrem”, na condição da terra/território capaz de possibilitar que a diferença seja o fundamental elemento propiciador dos sentidos de identidades em processo. Portanto, nunca existiu identidade definida e totalmente harmoniosa, esta sempre será em meio a conflitos e se recriando a partir do melhor entendimento de cada parte na elaboração do simplesmente viver.

Não há como isolar a cultura indígena, mas é possível entendê-la como manifestação da diversidade humana. Sendo humana, só podemos produzir o sentido de nossa identidade no contexto da dinâmica territorial, mas uma territorialidade que visa o acontecer pleno do existir humano e não a sua eliminação, ou substituição, em prol de valores alheios a nossa humanidade diversa.

A lógica do território que se pauta na realização do econômico provoca não só a destruição da identidade cultural indígena, mas a de qualquer ser humano. Essa lógica se viabiliza pela dicotomização, pela separação do “eu” em relação a um “outro”, de um sujeito a um objeto. Ao separar, nos enfraquecemos por possibilitar não nos reconhecemos como um todo. Ao nos enfraquecermos enquanto humanos, permitimos que a justificação do nosso existir seja determinada por algo que negue o humano em nós, transcendente a nós.

É isso que percebemos como contribuição dos estudos geográficos para a questão dos conflitos de terra no Mato Grosso do Sul. É possível estabelecer a vivência diversa de diferentes ritmos temporais e dinâmicas territoriais num mesmo espaço, daí a necessidade de demarcação física das terras, mas isso não significa que tais diferenças devam ser isoladas, pelo fato disso ser impossível, nem que serão superadas por uma idealizada harmonia identitária entre as partes.

Independente dos envolvidos, a questão deve se voltar para que o sentido de território, assim como dos “outros” que ali vivem, não ser tomado como algo transcendental ao ser humano, como um mero objeto de análise e manuseio por parte de um sujeito superior. A imanência do homem/mundo se dá no processo de realização terra/território, portanto, do encontro da diversidade do ser humano consigo mesmo no “outrem” em sua constante reterritorialização.

As diferenças culturais, portanto, são necessárias, mas elas, como imanentes às relações humanas, sofrem mudanças por meio do contato que estabelecem. Isso deve apontar não para a eliminação de uma pela outra, mas na mútua transformação, na recriação de seus valores identitários. Portanto, se as culturas mudam, os sentidos de identidade territorial também se transformam.

Deleuze, em “Diferença e Repetição” (2007), coloca que na diversidade de manifestações das relações humanas no espaço e no tempo, a diferença é inerente a estes. Contudo, perante aos interesses presentes na ordem da finitude das atividades humanas, principalmente as que se colocam determinadas pela lógica do mercado econômico e do controle dos fenômenos e elementos da ordem do empírico, essas diferenças são restringidas ao nível do superficial e tidas como “oposições”.

O espaço e o tempo só manifestam oposições (e limitações) na superfície, mas, em sua profundidade real, supõem diferenças bem mais volumosas, afirmadas e distribuídas, que não se deixam reduzir à trivialidade do negativo (DELEUZE, 2007, p. 86-87).

Por meio dessa redução superficialista da diferença a mera oposição, o emprego do pensamento único, pautado na ordem temporal evolutiva e na percepção de um espaço plano, geometrizável e passível de ser dividido em partes que se somam, delineiam, em nome dos referidos interesses economicistas e do jogo político institucionalizado, a possibilidade de resolver as diferenças através da identidade das oposições. Identidade forçada a partir da visão única da ordem ocidental, urbana e tecnoindustrial hegemonicamente praticada.

Com efeito, sob que condição a diferença é levada, projetada num espaço plano? Precisamente, quando foi colocada à força numa identidade prévia, quando foi colocada nesse declive do idêntico que a leva necessariamente para onde a identidade quer e a refletir-se onde a identidade quer, isto é, no negativo (Idem, ibidem, p. 87).

Conclui-se, a partir do exposto, que a solução não será uma resposta que encerre as diferenças em nome da elaboração de um padrão identitário único. Mas também não se dará por meio do isolamento de uma identidade cultural em relação a outra. O caminho é não buscar uma ou outra resposta, mas sim de liberar as possibilidades das diferenças acontecerem no devir das relações. Relações entre “nós” e “outros” a se desterritorializarem e reterritorializarem no próprio movimento “outrem”, inerente ao entre-lugar que aí se manifesta.

Os estudos por essa perspectiva podem contribuir para que o “*índio, que é índio, se torne ele mesmo outra coisa e possa escapar a sua agonia*” (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p. 142), mas isso só será possível se o grupo de fazendeiros, o qual se encontra no contexto de nossa cultura, também se torne ele mesmo outra coisa, podendo assim escapar desse desespero da lógica economicista do mercado. Identidade, assim, não será o

cerceamento de semelhanças culturais cristalizadas, mas será devir em aberto no acontecer de outras diferenças rizomaticamente latentes no processo de des-reterritorialização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Mirhiane M. O Índio Brasileiro e a Concepção Romântica da Natureza. In: ARRUDA, Gilmar; VELÁZQUEZ, Torres; ZUPPA, Graciela (ogs.). **Natureza na América Latina: apropriações e representações**. Lonfrina, Pr. Ed. UEL, 2001, p. 49-64.
- ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura**. Trad. Lyslei Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **“Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul”**. TESE, Presidente Prudente/SP, UNESP, 2003.
- ARAÚJO, Ana V. et alii. **Povos Indígenas e a Lei dos “Branços”**: o direito à diferença. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi** (Anthropos-Homem), v. 5, p. 296-332. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Prefácio de Roman Jakobson, Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1979.
- BARROSO-HOFFMANN, Maria & SOUZA LIMA, Antonio Carlos de (orgs.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ LACED (2002).
- BAUMAN, Zygmund. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- BERGAMASCHI, Maria A. & MEDEIROS, Juliana S. **História, memória e tradição na educação escolar indígena: o caso de uma escola Kaingang**. Revista brasileira de História. São Paulo, SP: v. 30, nº 60, 2010.
- BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade**. Trad. Floriano de Souza Fernandes. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1974.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003.
- BITTAR, Marisa. **Sonho e Realidade: Vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. Multítemas**: Periódico das Comunidades Departamento da UCDB. São Paulo, SP: Ed. UCDB, n. 15, outubro de 1999.
- BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- BRAND, Antônio & ALMEIDA, Fernando Augusto A. **A desterritorialização dos Kaiowá e Guarani e a liberação de terras para a colonização do MS**. Periódico das Comunidades Departamento da UCDB. São Paulo, SP: Ed. UCDB, 2008.
- CARVALHO, Thiago Rodrigues. **Programa de desenvolvimento da Faixa de Fronteira: discursos e desdobramentos da política pública no Mato Grosso do Sul. Dourados, MS: Relatório de Qualificação, mestrado em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, out. 2009.**
- CUNHA, Manuela C. (org). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- DELEUZE, Gilles. **Lógica e Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **O que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- FERREIRA, Eva Maria Luiz. “**A participação dos Índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Laranjeira (1902 – 1952)**”. DISSERTAÇÃO, Dourados/MS, UFGD, 2007.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. O estudo geográfico dos elementos culturais: considerações para além da Geografia Cultural. **Terra Livre**, AGB, v. 29, p. 29-50, 2007.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. Entre-Lugar: apresentação. **Entre-Lugar**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFGD. Dourados, MS: Ed. UFGD, ano 1, n. 1, p. 15-31, 1º semestre de 2010.
- FERRAZ, Cláudio Benito O. Uma geografia do menino: pai do homem. In: **Perspectiva Geográfica** – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel – PR: EDUNIOESTE, 2006.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FRANCO, Maria L. P. B. **Análise do Conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.
- GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. Trad. Marco Antônio Casanova. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.
- GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- GORE, J. M. **Foucault e educação: fascinantes desafios**. In: SILVA, T.T. O sujeito da educação: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GRAMSCI, Antônio. Cadernos do Cárcere. Ed. **Civilização Brasileira**, SP, 1999
- GRONDIN, Jean. **Introdução à hermenêutica filosófica**. São Leopoldo, Editora. Unisinos, 1999.
- GUERRA, Idalina. Modos de Vida: novos percursos e novos conceitos. **Sociologia: problemas e Práticas**. Lisboa: CIES, ISCTE-IUL, CELTA, n° 13, março, p. 59-74, 1993.
- GUPTA, Akhil & FERGUSON, James. Mais além da “cultura”: espaço, identidade e política da diferença. In: ARANTES, Antonio A. **O Espaço da Diferença**. Campinas, SP: Papius, 2000.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 1999.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2004.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HOLANDA, Sérgio B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ISOLDI, Isabel A. & SILVA, Clayton. O espaço territorial como referência para a construção da cidadania: uma reflexão geográfica introdutória sobre o problema das demarcações de terras de populações “Remanescentes”. In: RA’ E GA. **O espaço geográfico em análise**. Curitiba, PR: Departamento de Geografia/UFPR, v. 1, n. 16, 2008, p. 73-79.

JAPIASSÚ, H. & MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

LIMBERTI, Rita de Cássia A. P. A representação do índio: o jargão da norma ideológica nas relações interculturais. In: RUSSELF, Ivan; MARINHO, Marcelo; SANTOS, Paulo Sérgio N. (org.). **Ensaio farpados: arte e cultura no pantanal e no cerrado**. Campo Grande – UCDB, 2º ed. Letra Livre, 2004.

LEFEVRE, Fernando & LEFEVRE, Ana M. Depoimentos e Discursos – uma proposta de análise e pesquisa social. Capítulos: **Conceitualização Geral; Ensaio sobre DSC**. Pgs. 11 a 58. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

LEITE, Dante M. **O Caráter Nacional Brasileiro**. São Paulo: Ed UNESP. 2003

LUCIANO, Gersem S. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

LUTTI, Aline C. C. **Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados - MS: (1990-2009)**; Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009 (Dissertação de Mestrado).

MARCONDES, Danilo. **Filosofia, linguagem e comunicação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Breve painel etno -histórico de Mato Grosso do Sul**. 2.ed. Campo Grande/MS: UFMS, 2002.

MORATELLI, Thiago. **OS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO NOROESTE DO BRASIL EXPERIÊNCIAS OPERÁRIAS EM UM SISTEMA DE TRABALHO DE GRANDE EMPREITADA (SÃO PAULO E MATO GROSSO, 1905-1914)**. Campinas/SP: Universidade Estadual de Campinas, 2009 (Dissertação de Mestrado).

MOSTAFA, S. P. & CRUZ, D. V. N.. **Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari**. Campinas: Alínea, 2009.

OLIVEIRA, João P. A problemática dos “índios misturados” e os limites dos estudos americanistas: um encontro entre antropologia e história. In: SCOTT, Parry; ZAUR, George. **Identidade, fragmentação e diversidade na América Latina**. Recife, PE: Universitária da UFPE, 2003.

OLIVEIRA, João P. & FREIRE, Carlos A. R. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA FILHO, João P. **Ensaio em Antropologia Histórica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

OLIVEIRA, João P. **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: 1998.

OLIVEIRA, Vitor W. N. **ENTRE O PRATA E MATO GROSSO: uma viagem pelo mundo do trabalho marítimo de 1910 a 1930. (Buenos Aires, Montevideu, Assunção e Corumbá)**. Campinas/SP: Univesidade Estadual de Campinas, 2006 (Tese de Doutorado).

PINHEIRO, Robinson S. **Geografia e literatura: diálogo em torno da construção da identidade territorial sul-mato-grossense**. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2010 (Dissertação de Mestrado).

PINHEIRO, Robinson S. & FERRAZ, Cláudio B. O. **LINGUAGEM GEOGRÁFICA E LITERÁRIA: APONTAMENTOS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE TERRITORIAL SUL-MATO-GROSSENSE**. Raído, Dourados, MS, v. 3, n. 5, p. 87-101, jan./jun. 2009.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3 ed. Rio de Janeiro- RJ. Brasil. Trad. Rita Lima, 1985.

PRADO, Paulo. **Retratos do Brasil**. São Paulo: companhia das Letras, 1997.

RIBEIRO, Darci. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Darci. **Os índios e a civilização**. A integração das populações indígenas no Brasil moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SANTANA JUNIOR, Jaime.R. **A Reserva indígena de Dourados-MS: considerações iniciais sobre o modo de vida Guarani** (2008).

SANTOS, B.S. & NUNES, J.A. Introdução: o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. In B.S. Santos (org). **Reconhecer para libertar**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2003).

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo Edusp. 2002.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, Maria L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHWENGBER, Isabela. **Quando o MST é notícia**. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

SILVA, Alexandre B. Entre a aldeia, a fazenda e a cidade: ocupação e uso do território entre os Guarani de Mato Grosso do Sul. In: Tellus / **Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas - NEPPI**. Campo Grande: UCDB, ano 9, n. 16, jan/jun. 2009.

SILVA, Lélío Loureiro. **As representações dos Kaiowa-Ñhandeva no jornal O Progresso na década de 1980**. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2007 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Mozart L. **História e interculturalidade: aspectos críticos à educação e ao multiculturalismo no Brasil**. Anais do VIII Congresso Luso-afro-brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, 2004.

SILVA, Rosa H. D. **Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa**. Trabalho apresentado na XXII Reunião Anual da ANPEd. Caxambu, 1999.

SOUZA LIMA, Antônio C. & BARROSO-HOFFMANN, Maia (orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas: bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2002.

SOUZA, Marcelo J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. 8ª edição. Campinas, SP: Bertrand Brasil, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da America**. A questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VATTIMO, Gianni. Para Além da Interpretação. Capítulos: **A Verdade da Hermenêutica; Reconstrução da Racionalidade**. Pgs. 113 a 153. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

VIANNA NETO, Arnaldo R. Multiculturalismo e Pluriculturalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice (orgs.). **Conceitos de Literatura e Cultura**. Juíz de Fora: UFJF, 2005.

VIETTA, Katya. **“Histórias sobre terras xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho**. TESE, São Paulo/SP, USP, 2007.

VIUDES, Priscila, **ÍNDIOS NAS PÁGINAS D’O PROGRESSO: Representações da desnutrição infantil no jornal (2005)**. Dourados/MS: Universidade Federal da Grande Dourados, 2009 (Dissertação de Mestrado).

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Banco de dados. Disponível em:

<<http://br.monografias.com/trabalhos/terras-indigenas-brasil-projetos-amazonia/terras-indigenas-brasil-projetos-amazonia.shtml>> Acesso em 05 de junho de 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< <https://ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 de março 2011.

Banco de dados. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 de janeiro 2011.

Banco de dados. Disponível em:

< <https://cimi.org.br/>>. Acesso em: 20 de janeiro 2011.

Banco de dados. Disponível em:

< <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/decretos-do-imperio-1>>. Acesso em: 10 de outubro 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 18 de outubro 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 18 de outubro 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: 20 de outubro 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< <http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em: 20 de outubro 2010.

Banco de dados. Disponível em:

<<http://www.funai.gov.br>> - Acesso em: 29 junho de 2009.

Banco de dados Disponível em:

< <http://www.funai.gov.br/ultimas/informativos/daf/cgdp/2008/arquivos/Brasil.pdf>>

Acesso em: 29 de julho 2010.

Banco de dados. Disponível em:

< www2.camara.gov.br/internet/homeagencia/materias.html?pk=127359 - 20k -. Acesso em: 22 de maio 2009.

Banco de dados. Disponível em:

<www.sulnews.com.br/ler.asp?id_noticia=19451> Acesso em: 22 de maio 2009.

MARINHO, Thais A. **Os Caminhos da Identidade em um Mundo Multicultural.**

Disponível em:

http://www.posgrap.ufs.br/periodicos/revista_forum_identidades/revistas/ARQ_FORUM_IND_5/SESSAO_L_FORUM5_02.pdf. Acesso em 13/05/2010.

SILVA, Henriqueta A. **Abordagem fenomenológico-hermenêuticas.** Disponível em:

http://www.ceedo.com.br/agora/agora10/abordagemfenomenologica_hermeneutica_HenriquetaAlvesdaSilva.pdf. Acesso em 15/03/2011.

ANEXO I

Entrevistado: Laerte Tetila

Ex-professor do antigo campus de Dourados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), ex-prefeito da cidade de Dourados (gestão 2001-2008) e atual deputado estadual de Mato Grosso do Sul pelo Partido dos Trabalhadores (PT) (gestão 2011-2014).

Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 16/03/2010.

É uma causa histórica porque isso vem desde o século retrasado, final do século retrasado, começo do século passado, onde houve a ocupação do espaço geográfico da região, a ocupação começou pelos gaúchos, pelos mineiros, era um processo que as terras de matas eram pouco ocupadas, mas as terras eram ocupadas intensamente pela pecuária, e isso aos poucos, foi enquanto havia a Companhia Matte Laranjeira dominando toda essa região nossa aqui, os conflitos não eram tão intensos, mas a partir do momento em que se desfaz a Companhia Matte Laranjeira, os conflitos pela posse da terra intensificam muito e começam a afetar diretamente os tekoha que são os territórios das comunidades indígenas guarani, que povoavam pontualmente essa região, então o motivo do conflito é justamente a luta pela dominação, pela posse da terra, e então para amenizar esses conflitos nos tempos do Marechal Rondon em 1915, surge o SPI (Serviço de Proteção ao Índio), aqui na nossa região foram delimitados 2 Reservas: a de Dourados e a de Carapó. O processo que se dava via governamental era a retirada dos índios em caminhões, fretavam caminhões e despejavam os índios dentro dessas Reservas justamente para deixar essas áreas livres para extensão principalmente da pecuária, mas também houve processo ligado a agricultura, foi a implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados, que esquadrinhou grande parte das terras da região nossa, esquadrinhadas e entregue para implantação da Colônia Agrícola Nacional que afetou também os índios, afetou Panambizinho, afetou Lagoa Rica, várias aldeias instaladas e seus devidos tekoha também foram afetados, então todo o processo da agricultura e da pecuária afetou diretamente os interesses indígenas e esses conflitos então foram se intensificando cada vez mais e no começo do processo houve realmente muita fraude, muito esbolho, os índios perdiam as terras assim por conta de os fazendeiros virem armados, vinham com seus capangas, vinham com suas organizações,

isso em um período bem anterior ao nosso. Depois vieram os proprietários, os fazendeiros que foram adquirindo áreas, muitos deles de boa fé, porque aquela forma antiga de adquirir terra na base da imposição, claro que nem todas as terras foram adquiridas de maneira espúria, muitos adquiriram legitimamente, requereram do próprio governo federal, que eram pioneiros, assim foi com as famílias daqui de Dourados, família Matos, família Martineli, tantas outras que vieram da migração do Rio Grande dos Sul, outras de Minas Gerais, que não tem nada a ver com atividades espúrias não, adquiriram porque requereram áreas que não eram ocupadas por índios, mas muitas áreas ocupadas por índios foram realmente adquiridas na base da imposição, na base da grilagem, que era uma expressão que se utilizava na época, mas isso também foi passando de pai para filho, transferência por hereditariedade, muitas pessoas de boa fé vieram do Paraná, de São Paulo, Rio Grande do Sul, mas principalmente do estado de São Paulo, vieram adquirir terras aqui, muitos tem títulos de boa fé mais que tem incidência indígena sobre essas terras então aí vem uma situação de conflito que perdura até os dias de hoje. Então nos levantamentos que são feitos pelo governo a indícios de que essas terras possam chegar até 30 milhões de hectares, isso é um absurdo, você não pode confundir terra vistoriada com terra efetivamente indígena que compõem os famosos tekoha, então uma coisa são os tekoha, outra coisa é o levantamento preliminar que é feito que envolve claro áreas muito maiores, então o que se faz é procurar confundir, há muito interesse de se confundir a opinião pública falando desse 30 milhões de hectares, se você consultar qualquer liderança indígena, você vai verificar que ninguém fala em 30 milhões de hectares, da parte dos indígenas, tudo que eles querem é recuperar aquelas áreas pequenas, pontuais, que são os seus tekoha históricos que faziam parte realmente da sua cultura, eles valorizam tremendamente porque ali que estão enterrados seus antepassados, são espaços sagrados para eles, não existe uma etnia que tem uma religiosidade tão forte quanto os guarani, isso de acordo com o próprio Darcy Ribeiro, eles são muito ligados a questão do sagrado, do religioso, isso para eles é uma coisa que eles não abrem mão, e não é qualquer terra que serve para eles, serve aquela terra onde viveram e estão sepultados os seus antepassados, eles valorizam tremendamente isso aí, tanto que eles querem recuperar. Nos anos 80 nós tínhamos aqui, não chegava a 20 áreas de interesse dos indígenas que eram os tekoha, e hoje em dia cerca da metade desses tekoha foram recuperados, como o Jaguapirê, o Baixo Jacaré, o Panambizinho, o Piraquá, e outras mais já foram recuperadas e estão demarcadas definitivamente, e assim eles querem também acho que não chega a 10 áreas efetivamente

de interesse indígena que são tekoha históricos que eles lutam pra fazer sua recuperação. Então o conflito existe porque existe terras legitimamente indígenas que necessitam voltar para os índios mas que ferem interesses, de pessoas que tem boa fé, que tem a titulação da terra, mas que infelizmente tem essa reincidência do interesse indígena sobre a terra. Os governos que passaram e não tiveram interesse de resolver a questão indígena só enxergavam o interesse, o lado dos latifundiários, daqueles que se apropriavam das terras. O governo se por um lado fornecia terras para as pessoas interessadas isso no começo do processo de ocupação e as terras eram legitimamente entregues as famílias que vinham principalmente do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, e que ocupavam terras de campo que não tinham incidência de interesse indígena, mas depende das terras de matas onde os indígenas efetivamente ocupavam por causa da caça, da pesca nos rios, as terras de mata eram as melhores terras para a agricultura e muita terra também de mata se por um lado havia um forte interesse da ocupação da agricultura, por conta da instalação da Colônia Agrícola Nacional por outro lado também muita terra de mata cedeu espaço para a própria pecuária, e então dentro desse processo de ocupação do espaço geográfico pelos proprietários muitas áreas pontuais que são chamados tekoha acabaram sendo envolvidos, os tekoha acabaram ficando dentro de fazendas por muito tempo nem havia conflito porque os índios serviam de mão de obra para os fazendeiros e a relação em muitos casos não era conflituosa servia de mão de obra barata para os fazendeiros e os índios serviam de mão de obra para lapidar madeira, para fazer cerca, uma mão de obra baratíssima, quase de graça, e que muitos tekoha estavam dentro da fazenda então os fazendeiros já aproveitava esses indígenas para mão de obra também, mas com o passar do tempo a comunidade indígena foi tomando consciência dos seus direitos e se você transporta isso para os dias atuais você vai vê que as lideranças indígenas de hoje são muito diferentes daquelas do passado se bem que no passado tivemos liderança a autenticas fortíssimas também, mas que não tinha tanta instrução como tem agora, embora raras exceções como Marçal de Souza que foi assassinado por defender o interesse indígena, era uma figura de uma cultura extraordinária, foi o primeiro sul-matogrossense a falar das tribunas da ONU, para se ter uma ideia até onde ele chegou, por conta da sua capacidade, da cultura adquirida, pela formação que ele teve, tanto sistemática como assistemática, foi muito longe o Marçal, mas também tivemos outras lideranças no passado, mas hoje em dia você tem na universidade federal você já tem curso de formação do magistério superior, você tem uns 300 indígenas de Dourados e região fazendo universidade e quantos já se formaram em física,

matemática, nas varias áreas, e quanto mais eles elevam o seu nível de escolaridade, seu nível de formação, mais eles se apropriam da sua própria história, ninguém mais que os guaranis se interessam pelas suas raízes, pela sua própria história, quanto mais estudam mais se interessam para então surgir lideranças super esclarecidas e bem organizadas, tem as suas organizações, os professores indígenas tem a sua sessão, enfim modernizou bastante, eles sabem dos seus interesses, sabem exatamente onde estão os seus tekoha, quando se fala que os índios querem tomar conta de toda a região isso é uma falácia, eles só querem as suas áreas pontuais, seus tekoha, essas são as suas áreas sagradas, e esses índios esclarecidos dessa nova geração, moderna e tem todas as oportunidades de estudo sabe perfeitamente o que querem conhecem os seus direitos, conhecem a legislação, conhece o estatuto do índio de trás para frente, e sabe dos seus direitos mais dia ou menos dia esses tekoha haverão os que ainda não estão demarcados serão demarcados, legitimamente, serão repassados para os seus descendentes com certeza absoluta que isso vai acontecer. Esse conflito ele só pode ser resolvido através da legislação, através de instrumentos legais, seria a forma mais civilizada do mundo, alguns estados da federação, não vou citá-los aqui mais vocês podem pesquisar e ver que já não se fala mais em conflito indígena isso é ruim para os proprietários, é ruim para os indígenas também ficar nessa situação conflituosa e os próprios proprietários que adquiriram títulos de boa fé são legítimos e tal, acabam tendo a sua propriedade desvalorizada porque no processo de compra e venda onde tem conflito indígena claro que o valor de mercado cai lá em baixo, o valor imobiliário, acaba despencando. É ruim para os proprietários, é ruim para o processo produtivo também sob os moldes ocidentais nosso aqui, e é ruim para os índios também porque eles tem o direito, esses tekoha são legitimamente direito dos índios então tem que se resolver. Então se por um lado a constituição fala do direito imemorial da posse da terra indígena mas aí tem um problema que é a indenização não é cheia é apenas parcial indeniza-se apenas as benfeitorias e não a terra nua é um problema sério pra quem tem o titulo legitimo e de boa fé, até porque os títulos ilegítimos de má fé, isso praticamente não existe mais, tudo que tem hoje é de boa fé, então tem que resolver a luz de uma legislação mais moderna, pois alguns estados brasileiros já resolveram isso, as assembleias legislativas, deputados estaduais aprovaram uma lei criando fundo estadual para indenização de terras indígenas e não-indígenas e nesses estados não se fala mais em conflito o próprio governo federal através do INCRA por exemplo pode transferir recursos para os fundos estaduais onde foram criados para que os estados adquiram, os estados

indenizem, e aí então não fere a constituição federal que é o estado que esta operando e não a União, então tem a forma de solucionar agora onde existe políticos conservadores que querem tirar apenas proveito da situação, os oportunistas o dia que resolver os conflitos eles perdem o discurso porque eles sobrevivem politicamente desse discurso contra os índios e a favor dos proprietários, a muito interesse que o conflito persista para que o poder político persista na mão de alguns, então a solução esta dada. Aqui no Mato Grosso do Sul a questão indígena pode ser resolvida através do bom senso acho que as instituições podem dar uma excelente contribuição, as universidades que são a vanguarda da pesquisa, jogar luz em cima dessa problemática e procurar através da pesquisa solução mais adequada, também as próprias instituições ligadas aos proprietários se tiverem o bom senso tem a forma de se resolver que é através desse mecanismo criado pelas assembleias legislativas, outras instituições como CIMI pode contribuir as ONGs podem ter uma participação extraordinária também na solução desse problema porque é isso que vai trazer a paz no campo vai contribuir muito para esse processo de apaziguamento. Porque é que nos EUA no Canadá não se fala mais em conflito em vários países do mundo essa questão de conflito já é coisa superada a 100, 200 anos atrás e no Brasil persiste porque a um interesse por parte de alguns partidos de alguns políticos justamente de manter o discurso o conservadorismo é muito forte ele mantêm a sua maioria nas assembleias no congresso nacional que tem o interesse não de resolver o problema mas de permanecer no discurso para se manter no poder não é uma questão fácil de se resolver, não é, mais se quisessem já teria resolvido a muito tempo. Nas escolas levando material que seja didático, seja esclarecedor, que possa regular a verdade a respeito do assunto de uma maneira bem didática, bem tranqüila, para que os estudantes possam entender o processo e qualquer problema, qualquer conflito para você solucionar a solução só vem através da educação, então as pessoas na medida em que vão se esclarecendo, na medida em que vão conhecendo a verdade a respeito do assunto elas vão então eliminando da vida pública os entraves facilitando cada vez mais a solução do problema então eu vejo que a universidade, novamente eu digo, estive na universidade por praticamente 30 anos como geógrafo e a especialidade do geógrafo é que ele é um analista da organização do espaço geográfico e esse espaço vai cada vez melhor organizado, a luz da coerência, da solução dos problemas eu vejo que a solução passa pela questão política e o geógrafo pra político é um passo, porque o geógrafo lida com conflito e os conflitos acontecem no campo da organização do espaço então os interesses são os mais variados, as perspectivas são as mais variadas e tudo

isso so se resolve no campo político, porque no campo político é que acontecem as grandes decisões e o agente político ele tem tribuna, ele vota, ele discute, ele decide, então é nesse campo que nós temos que jogar peso mas para que você possa ter o bom senso no campo as informações tem que ser repassadas lá pra base, a principal base é aquela que esta buscando a escolaridade, buscando uma formação, e a formação não pode ser apenas uma formação especifica formando técnico tecnicista a visão de mundo todos tem que ter para que os problemas possam ser resolvido da melhor maneira.

ANEXO II

Entrevistado: Gino José Ferreira

Ex-presidente do Sindicato Rural de Dourados e Vereador do município de Dourados/MS pelo Partido Democratas (DEM) (mandato 2009/2012)

Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010.

A causa do conflito indígena do nosso estado é uma questão ideológica e não uma questão pra resolver verdadeiramente os problemas dos nossos irmãos indígenas. Não precisa desses conflitos criados pela Funai e pelo Ministério Público, pelo “Governo Federal” para desestabilizar o setor produtivo do nosso país. Se deixarem o setor produtivo tratar, com certeza nós vamos melhorar a vida dos indígenas e vamos também fornecer alimento para todo o mundo. Hoje o Brasil é o país que tem condições de matar a fome no mundo. Eu acho que o culpado desse conflito é o Governo Federal hoje, que ideologicamente fica vendendo o Brasil para fora do país, tentando prejudicar um setor tão importante para nossa economia que é o setor produtivo, em troca de desestabilizar o nosso meio, o nosso setor, e arrumando aí essa demagogia, esse discurso mentiroso e maldoso, colocando um setor da sociedade contra outro setor tão importante que são nossos irmãos indígenas. Hoje a solução do conflito eu vejo de dois pontos: se o governo federal (por que hoje os índios são tutelados por esse governo) achar que terra é a solução, que o governo federal compre as terras, pague os produtores rurais, e doe essas terras sem problema nenhum, não vejo mal nenhum nisso, esse é o primeiro ponto, e o ponto que realmente resolve a questão indígena no Brasil é a integração dos indígenas na sociedade, é deixar o índio ser um brasileiro comum. Isso pode ser por opção, o índio que quer ser tutelado, fica tutelado, o índio que quer ser brasileiro, ele quer tocar sua vida, ele sai e vai tocar sua vida independente, vai estudar, vai se capacitar para que ele possa tocar a vida dele independente. Essa é a solução para os problemas indígenas. Não é ficar vivendo de passado e de cultura, que os nosso índios hoje não tem mais cultura. Inclusive você pode ir nas nossas aldeias aí, que hoje é um cruzamento de índio com branco muito grande, então já perdeu essa cultura indígena, já perdeu. O índio quer ser brasileiro comum, o índio quer ter condições de tocar sua vida e tocar sua família. Eu acho que deveria levar a verdadeira realidade para as escolas, para que os alunos tenham conhecimento verdadeiramente do

que esse fato significa para a sociedade, o que o segmento produtivo significa, o que nossos irmãos indígenas significam, e eu acho que com esse conflito não vai chegar a lugar nenhum. O que tem que fazer? Tem que reunir as classes e discutir seriamente, sem maracutaías, sem vender nosso país pra fora, e deixar com que nós cuidemos dos nossos irmãos indígenas, que eu tenho certeza que eles teriam uma vida muito melhor do que a que eles tem hoje. Por que hoje, os brancos são proibidos de entrar nas aldeias, e o que se vê na aldeia é índio morrendo de fome todo dia, e gastando milhões e milhões com essa balela de demarcação, é procurador público ganhando 15 ou 20 mil reais pra defender índio, antropólogo ganhando 7 ou 8 mil reais, e será que esse dinheiro tá sendo bem aplicado? Será que não fosse pra tratar dos índios não seria muito melhor?

ANEXO III

Entrevistado: Anastácio Peralta (indígena Kaiowá)

Funcionário da FUNAI e Liderança Indígena

Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 14/04/2010.

As causas do conflito é muito antiga, desde a época da chegada dos colonizadores, já faz 510 anos que tem esse conflito, nós vivíamos muito bem antes da chegada, nós tínhamos nossa alimentação, nossa água, nossas árvores, animais, frutas, tínhamos muita coisa. Mas com a chegada da colonização foi modificando, então a gente tem dois tempos, tem um tempo da chegada da colonização, de 1500 até 1800 mais ou menos. Teve um tempo de praticamente a gente pegar outra cultura, que é a cultura dos europeus, mas não conseguiu, nesse meio de tempo veio rodando aí de 1910, começou a instituição chamado SPI, a ideia também era integrar na sociedade brasileira com todos os brasileiros, mas não levaram sorte, e em 1970 nasceu a luta e aí vem a constituição de 1988 que melhorou bastante, onde nós temos direito de nossa língua, nossa reza, nossos cantos, nossa dança, nossa cultura, nossa tradição, temos direito a terra, então de lá pra cá a gente veio mudando nossa situação. O conflito eu vejo assim, que o conflito existe, porque aqui não foi um país planejado para ser um país de todos, foi um país planejado para ser de alguns, como esta até hoje. Quem que comanda o país hoje? São os latifundiários, os grandes empresários, os banqueiros. Então a gente ainda precisa com toda a legislação sendo importante e principalmente o governo Lula, o presidente Lula, se esforçar, mas o poder judiciário ainda não é favorável a nossa questão indígena, principalmente em favor da nossa terra. Então como nós temos direito a terra, nós lutamos por isso. Então o país tem um grande erro que ele praticou no passado, que ele não verificou quem existia aqui, então eu falo assim que é um país que trás problemas, não teve uma discussão para ser um país, então quem estava aqui no passado isso não vale nada, o que vale é aqueles que estão aqui. Eu vejo assim que é um país de exploradores, levaram minério, madeira e esta levando até hoje, então isso esta até hoje aí, por isso que esta esse conflito, e não existe uma política definida sobre a questão indígena, existe uma política para as pessoas que sempre teve, quem sempre saqueou o país. O SPI entedia nós como pessoas sem cultura, sem tradição, sem deus, nossas rezas, nossos cantos, não tinham valor nenhum, o que valia era o deles, eles

massacravam a gente, mas a gente conseguiu sobreviver até agora. Na verdade existe um conjunto de culpados, acho que eu vejo assim, que o conjunto de culpados e a própria educação nossa, a brasileira, contou uma história, escreveu uma história que eu vejo assim, na história que o grande herói do Brasil eram os bandeirantes, o progresso cortou o Brasil de ponta a ponta, eu vejo que essa mentalidade esta até hoje, principalmente na universidade estão precisando entender um pouco de indígena, de pessoas que viviam aqui a 500 anos atrás, você tem que estudar tem que ser especialista nisso. Não tem uma educação que você na 4ª série ou na 5ª série você já sabe que o indígenas faziam parte deste país, então eu vejo assim, que a educação tem uma grande culpa que não conseguiu esclarecer para a sociedade brasileira que nós fazemos parte do país, com a nossa cultura, nossa dança, nossa ciência, nossa história. E outra parte são os governantes, que eu falo sempre assim, que nós precisamos mudar o cérebro do país, e o cérebro do país se muda com parlamentares, com vereador consciente, com deputado estadual consciente, com prefeito consciente, com deputado federal consciente, com senador consciente, com presidente consciente, que nós fazemos parte desse país, nós indígenas Kaiowá do Mato Grosso do Sul e isso precisa ter uma educação mais humana, que hoje a educação nossa não afeta somente nós indígenas, ta afetando o próprio meio ambiente, não sabe preservar uma água, não sabe preservar uma árvore, não tem valor nenhum para eles, valor por um não-indígena é a cana, o boi, a soja, e isso não tem muita validade na cultura guarani Kaiowá. Na cultura guarani Kaiowá, o valor dele é a vida, a alegria que ele tem, o espaço que ele tem, que a terra também faz parte da nossa vida, só existe nós porque existe terra, porque se não nós não existia. Então eu vejo assim, que precisa ter essa mudança da mentalidade, ser mais humano, na verdade assim eu vejo um país sem consideração com a própria pátria dele, os brasileiros se pensassem bem, ele era independente, era um país que não depende, tem uma boa terra, só que acaba. Pra quem que o brasileiro trabalha? Trabalha para os estrangeiros, antes era a madeira que ia para lá, o carvão para aquecer grandes empresários, hoje é o petróleo que ta indo para lá, então toda a vida a gente, o Brasil, foi peão de alguém, de outros países, bem dizer refém do poder econômico, então isso também precisa ser revisto. A educação intercultural, porque nenhuma educação é melhor do que a outra, o problema nosso hoje no país, é a forma como ela é dada, então a gente não trabalha a forma como que ela é na interculturalidade, todas as culturas tem o mesmo valor, nem mais nem menos, agora precisa consciência, a minha religião não é melhor do que a sua tem um conceito de um cacique que fala que deus fez a terra, fez o

mundo, com todas as línguas, e ele é só um, mas ele entende todas as línguas, o caminho de deus é um só aí, quando perde-se uma língua é mais um espírito que se morre, que se apaga, então tem dificuldade de receber essa oração, então se eu perder meu guarani eu vou ter dificuldade de receber, de me comunicar com deus, porque ele que me deu essa língua. O Conflito eu acho assim, que hoje moralmente, a gente tem dificuldade de fazer valer o que nós conhecemos, e em 2007 foi escrito o TAC que foi feito entre o governo federal, o ministério público federal, e a FUNAI e então isso já vai fazer 2 anos e não foi feito a pesquisa, veio o GT e não concluiu o relatório, e não conseguiu concluir, um pouco fala que é a questão política, então isso se a gente conseguisse, a gente ia ter um desenho disso tudo, ia ter a geografia de nossas terras aqui no Mato Grosso do Sul, que até eu não estou muito nessa de demarcar ou não, pra mim é outra coisa, agora os estudos eram interessantes, porque a gente ia ter um mapa dessas terras, onde que era nossas terras tradicionais, e você poderia lutar por mais 500-1000 anos ou não conseguir essa terra, mas os nossos filhos, nossos netos, ia saber, então isso é um dos motivos que poderiam resolver os conflitos, e outro é os próprios produtores das terras, que precisam ter uma consciência que nós também temos direito, ta na constituição federal, somos desse país, então precisa ter essa consciência e a justiça tem que fazer valer o que esta na lei, lei é pra ser cumprida, não é pra ser negociada Eu vejo que a questão indígena precisa ter uma formação, eu vejo assim que as instituições são muito leigas para qualquer coisa diferente, justamente sobre a questão indígena o próprio SPI foi feito não para atender índio, o SPI foi feito para atender as necessidades do Estado, vamos supor, nós temos uma experiência aqui na região, nossa região era muito tekoha lugar onde nós morávamos, aí em 1910 até 1925, marcaram oito áreas, e foi trazendo de todas as áreas e colocando nessas terras, qual era a ideia deles? Era desocupar as terras para os colonos e com promessas, muitas promessas, se nós fossemos para lá, se meu avó fosse pra lá, ele ia ficar rico, ter muita coisa, tinha casa, eles levavam remédio, então isso já criou um problema porque o Estado não tinha uma política definida para quem já estava ali, nós éramos pessoas que prejudicavam o progresso do país, e essa mentalidade esta até hoje, então não tem uma formação. EM 1973 saiu o estatuto, mas a gente não teve uma formação, mas a própria instituição e os funcionários tem pouco conhecimento sobre isso, quem tem um conhecimento mais aprofundado são os advogados, mas os funcionários tem pouca formação para poder fazer a defesa dos direitos dos povos indígenas, principalmente o direito étnico, então precisa de uma formação aí de Estado, nós temos direito a educação diferenciada, as prefeituras tem uma dificuldade de

entender isso, eles acham que é coisa de outro mundo, e então é essa briga constante, então o Estado precisa de uma formação. Eu vejo que o conflito não vai se resolver somente com escola indígena, eu vejo assim que tem que entrar nas escolas não-indígenas também o direito indígena, porque que ele tem direito? Isso não é só o aluno da escola, o professor é leigo, tem professor que é contra a demarcação, isso porque ele não tem conhecimento da lei, então ele acaba colocando o que ele vê na mídia, que o estado do Mato Grosso do Sul vai ser nosso, isso não existe, o que existe é que a gente só quer os nossos tekohás.

ANEXO IV

Entrevistado: Dirceu Longhi

**Vereador do município de Dourados/MS pelo Partido dos Trabalhadores (PT)
(mandato 2009/2012)**

Entrevista concedida a José L. Alonso Junior em 13/04/2010.

Eu entendo que a culpa pelo conflito da luta pela terra indígena, ela remonta há décadas. Foi uma falta de respeito aos povos que habitavam o Brasil inteiro e principalmente com a questão da nossa região os Guarani/Kaiowás. Resolver esse conflito não pode ser pela lógica de ver a terra um valor de capital, de mercado. O indígena, ele tem uma outra relação com a questão da terra. É a relação cultural, através de seus antepassados, os seus tekoha. A terra para o indígena é também uma questão de sobrevivência de sua família. O indígena não vê a terra como um mercado, um valor, de agregar riquezas e fazer dela negócios. Então essa visão que o não-índio, que o branco, tem de resolver; de tentar resolver o conflito da terra ou a questão indígena simplesmente oferecendo os espaços territoriais que não são da relação cultural dos indígenas, é uma maneira equivocada. Porque não é essa, não é isso que está na luta da conquista da terra. Naturalmente que os indígenas que hoje vivem confinados em pequenos espaços precisam de mais terra para sua sobrevivência e para plantar, e não é qualquer espaço territorial. Os Guarani/Kaiowás, que lutam hoje pela terra no Mato Grosso do Sul, eles são originais desses espaços, eles não querem ir pro norte ou pra outras regiões do país. As suas terras e de seus antepassados, estão localizadas nesses tekoha dessas regiões e essa visão cultural deve ser respeitada e tem que ser levada pro debate pra sociedade e acho que a escola é um espaço extremamente importante pra esclarecer a sociedade sobre essa questão cultural pela luta dos índios pela terra. Inicialmente eu disse, remonta há décadas em razão da falta de respeito pelos habitantes que já existiam nessa região. A colonização, a forma como foi colonizada todo o sul do Mato Grosso do sul nós estamos falando da questão do Mato Grosso do sul, não estamos falando dos outros espaços e dos outros estados como foi recentemente Serra do Sol. Aonde a colonização foi feita de forma equivocada e não se respeitou quem já estava nesses espaços territoriais então a culpa vem desse período. Naturalmente que existem os fazendeiros que adquiriram propriedade de boa fé, tem a

titularidade dada pelo governo federal e não pode ser que alguém simplesmente seja expulso dessas terras de qualquer forma. Tem que se procurar um mecanismo legal pra resolver isso. Mas o que tem que se fazer inicialmente é um trabalho de conscientização, de como se desencadeou, se desencadeia essa luta e o pano de fundo cultural que ela tem não é só a questão financeira. Acho que esse trabalho que você desenvolve a dissertação de mestrado pode contribuir muito pra levantar o debate, que há muito preconceito, há muito desconhecimento da questão e confunde-se a questão indígena com a questão agrária e é muito distinta a luta embora o objetivo seja terra, a luta pela reforma agrária é a luta pra dar dignidade às pessoas que estão na periferia da cidade, desempregadas que foram expulsas do campo no passado pela forma como a economia do Brasil se desenvolveu. E essa luta indígena é diferente com o foco cultural. Esse debate então tem que ser realizado no interior da escola.